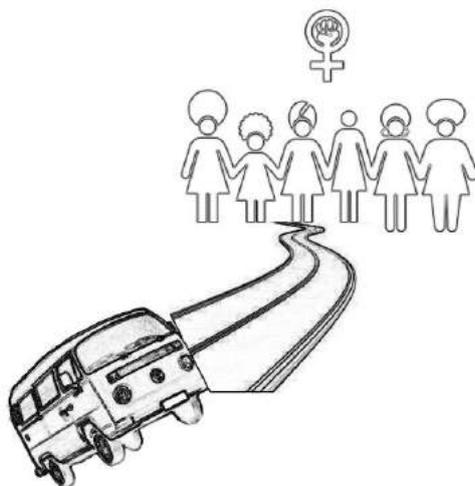




UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARÍLIA GOMES DO NASCIMENTO

DA KOMBI PARA O ESPAÇO MULHER: mulheres negras em luta no bairro
Passarinho - Recife



Recife

2019

MARÍLIA GOMES DO NASCIMENTO

DA KOMBI PARA O ESPAÇO MULHER:
mulheres negras em luta no bairro Passarinho - Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Mudança Social

Orientador: Prof^o. Dr. Remo Mutzenberg
Coorientadora: Dr^a. Carmen Silvia Maria da Silva

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva CRB /4- 1260

N244k Nascimento, Marília Gomes do.
Da kombi para o Espaço Mulher: mulheres negras em luta no bairro Passarinho - Recife / Marília Gomes do Nascimento – 2019.
138f.: il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Carmen Silvia Maria da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2019.

Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Sociologia. 2. Grupo espaço mulher. 3. Movimentos sociais. 4. Movimentos feministas. 5. Identidade coletiva. 6. Ação coletiva. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Silva, Carmen Silvia Maria da (Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-259)

MARÍLIA GOMES DO NASCIMENTO

DA KOMBI PARA O ESPAÇO MULHER: mulheres negras em luta no bairro
Passarinho - Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: 25/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Carmen Silvia Maria da Silva (Coorientadora)
SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia

Prof. Dr. Francisco Jatobá de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Jaileila de Araújo Menezes (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

A todas as mulheres do Grupo Espaço Mulher que me acolheram e me ensinaram o real significado da palavra resistência.

A todas as mulheres que fazem parte da minha vida, que me amam e me mostram que sozinha eu ando bem, mas com vocês eu ando melhor,

Dedico

AGRADECIMENTOS

Coletividade é uma palavra que define este trabalho. Construído a várias mãos desde o dia em que conheci o Grupo Espaço Mulher. Ele é uma tentativa, limitada no tempo e no espaço, de sistematizar a sua trajetória. Por isso, primeiramente, agradeço a cada mulher integrante do Grupo, nos nomes de: Joelma, Vânia, Mocinha, Ediclea, Marina, Marluce, Cleide, Cecília, Sevé, Magda, Edja, Thuany, Vera, Marilândia, Tatiane e suas crias Maitê, Sophia e Dandara pela alegria e a beleza do ser criança.

Sem dúvidas, preciso agradecer as forças da natureza. Aos Orixás que estiveram todo tempo comigo, cuidando do meu ori, me sustentando e me acalentando nos momentos de desespero e sofrimento. À minha Mãe Amara Mendes, Yalorixá do Terreiro Obá Aganjú Okoloyá, pelo seu axé e força. As minhas Madrinhas Yakekere Maria Helena de Sampaio, Yabá Helaynne Sampaio e Yapetebi Gabriela Sampaio, pelo amor, acolhimento, cuidado e axé. A todas as irmãs e irmãos de santo que fortalecem o axé da casa e assim me fortalecem também.

Agradecer a minha família sanguínea que tem acompanhado e celebrado cada passo da minha trajetória acadêmica, da primeira aprovação no vestibular à aprovação na seleção do doutorado. À minha avó Eulina, como ancestral, está sempre ao meu lado, me protegendo e me abraçando de forma doce e suave. À minha mãe Mirian, por ser exemplo de força e dedicação ao mundo das letras. Ao meu irmão Marcus, por ser meu melhor presente. As minhas tias, mais que tias, Marta e Madalena, pela atenção e cuidado. À minha tia Reny, e minha prima Carol pela torcida. Aos meus primos-sobrinhos, Alex e João, pela alegria contagiante, que renova a cada encontro. Obrigada família, pelas inúmeras mesas de almoço e jantar compartilhadas, regadas a muitas conversas e risadas, que me permitiram renovar as forças, a cada ida a Dois Unidos.

Às minhas companheiras de vida e de militância, que todo o tempo ofertaram palavras de força e elevação da autoestima. Obrigada por tudo, eu sou porque vocês são. Obrigada por serem rochas, abraços e espelho, obrigada pelos encontros regado de cerveja e leveza. À Cecília Nascimento pelo “oi linda, como você tá?” de todos os dias, pelas orientações, conselhos, pelo suporte sem fim. À Rebecca França, por ser a melhor professora da vida. À Manoela Barreto por sair do trabalho, cansada, e vim pra minha casa com uma pizza, uma coca cola e um chá de camomila para me animar e acalmar. À Patrícia Naia pelo amor de

sempre. À JuDolores pelas boas risadas. À Jéssica Barbosa, Lara Builtron, Juliana Serreti, Flávia Vieira, Eloah Viera, Raysa Nascimento, Tainá Palhano, Larissa Santiago, Camila Fernandes, Débora Aguiar, Ingrid Farias, Mayra Clara, Sophia Branco, Nathália Guimarães, Gabriela Falcão. A todas que ousam lutar. A todas da coletiva das vadias.

Às minhas amigas e amigos, de sempre para sempre, por existirem na minha vida. Sem o amor de vocês, eu nada seria. A Lailla Melo, pela conexão e ligações de 1 hora de duração para falar de aleatoriedades. A Nathielly Ribeiro e Patrícia Oliveira, pelos incontáveis “deixa disso e termina logo essa dissertação”, por serem foco e carinho no caos dos últimos dias. A Ana Carla, Marcelly Félix e minha amada sombrinha Sophs pela presença na ausência. A Aloizio Barbosa por ser meu orientador informal e pela humildade de compartilhar sua sabedoria comigo. A Raul Lima pelo melhor abraço. A Valmir Assis por já ter agendado a cachaça pós-defesa. A Ewerton Cunha pela prestatividade de sempre e ao seu primo que escreveu o abstract nos 45 segundos do segundo tempo.

As minhas companheiras e companheiros dessa grande aventura chamada Mestrado, que é misto de entusiasmo e desânimo; mas sem dúvidas de muito aprendizado. A Dayane Nascimento por ousar transformar espaços e junto comigo e pelas longas conversas e, desabafos e trocas. A Shirley pela sua voz doce e sábia. A Carla pelas horas compartilhadas na sala de estudos. Aos meus companheiros e companheiras da Licenciatura em Ciências Sociais, nos nomes de Denilson Moraes, Eduardo Silva e Paulo Gabriel.

Ao meu querido orientador, Remo Mutzenberg, pela atenção constante, pelos e-mails respondidos em tempo recorde, pelos ouvidos abertos e pelas orientações certeiras. A minha querida co-orientadora e amiga, Carmen Silva, por compartilhar de forma inspiradora seus conhecimentos e dar dicas valiosas. A Francisco Jatobá e a Jaileila Araújo pelo olhar atento e as contribuições na banca de defesa do projeto, que ajudaram a chegar ao resultado final. A Lídice pela companhia, palavras de apoio e pelo delicioso café que me dava ânimo para escrever. A Karine pela paciência.

Agradeço a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco- FACEPE pelo financiamento desta pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

RESUMO

As mulheres, com suas diversidades e desigualdades, estão em constante movimento dando as mãos para resistir aos sistemas de poder capitalistas, racistas e machistas, que as oprimem e violentam. O Grupo Espaço Mulher, formado por mulheres negras e feministas, moradoras de Passarinho, é um exemplo dessa potência coletiva pulsante na história dos movimentos feministas no Brasil, que há exatos vinte anos se organizam coletivamente em prol da transformação social. Inspirada na história de luta dessas mulheres e interessada em dar visibilidade aos estudos sobre movimentos feministas pela ótica das Teorias dos Movimentos Sociais, este trabalho busca compreender como se deram as transformações das identidades coletivas do Grupo e as influências na construção destas identidades e das suas ações coletivas de uma forma processual e dialética. Para alcançar tal objetivo, utilizei, como aporte teórico, as contribuições da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (MELUCCI, 1989; 1996; 2001), considerando os conceitos de movimentos sociais, identidade coletiva e ação coletiva. No que se refere à metodologia, me pauto na pesquisa qualitativa numa perspectiva feminista, captando os dados através das técnicas de observação participante e depoimento oral. Durante cinco meses acompanhei de forma sistemática o Grupo, reuni seis depoimentos orais. Conversei e escutei o que elas tinham a dizer. Com auxílio da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; 2012), pude traduzir de forma analítica e crítica ao que foi falado e observado. A construção e as transformações das identidades coletivas do Grupo Espaço Mulher se deram a partir de uma série de fatores, dentre eles, os processos de formação política, articulação com as ONGs e outros movimentos sociais, liderança e a própria constituição das ações coletivas desenvolvidas pelo Grupo.

Palavras-chave: Grupo espaço mulher. Movimentos sociais. Movimentos feministas. Identidade coletiva. Ação coletiva.

ABSTRACT

Women, as a diverse group, are constantly resisting the violence and oppression from the capitalist, racist and sexist power systems in society. The Espaço Mulher Group, formed by black feminist women who live in Passarinho (Recife, Brazil), is an example of this resonating collective power in the history of feminist movements in Brazil. Over the past twenty years this group has been organized collectively in favor of social transformation. This research is inspired by the history of struggle of these women and it is interested in giving the feminist movements studies visibility through the perspective of the Social Movements Theories. It also aims to understand the dialectical processes on how collective identities were transformed inside the Group and the influences of the construction of those identities and their collective actions. In order to achieve this goal, I based my discussion on the theoretical contributions from the New Social Movements Theory (MELUCCI, 1989; 1996; 2001), more specifically with regards of the concepts of social movements, collective identity and collective action. In terms of methodology, I build this study on qualitative perspective from a feminist point of view, as well as I collect the data through participant observation techniques and oral testimonials. During five months I systematically followed the Group, I gathered six oral testimonials from the members of the group. Furthermore, I applied the Critical Discourse Analysis approach (FAIRCLOUGH, 2001; 2012) in order to critically comprehend what was said and observed. As a matter of fact, this study shows that the construction and transformations of the collective identities inside the *Espaço Mulher* Group were based on a series of interrelated factors, such as, the processes of political formation, articulation with non-profit organizations and other social movements, leadership and the very constitution of collective actions developed by Group.

Keywords: Espaço mulher group. Social movements. Feminist's movements. Collective Identities. Collective action.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa -	Segregação Racial da cidade do Recife.....	17
Foto 1 -	Sede do Grupo Espaço Mulher – 2009.....	23
Foto 2 -	Bloco Sou Gorda Mas Eu Pulo – 2016.....	30
Foto 3 -	Beleza Negra - 2017.....	31
Foto 4 -	Beleza Negra – 2018.....	33
Foto 5 -	Julho das Pretas – 2018.....	34
Foto 6 -	Ocupe Passarinho ANO I – 2015.....	37
Foto 7 -	Ocupe Passarinho ANO II.....	39
Foto 8 -	Ocupe Passarinho ANO III – 2018.....	41
Foto 9 -	Lanternação/2015.....	45
Foto 10 -	Escola na Praça – 2018	47
Foto 11 -	Ato Unitário – 8 de Março – 2018.....	59
Foto 12 -	Projeto Agricultura Urbana – Junho/2018.....	82
Foto 13 -	Cartaz Eleição Conselho dos Moradores – 2018.....	86

LISTA DE SIGLAS

CEB	Comunidade Eclesiais de Base
CELPE	Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco
CNM	Casa da Mulher do Nordeste
CREMEPE	Conselho Regional de Medicina de Pernambuco
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
OP	Orçamento Participativo
PSC	Partido Social Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
USF	Unidade de Saúde da Família
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Socialismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	APRESENTANDO E SITUANDO O GRUPO ESPAÇO MULHER.....	16
2.1	ONDE FICA PASSARINHO?.....	16
2.2	O GRUPO: DA KOMBI PARA O ESPAÇO.....	21
2.2.1	Composição e Organização.....	22
2.2.2	Atividades.....	25
2.2.3	Ações.....	27
3	O GRUPO ESPAÇO MULHER NOS CONTEXTOS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	48
3.1	CONTEXTUALIZANDO EM NÍVEL NACIONAL: OS FEMINISMOS NO BRASIL.....	48
3.2	CONTEXTO LOCAL: OS FEMINISMOS EM PERNAMBUCO.....	55
3.3	ARTICULAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	58
4	PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	61
4.1	DEBATE SOBRE AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	61
4.2	DEFININDO IDENTIDADE COLETIVA E AÇÃO COLETIVA.....	66
4.3	DE ONDE EU VIM.....	68
4.4	REFLEXÕES ACERCA DA PESQUISA QUALITATIVA.....	70
4.5	EU NO <i>CAMPO</i>	76
4.6	INSTRUMENTO PARA ANÁLISE.....	90
5	ANALISANDO OS DADOS: identidades coletivas e ações coletivas.....	93
5.1	CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA.....	93
5.1.1	Captação de recursos e relação com as ONGs.....	95
5.1.2	Formação política.....	96
5.1.3	Trajetória política e liderança.....	96
5.2	IDENTIDADE COLETIVA: feminista.....	97
5.3	DIMENSÃO RELACIONAL.....	100
5.4	CONFLITO.....	102

5.5	IDENTIDADE COLETIVA: negra.....	105
5.6	DESAFIOS.....	107
5.7	DISCURSOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	109
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A - Quadro da composição do grupo.....	125
	APÊNDICE B - Quadro das atividades de 2018.....	126
	APÊNDICE C - Quadro de acompanhamento das atividades do Grupo....	129
	APÊNDICE D - Quadro das Entrevistadas.....	130
	ANEXO A - Carta Política da Comunidade de Passarinho – Ocupe Passarinho ANO I	132
	ANEXO B - Carta Política Ocupe Passarinho – ANO II.....	135
	ANEXO C - Carta Ocupe Passarinho ANO III.....	137

1 INTRODUÇÃO

A sociologia é uma ciência humana que analisa uma infinidade de fenômenos sociais, tudo que existe na sociedade é passível de ser compreendido e analisado por variadas (e combinadas) lentes teóricas. Nosso papel, enquanto cientista social é saber fazer as perguntas. É ter imaginação sociológica, como diria C. Wright Mills. Inspirada em Mills e José de Souza Martins (2013), concebo a sociologia “como um pensar que ainda é um fazer, mas um fazer pensando” (MARTINS, 2013, p.15). Na ótica deste autor, a pesquisa sociológica precisa estar imbricada com a ideia de artesanato intelectual¹, no qual o despertar à engenhosidade e curiosidade que habita em nós ativa os sentidos para observar atentamente a vida cotidiana e, sobretudo, nos possibilita olhar através dos olhos das pessoas, ou seja, fazer “a informação bruta em dado sociológico e que transforma o dado em interpretação de dado” (MARTINS, 2013, p.15).

Inspirada nesse texto importantíssimo para nós, ainda jovens pesquisadoras (es), refleti sobre como se deu o processo de concepção do meu projeto de mestrado. Inicialmente havia pensando em refletir sobre o papel das redes sociais na ampliação/alcance do feminismo, pois nesse período, 2015/2016, predominava, na grande mídia, a narrativa que havia um “boom” do movimento feminista. Passaram a denominar Primavera Feminista ou Primavera das Mulheres para falar da efervescência das mobilizações de rua protagonizadas pelas mulheres. Era interessante esse tema, mas não me tocava.

Mills (2009) diz que nós nos tornamos sensíveis ao tema, concordo com ele. Para mim, sociologia é sobre afetações e afetos. É sobre o que nos toca e nos move. Quem estuda algo que não gosta? O habitual é nos debruçarmos sobre aquilo que faz sentido para nós, ou sobre o que temos curiosidade ou o que nos é próximo. Podem ser os dois também, como no meu caso. Decidi, assim, fazer o projeto de pesquisa sobre um grupo de mulheres negras integrantes do movimento feminista que se organiza na periferia da cidade do Recife, chamado Grupo Espaço Mulher. Desde que ouvi, pela primeira vez, sobre a trajetória desse grupo, me encantei com tamanha resistência e fiquei admirada por nunca ter ouvido falar delas, mesmo sendo vizinhas de bairro.

Entretanto, o interesse não se deu apenas pela admiração, mas há uma intenção

¹O artesanato intelectual em Mills (2009) está relacionado com a capacidade de nós pesquisadores utilizarem as nossas experiências de maneira crítica para observar, refletir e dissertar sobre algum fenômeno social a partir de organização metodológica, isto é, escrever em diários, sistematizar as ideias em arquivos, conhecer os diversos pontos de vistas sobre o tema na literatura, elencar os principais argumentos, contextualizar, apresentar de forma objetiva o trabalho realizado.

acadêmica e política em escrever sobre o grupo. Acadêmica porque dentro da Sociologia existem pouquíssimos trabalhos que investiguem grupos de mulheres populares inserindo a questão racial; bem como é necessário pensar as contribuições e as limitações dos conceitos de identidade coletiva e ação coletiva dentro da Teoria dos Movimentos Sociais. Considero, ainda, a importância política de visibilizar, no âmbito da produção acadêmica nacional, as histórias de luta e resistência de mulheres negras e feministas organizadas.

“Escrever é reivindicar ser lido, mas por quem?” (MILLS, 2009, p.53). A partir dessa indagação fiz o projeto sobre o grupo com linguagem simples, clara e objetiva, indicando que minha escrita reivindicava ampliação ao acesso da produção acadêmica. O projeto foi aprovado e, após aprovação, passou por diversas reformulações. Esse processo de alterações nunca está acabado, nem quando “termina”. Antes meu foco era compreender a influência dos processos de formações políticas na constituição do Grupo Espaço Mulher. Contudo, devido a minha proximidade da Teoria dos Movimentos Sociais e os bons argumentos do meu orientador, alterei meu objetivo, que passou a ser o de investigar como as transformações das identidades coletivas do grupo influenciaram na construção das suas ações coletivas de uma forma processual e dialética ao longo da trajetória do Grupo “Espaço Mulher”.

A partir disso pensei diversas questões: Como surgiu o grupo? Quem compõe? Como se organiza? Quais suas principais demandas? Quais ações coletivas realizam? Como se deu o processo de construção e definição das identidades coletivas? Quais os elementos presentes nesse processo? O grupo se articula em rede? Como é construída a rede de articulação entre o grupo Espaço Mulher e os outros movimentos sociais? Quais as consequências concretas e simbólicas do papel das parcerias no grupo?

Para tentar responder meu objetivo e as questões acima, utilizei, como aporte teórico, os conceitos de identidade coletiva, ação coletiva e movimentos sociais de Alberto Melucci (2001). Este autor é um sociólogo italiano que se debruçou sobre os estudos de movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 2000, tornando-se um dos principais autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Para auxiliar o referencial teórico, acima posto, utilizei como metodologia de pesquisa a abordagem qualitativa associada a uma perspectiva feminista (Olesen, 2006), particularmente a partir da noção de saberes localizados (Haraway, 1995). Em relação à investigação do problema, realizei observação participante, acompanhando as reuniões do grupo e as ações coletivas realizadas, bem como reuni seis depoimentos orais.

A fim de analisar os dados coletados, utilizei a Análise Crítica do Discurso, proposta por Norman Fairclough. A decisão de escolher esse método de análise se deu pelo fato dele

considerar a linguagem, a prática social e o contexto (sistêmico-funcional), possibilitando, assim, a identificação das mudanças presentes nos discursos do grupo referentes à construção da identidade do grupo e à construção de ações coletivas.

Dessa forma, a dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro é uma apresentação do bairro de Passarinho, no qual exponho suas características socioeconômicas e ambientais; em seguida descrevo de forma detalhada, como surgiu, como é composto, como se organiza e quais as ações coletivas e atividades realizadas pelo Grupo Espaço Mulher.

No capítulo seguinte, situo o grupo num contexto macro dos movimentos feministas e de mulheres negras no Brasil e em Pernambuco, mais especificamente na cidade do Recife; encerro o capítulo falando como se dá a articulação entre os movimentos feministas e de mulheres negras em Pernambuco.

No terceiro capítulo, discorro sobre os percursos teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa. Inicialmente realizo um debate sobre as Teorias dos Movimentos Sociais, conceitualizando movimentos sociais, ações coletivas e identidades coletivas à luz da Teoria dos Novos Movimentos Sociais trazidas por Alberto Melucci, demonstrando sua importância para a análise. Em seguida, exponho os caminhos me trouxeram até aqui; sobre meu lugar de pesquisadora e militante feminista na pesquisa; como se deu o processo de realização da pesquisa e o instrumento analítico, a Análise Crítica do Discurso, que me permitiu “dar vida” aos dados.

No quarto e último capítulo é a análise sociológica propriamente dita. É nesse capítulo que analiso os depoimentos orais realizados com as mulheres integrantes do Grupo Espaço Mulher, intercalando com os diários de campo feitos a partir das observações participante e as reflexões teóricas feitas anteriormente no texto.

2 APRESENTANDO E SITUANDO O GRUPO ESPAÇO MULHER

Neste capítulo apresento o bairro de Passarinho e o Grupo Espaço Mulher, mostrando como ambos surgiram e quais suas características atuais. Atenho-me mais detalhadamente ao Grupo, sua composição, sua estrutura organizativa, suas pautas, suas ações. Em seguida, abordo um pouco sobre em qual contexto político e de movimentos sociais o grupo está inserido.

2.1 ONDE FICA PASSARINHO?

“Passarinho? Onde é Passarinho? Não conheço.” Essas são falas constantes quando comento que realizei minha pesquisa neste bairro. Por isso, vou apresentar, de maneira breve, o bairro de Passarinho para vocês. Passarinho surge no fim da década de 1980 com o nome de Vila Nossa Senhora da Conceição, pois foi fundada por meio de uma luta conduzida pelo Conselho de Moradores do Morro da Conceição, que reivindicava moradia digna para 500 famílias que moravam em situação de risco no Alto Santa Terezinha, no Córrego Domingos Sávio e no Morro da Conceição.

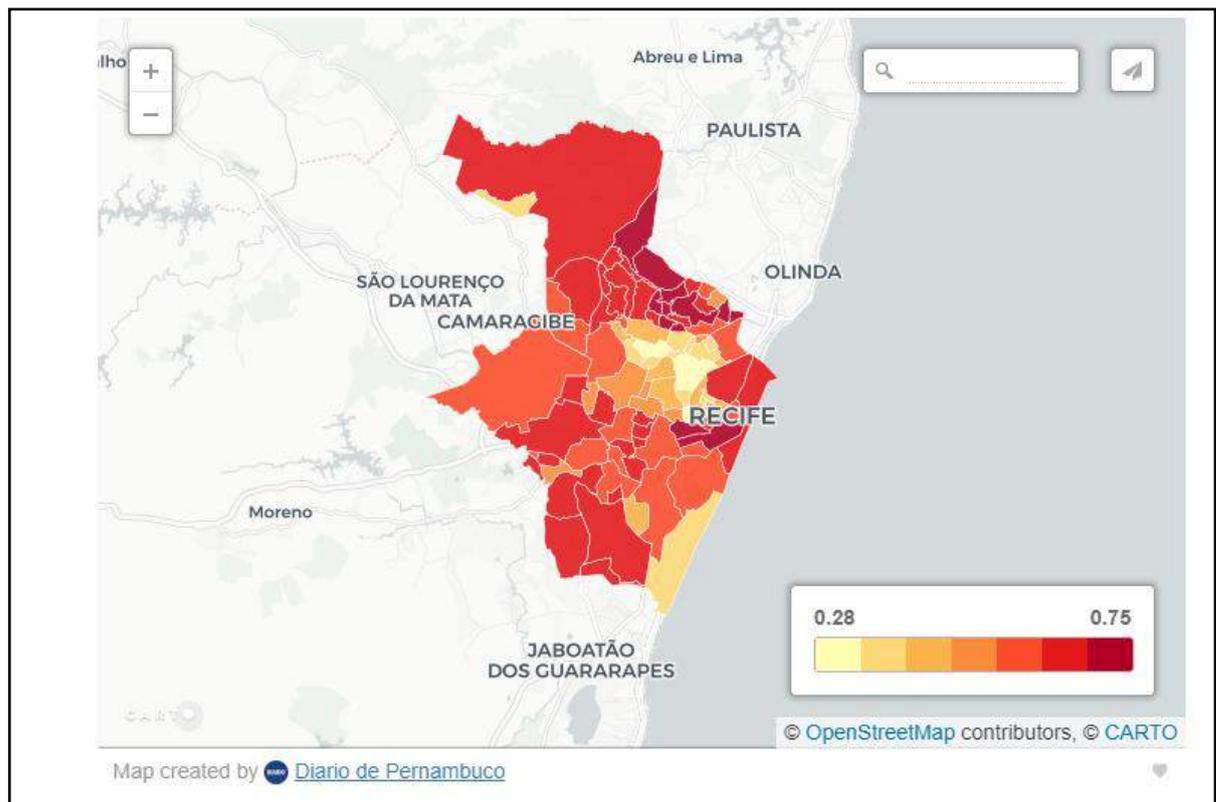
Cabe sublinhar, que à época, a Presidente do Conselho era Marluce Santiago, liderança que conduziu esse processo de luta pelo direito à moradia; conforme relato da sua irmã Mauricéia Santiago, ela sempre esteve envolvida na luta coletiva, atuou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) junto ao Padre Reginaldo Veloso. Marluce Santiago foi atropelada e assassinada a tiros em 1994, provavelmente o crime teve conotação política, devido a sua atuação nas lutas populares (Mulheres de Passarinho, 2016)

Após intensas reivindicações pelo direito à moradia, as famílias conseguiram lotes na região através do então Governador do Estado Miguel Arraes, nos anos de 1987-1990, como aponta o Site Mulheres de Passarinho. Hoje, a antiga Vila é a parte mais estruturada do bairro, possui ruas asfaltadas, tem escola, posto de saúde, mercadinhos, padarias etc. Um dado interessante é que algumas ruas possuem nomes de pássaros, como por exemplo, Arara, Canário, Chorão, Jandaia, Aracuan, Papa-capim, Cardeal, Juriti, Patativa, Asa Branca, Beija-flor, Curió, Sabiá, entre outras.

Passarinho é um dos 94 bairros da cidade do Recife, fica localizado na zona norte periférica da cidade e faz fronteiras com bairros dos municípios de Olinda e Paulista. De

acordo com os dados do site² da Prefeitura do Recife, possui uma área territorial de 406 hectares, com 20.305 habitantes, dos quais mais de 50% são mulheres e 74,4 % da população é negra (agregando os números de pardos e pretos). De acordo com um mapa produzido pelo Diário de Pernambuco, Passarinho é um dos bairros mais negros da cidade do Recife, como é possível visualizar abaixo:

Mapa - Segregação Racial da cidade do Recife³



Fonte: Diário de Pernambuco

Esse mapa é muito interessante e nos revela diversas questões sociais, que se relacionam com as características do Grupo. A primeira questão visível é: os bairros centrais e/ou que são considerados “áreas nobres” da cidade, são majoritariamente brancos, como é o caso dos bairros de Poço da Panela, Jaqueira, Torreão, Derby e Boa Viagem. Enquanto que Passarinho, se localiza num conglomerado de bairros que ficam à “margem” da cidade e que são majoritariamente negros, a exemplo, de Água Fria, Alto Santa Terezinha, Beberibe, Linha do Tiro, Alto José Bonifácio e Dois Unidos. Por que os bairros periféricos são negros? A

²Ver mais: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/passarinho>

³ Ampliação e identificação dos bairros, disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/11/segregacao-racial-persiste-na-ocupacao-do-recife.html>

resposta vem de muitos anos atrás, do processo de colonização da cidade. De acordo com SENE (2015), o crescimento da cidade do Recife se deu do centro para periferia, isto é, partiu dos engenhos que estão localizados na área central no entorno dos rios Capibaribe e Beberibe GASPAR (2009). Ou seja, eles foram formados principalmente pelas pessoas negras que foram escravizadas e pelas pessoas indígenas que lutavam contra a colonização holandesa.

Não por acaso, são esses bairros que apresentam os maiores números de vulnerabilidade social, como veremos mais adiante. Como bem coloca Florestan Fernandes (2008), quando afirma que as pessoas negras apesar de estarem “libertas” legalmente pela Lei da Abolição, não tiveram as condições psicossociais necessárias para ingressar no mercado de trabalho livre, pois durante os séculos da escravidão lhes foram negados os direitos à humanidade, educação e conseqüentemente profissionalização. Assim como a inexistência de políticas públicas de estado que pudesse “integrar” as negras e negros escravizados. Nesse sentido, é importante frisar que a essa ausência das condições é consequência da própria ordem escravocrata. O autor, ainda afirma, que apesar da passagem para uma nova ordem social – sociedade de classes, os padrões tradicionalistas permaneceram fazendo com que os negros continuassem a ser destratados, subjugados, discriminados pela sua cor. Essa análise de Florestan Fernandes (2008) nos ajuda a pensar sobre os diversos índices, em que os negros se encontram nas piores posições e condições socioeconômicas. Tais como, índices de pobreza, vulnerabilidade, escolaridade, emprego e renda.

No que diz respeito às características socioambientais, esses locais também apresentam dados negativos. Cavalcanti et al (2008) apesar de datar há mais de uma década atrás, mostra um panorama muito próximo à realidade atual. De acordo com os autores, Passarinho está na lista dos bairros com maior índice de exclusão socioambiental, no que se refere à renda, anos de estudo, desenvolvimento educacional e habitabilidade. A pesquisa revelou, também, que entre os 64 bairros situados na faixa de exclusão social, Passarinho está muito mais próximo dos bairros de extrema exclusão como Guabiraba, Ilha Joana Bezerra, Nova Descoberta, e Linha do Tiro. Geograficamente o bairro é cortado pelo Rio Beberibe e possui uma área de Mata Atlântica (CAVALCANTI et al, 2008, p.8)

Dentro do bairro Passarinho existem duas ocupações urbanas: a Ocupação Vila Esperança e Vila Bom Jesus. A primeira é a mais antiga, data de 2006 e ocupa uma área de 33 hectares com a presença de cerca de 5 mil famílias. A maioria das casas são de alvenaria, bem estruturadas, algumas ainda são de madeira. Essa ocupação desde 2007 é alvo da empresa Nordeste Pré-Moldados que entrou na justiça pela reintegração da posse, porém somente em 2013 a reintegração de posse foi concedida em favor da empresa. Porém devido à articulação

dos moradores e organizações do bairro com o Ministério Público de Pernambuco e a Defensoria Pública, que realizou uma audiência pública para discutir a situação, a Justiça de Pernambuco revogou a decisão de reintegração de posse. Nesse momento os moradores denunciam que as ruas da Ocupação já têm Endereço Postal (CEP) e um conjunto habitacional, ou seja, são reconhecidas pelo Estado.

Para garantir a continuidade da decisão e dar ainda mais visibilidade à causa nos anos seguintes foram realizadas diversas mobilizações protagonizadas pelo Grupo Espaço Mulher articulada com outros movimentos sociais e ONGs. Atualmente o processo judicial encontra-se parado. A segunda ocupação, da Vila Bom Jesus, aconteceu em 2018, está localizada próximo a BR 101. Atualmente já possui casas de alvenaria. Até o momento não apareceu nenhum “dono” para reivindicar a posse da terra.

A partir dos dados expostos acima, percebemos que Passarinho está inserido num contexto social e geográfico de desigualdades estruturais, o que o Movimento por Justiça Ambiental⁴ denomina de “racismo ambiental”. O sociólogo Robert Bullard define esse conceito como

qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, as pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. As instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares reforçam o racismo ambiental e influem na utilização local da terra, na aplicação de normas ambientais no estabelecimento de instalações industriais e, de forma particular, os lugares onde moram, trabalham e têm o seu lazer as pessoas de cor (BULLARD, 2005).

Essa noção, aplicada ao caso brasileiro, tem uma enorme importância pois expõe as consequências “na nossa formação social, do escravismo e da ausência de políticas de reparação capazes de alterar a situação socioeconômica na qual vive a população negra” (SILVA, 2010, p.2). Entretanto, problematizando sob a perspectiva feminista, Carmen Silva (2010) argumenta que para pensar justiça socioambiental faz-se necessário compreendê-la a partir das relações sociais de classe, de gênero, de raça e etnia. Ou seja, é preciso situar que os problemas ambientais são provocados pela imbricação dos sistemas capitalista e patriarcal, por isso o sexismo precisa ser um dos elementos de análise do racismo ambiental no Brasil,

⁴É um movimento que surgiu “nos Estados Unidos nos anos 1980 a partir da articulação entre movimento negro e movimento ambiental em função dos conflitos gerados pelas políticas governamentais e empresariais americanas que estimulavam o depósito de dejetos tóxicos em áreas residenciais de maioria negra” (SILVA, 2010, p. 1)

pois é fato notório que as mulheres negras, que moram nas periferias das grandes cidades, são as principais responsáveis pelo domicílio, por isso “é sobre as mulheres negras que recaem os maiores prejuízos da crise ambiental” (SILVA, 2010, p. 3). Além de levar em consideração o racismo, há que levar em conta a divisão sexual do trabalho – separação feita pelo patriarcado, que determina que haja trabalho para homens e trabalho para mulheres (MEIRA, 2015). Fernanda Meira (2015) também aponta que as relações de trabalho são pautadas pelos sistemas estruturantes de poder—capitalismo, racismo e patriarcado -, que “definem os lugares das pessoas no mundo de trabalho, bem como a remuneração e as formas de casso” (MEIRA, 2015, p.11). Dessa forma, as mulheres, principalmente as mulheres negras devido à inserção racial, continuam nas ocupações mais vulneráveis, vivendo relações de trabalho precárias e sem a devida proteção social, ou seja, sem garantia de direitos.

Acrescido a esse cenário de racismo ambiental, há o desordenamento da urbanização brasileira, que segregou a população negra, as colocando para as periferias, provocando todo tipo de desigualdade social. Por isso, Maria Joaquina Cavalcanti (2018) coloca que o Direito à cidade surge “da necessidade de reivindicar esses direitos esquecidos dentro do processo de urbanização dos centros urbanos” (CAVALCANTI, 2018, p.9). Assim, as bandeiras de luta trazidas pelo Grupo Espaço Mulher estão relacionadas diretamente com a luta contra a injustiça ambiental⁵ e pelo direito à cidade, traduzida na luta por aumento das matrículas escolares, implantação de uma escola de ensino médio, construção de áreas de lazer, aumento na oferta de transporte público, despoluição do rio Beberibe, inserção da área da Vila Esperança nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS⁶.

Nesse sentido, Silva (2010) aponta que

Para o feminismo interessa alternativas que ao mesmo tempo criem condições ambientais para a continuidade da vida humana em condições saudáveis, mas também que possibilitem a alteração das relações sociais proporcionando condições de igualdade entre homens e mulheres, pessoas negras e brancas. No nosso horizonte político está autonomia das mulheres e a transformação social. Nesta perspectiva democrática de construção de ‘um outro mundo possível’ a aproximação entre movimento feminista, movimento negro e movimento ambiental, é um caminho possível para fortalecer as lutas por justiça socioambiental articuladas aos movimentos urbanos e rurais (SILVA, 2010, p. 9).

⁵Herculano (2008) define como “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008, p.2)

⁶Conforme a LEI Nº 16.176/96 - Art. 17 As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.

2.2 O GRUPO: DA KOMBI PARA O ESPAÇO MULHER

Tudo começou na década de 1990 quando as mulheres residentes de Passarinho, em sua maioria empregadas domésticas, se dirigiam para seus trabalhos numa “Kombi do vizinho”. Nessa época, não havia ônibus de linha para atender a localidade, as/os moradores geralmente andavam até a BR 101 para pegar um ônibus. Apenas depois de muitos anos de luta, hoje Passarinho tem duas linhas que atendem a comunidade (Dois Unidos Torres - ônibus complementar e o Alto da Bondade - T.I Xambá). Segundo o depoimento oral de Tatiane, está previsto a implantação de mais uma linha, que levará até ao Terminal Integrado da Macaxeira, que também é fruto da luta das mulheres.

Nessas idas e vindas, da periferia para o centro do Recife, elas conversavam sobre vários assuntos, sobretudo sobre a vida delas e as consequências da ausência do Estado na comunidade e conseqüentemente sobre a falta de equipamentos públicos e de políticas públicas, como relata Ediclea

Conversava-se sobre tudo: entre os homens a conversa era sobre futebol e bebida, entre outras coisas; já entre as mulheres a conversa era muito mais interessante, pois se falava sobre a situação das mulheres no trabalho, os acontecimentos na comunidade, sobre o lixo, a falta d’água, a energia, o rio poluído, sobre o posto de saúde que ainda não existia na comunidade, a eleição do conselho de moradores, o calçamento das ruas e, o mais grave, a violência contra as mulheres, o preconceito e o machismo (SANTOS, 2016, p. 68).

Falavam também sobre os desejos e sonhos de uma vida melhor. A partir desses encontros e do vínculo que foi formado, Neide entrou em contato com as mulheres para falar da ideia⁷ de formar um grupo. Assim, surgiu o grupo “As Kombeiras”, em referência à Kombi. Ediclea pontua que nessa época, o grupo tinha como presidente a Neide, porém ela não tinha nenhuma visão do movimento de mulheres. Assim como as outras integrantes (Luiza, Nevinha, Zezinha, Leni e Vânia) também “não tinham tido a oportunidade de conhecer a luta das mulheres e do feminismo” (SANTOS, 2016, p. 69). Por isso, elas se encontravam na casa uma das outras e organizavam festa de aniversário, festa do dia das crianças, bem como se reuniam para aprender a fazer pão, pintura de pano de prato. Essas atividades iniciais se assemelham as atividades desenvolvidas pelos clubes de mães muito presentes nas décadas de 1970 e 1980 que não tinham uma discussão expressamente feminista, apesar das pautas, das lutas, hoje, serem consideradas enquanto tal.

Nesse sentido, nesse momento inicial da formação do grupo, é possível considerar que

⁷A ideia foi uma sugestão do, então, marido de Neide, já falecido.

o Grupo estava inserido num contexto de movimento de mulheres de classes populares, que de acordo com Carmen Silva (2016), “era composto inicialmente por clubes de mães, grupos de saúde, e pela presença ampla de mulheres nos movimentos populares urbanos e nas comunidades eclesiais de base, que realizaram encontros conjuntos em vários momentos” (SILVA, 2016, p. 30)

Em 1999, Ediclea, uma das fundadoras do grupo, propôs que elas submetessem um projeto ao SOS para falar sobre a questão da saúde da mulher na comunidade. Com ajuda de uma companheira do movimento feminista, Vera Guedes, ela conseguiu escrever o projeto, que foi aprovado. O projeto previa dois dias de encontro para discussão sobre saúde da mulher. Entretanto após um desentendimento⁸, relacionado à ausência de domínio da gramática dessa área de captação de recurso, a então coordenadora do grupo se afastou do grupo. Devido a isso, foi colocado a questão: quem seria a nova coordenadora e a mudança do nome. Assim, por sugestão de uma das integrantes e concordância das demais, o grupo passou a ser chamado “Espaço Mulher”, como mostra o relato:

E aí eu dei a sugestão de mudar o nome do grupo, cada vez que a gente se encontrava, ninguém tinha pensado no nome do grupo. E aí eu sugeri Grupo Espaço Mulher porque é um espaço nosso, onde a gente pode conversar, pode chorar, dizer nossos segredos, né, falar da gente. E aí Espaço Mulher, todas aceitaram e ficou até hoje (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

2.2.1 Composição e Organização

Atualmente, o Grupo Espaço Mulher, se identifica enquanto um grupo de mulheres negras e feministas. O grupo é composto⁹ majoritariamente por mulheres negras, trabalhadoras domésticas, diaristas, donas de casa, aposentadas, na faixa etária entre 49 e 70 anos, com baixa escolaridade. Entretanto, há três integrantes fora dessa faixa etária majoritária, mas que merecem atenção. São elas, Thuany, Edja, e Tatiane, respectivamente, 27, 29 e 35. Destaco a presença delas, devido a participação ativa nas discussões e ações do Grupo. Preciso também falar de Cecília, que é um ponto fora da curva, no perfil do Grupo. Cecília tem 17 anos e aparentemente está passando por um processo de transição de gênero. Nos últimos anos, ela mudou o cabelo e o modo de se vestir. Apesar de não ser pauta no Grupo, essa questão, sua presença é muito querida e respeitada.

⁸O Grupo, com o projeto, recebeu um recurso de 500 reais. E a então coordenadora na época pensava que esse valor seria distribuído entre as integrantes do grupo. Por isso, quando Ediclea informou que não, que seria para pagamento das pessoas que facilitariam as discussões, para compra de material e do lanche, ela não gostou e decidiu sair do grupo.

⁹Quadro da composição do grupo no Apêndice A.

Desde o surgimento, o grupo tem como principais pautas de luta: a saúde da mulher e a violência contra as mulheres, com intuito de transformar a realidade da vida das mulheres. Também tem como pauta a cobrança, aos governantes, de políticas públicas que melhorem as condições de vida das (os) moradoras (es) da comunidade de Passarinho, como explica

As mulheres se reuniam pra falar sobre a água, sobre a luz, sobre o esgoto, sobre a saúde, sobre creche, sobre escola...faz é tempo que bate nessa tecla (risos). Bate muito nessa tecla (Joelma, depoimento oral, julho/2018).

Foto 1: Sede do Grupo Espaço Mulher – 2009



Fonte: Elaboração própria

As mulheres se reúnem uma vez por semana na sede do grupo. A sede fica na rua Jandaia; uma das ruas paralelas à avenida principal – Estrada de Passarinho. A casa é fácil de reconhecer que faz parte do grupo, pois no muro há um grafite de uma mulher negra, com cabelo black, que foi fruto de uma intervenção artística do Ocupe Passarinho ANO II. A casa é alugada, possui um quarto, sala, cozinha e banheiro e um quintal. É pequena, mas organizando direitinho cabe todas. Às vezes, quando tem uma reunião com as mulheres parceiras, é preciso retirar a mesa da sala e colocar alguns bancos na porta da casa. Nela, as mulheres não apenas realizam suas reuniões, mas também se reúnem para confeccionar as camisas; costurar mochilas; fazer artesanato em crochê, fazer a compostagem e o chorume para vender e colocar nas diversas plantas que dão vida ao quintal. A casa é mantida através dos recursos dos projetos que elas aprovam e pelo dinheiro da venda dos produtos (bolsas, camisas, colares, brincos, chorume), dos serviços prestados (o Grupo já foi contratado algumas vezes pelas ONGS e militantes feministas para fazer a famosa feijoada).

A organização do Grupo é pautada na auto-organização, autogestão e horizontalidade, ou seja, é um grupo apenas de mulheres que pautam suas ações em prol das mulheres, organizando suas ações por conta própria sem contribuição financeira de agentes públicos estatais. O Grupo confecciona artesanato para comercializar e garantir a sua sustentabilidade, ao pagar o aluguel e as contas de água, luz e internet. Além da comercialização dos artesanatos, outra forma da sustentabilidade é a captação de recursos através de projetos aprovados em pequenos editais. Apesar de receber recursos de ONGs, o Grupo consegue, na maioria das vezes, administrar essas atividades de forma compartilhada, sem hierárquica, garantindo poder de voz e decisão a cada mulher integrante do grupo. Entretanto, no projeto intitulado: “Mulheres e Agricultura Urbana: Segurança Alimentar e Consumo Consciente” houve alguns problemas na comunicação e na gestão do projeto, conforme coloca Ediclea,

A agricultura urbana é um projeto do Fundo Casa, eu tô viajando até agora dia 29 de julho é... que vai ter um encontro com todas as organizações que foram contempladas. Como a gente não tem CNPJ, a Casa da Mulher do Nordeste é uma parceira, pra trazer o projeto. Porém somos nós que participa e de responder pelo Projeto, né. Elas só é pra responder o dinheiro, né. Mas, claro que não acontece assim né a gente tá conversando entre nós porque tá meio confuso, mas tudo bem vamos lá, que a discussão não é essa (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).¹⁰

Esse projeto foi aprovado - no edital de pequenos projetos em apoio a grupos populares sem CNPJ – pelo Fundo Casa em 2015. Segundo relato de Ediclea, esse projeto foi/está sendo muito importante para o Grupo, pois mostrou a elas uma outra realidade sobre o manejo e a importância das plantas, das ervas. Contudo, ela trouxe muitas tensões também, pois a Casa da Mulher do Nordeste¹¹ - CNM se propôs a ajudar o Grupo escrevendo o projeto, porém segundo relatos não houve uma participação ativa do Grupo no início do processo, principalmente na escrita, administração de recursos e prestação de contas. Ediclea relata que

(...) não sabia de nada do projeto, a gente participava apenas do projeto, mas não sabia de nada. Massa. Aí que aconteceu...aí elas vieram cair em si quando teve o encontro e barraram elas, disseram que só quem podia ir pra essa capacitação era o Espaço Mulher (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019).

¹⁰Nesse primeiro depoimento, Ediclea preferiu não se aprofundar sobre essa questão, por ser um tema sensível e ainda não resolvido.

¹¹É uma ONG feminista recifense, que existe há 38 anos. Tem dois escritórios, um na Região Metropolitana do Recife e o outro no Sertão do Pajeú, em Afogados da Ingazeira. Trabalha prioritariamente com agroecologia, economia solidária e feminismo, visando a autonomia a autonomia econômica e política das mulheres.

Após esse momento, o Fundo Casa¹² reconheceu o Espaço Mulher enquanto grupo responsável pelo projeto e o convidou para uma capacitação em Brasília. A partir disso, começaram de fato a ter participação ativa no projeto, construindo relatório com ajuda da CNM e tendo acesso ao recurso para pagamento do aluguel da sede.

Embora essa situação tenha afetado a relação do Grupo com a ONG, o mesmo continua realizando articulações com a CNM e com outros parceiros. Em 2018, passou a integrar a Rede de Afro empreendedores do SEBRAE, visando fortalecer a mercantilização das suas produções artesanais. O Grupo participou de algumas reuniões com o SEBRAE e expôs seus produtos na Feira de Produtos Afro, que aconteceu em novembro de 2018 na Universidade Federal de Pernambuco.

2.2.2 Atividades

O Grupo realiza rodas de conversa em parceria com mulheres de outros grupos, participam de diversas atividades¹³ externas, a exemplo do Encontro Regional de Agroecologia, que aconteceu em fevereiro de 2018; do Seminário de Arboviroses promovido pela Gestos¹⁴, em maio de 2018; da exibição do filme “Quem mora lá?” no cinema São Luís a convite da ONG Habitat para Humanidade, em julho de 2018. Elas também participam dos Atos Unitários organizados pelos movimentos de mulheres e feministas da cidade do Recife, assim como estiveram presentes em algumas edições da Marcha das Margaridas e da Marcha das Mulheres Negras, que aconteceu em 2015.

No que se refere às atividades externas, quero destacar a participação ativa do grupo no processo de revisão do Plano Diretor¹⁵ da Cidade do Recife. O grupo participou das Oficinas por Segmento e conseguiu eleger Ediclea como Delegada para participar da Conferência Municipal do Plano Diretor¹⁶. Porém, ela relata que esse processo organizado

¹²Claudia, do Fundo Casa, responsável pelos projetos aprovados no Nordeste, marcou uma reunião com o Grupo Espaço Mulher e a Casa da Mulher do Nordeste no início de fevereiro de 2019, com objetivo de resolver essas questões.

¹³Ver quadro das atividades externas de 2018 no Apêndice B.

¹⁴É uma ONG. Recifense, fundada em 1993, que atua na defesa dos Direitos Humanos das pessoas soropositivas para o HIV e das populações vulneráveis às DSTs. Nos últimos anos têm feito um trabalho importante relacionado a epidemia de arbovirose – que teve seu ápice em 2015 no Brasil -, principalmente sobre o Zika vírus e as suas consequências para população, especialmente para as mulheres negras em situação de vulnerabilidade social.

¹⁵A Lei municipal 17.511 de 2008 instituiu o primeiro Plano Diretor da Cidade. O Plano é um importante instrumento da política de desenvolvimento urbano, pois orienta, planeja, regula o uso e ocupação do solo urbano. <https://recifedeluta.org/2018/05/21/para-que-serve-um-plano-diretor/>

¹⁶A Conferência foi realizada pela Prefeitura do Recife e teve como objetivo revisar o Plano, que data de 2008.

pela Prefeitura é falacioso e desrespeitoso, pois não há participação de fato da sociedade civil, conforme se verifica abaixo:

chegou lá, tava pra começar de sete horas, começou quase nove horas da noite. E assim, a maioria que estava lá era gestão, a sociedade civil pouquíssima, né. E assim, a gente não produziu nada, veio tudo prontinho pra gente botar o ‘e’, o ‘u’, num sei quê. Aí foi quando eu falei, que a gente não ficou até o final, porque até eu ia falar, mas se a gente ficasse até o final, a gente ia ficar sem ônibus, porque o último ônibus que saí daqui, que é o complementar, é nove e meia, perdeu esse ônibus, a gente ia ficar na rua, ou vem de carro ou vem a pé no expresso canelinha. Então, a gente veio simhora, mas na sala que eu estava... Vânia foi pra uma sala, eu fui pra outra, Mocinha foi pra outra. A gente falou que, a maioria da comunidade não sabia o que era Plano Diretor, ninguém tava sabendo que estava acontecendo nessa ação da Prefeitura das comunidades. E assim a gente não tinha voz... Aí falamos da escadaria, que a gente luta por um corrimão na escadaria; a gente luta pra que bote um mural ali na descida do ônibus, a gente falou sobre isso (...) a gente falou da creche que é uma luta que a gente tem da creche (...) falei do racismo ambiental, falei da gente da comunidade nunca sabia do que a Prefeitura fazia, falei tudo que eu tinha que falar. E aí quando houve as outras oficinas a gente botava sempre proposta do Espaço mulher falando da questão da, de creche, da escola, de saúde, sempre botava tudo, sempre o que tem na carta política, a gente jogava lá. Mas nunca foi ouvida. As propostas que a gente tinha nada foi ouvido (...) a gente tá planejando fazer audiência pública em março (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019).

Paralelamente, participou das atividades de Articulação Recife de Luta - ARL17, que surgiu com a intenção de discutir e sistematizar as demandas da sociedade civil para o Plano Diretor. Uma delas foi a Roda de Diálogo “O Plano Diretor do Recife e as Demandas das Mulheres”, facilitada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE18 e o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que possibilitou as mulheres colocarem suas demandas para cidade do Recife, as fortalecendo para processo que estava sendo conduzido pela Prefeitura. Apesar de toda movimentação, a tentativa de garantir que o novo texto do Plano Diretor estivesse às demandas populares, a Prefeitura desconsiderou parte das propostas construídas pela Articulação, demonstrando desrespeito pela participação popular e pelos espaços deliberativos.

Num sentido contrário, Ediclea argumenta que no Orçamento Participativo - OP19, a

¹⁷É uma articulação formada por diversos setores da sociedade civil: ONG’s, movimentos sociais, coletivos de pesquisa e ação e indivíduos. Ver em: <https://recifedeluta.org/para-onde-vamos/>

¹⁸Fundada em 1961, é uma ONG que trabalha com quatro causas: direito à cidade, justiça ambiental, mulheres e soberania alimentar. Hoje, seu poder de atuação alcança seis estados brasileiros: Rio de Janeiro, Amazônia, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Pernambuco.

¹⁹Instrumento de controle social e cogestão da cidade, criado pela Prefeitura do Recife, na gestão do Prefeito João Paulo (PT), no ano de 2001. Através de plenárias regionais, a população poderia indicar as prioridades no que se refere aos investimentos em obras e serviços, a partir do orçamento da Prefeitura. Em 2013 deixou de existir. No seu lugar, a nova gestão, do Prefeito Geraldo Júlio (PSB) criou o Recife Participa, que possui o mesmo objetivo.

sociedade, de fato, conseguia construir esse espaço. Embora, aponte dificuldades no processo do OP, tendo em vista que para uma comunidade ter suas pautas aprovadas, precisava levar uma quantidade grande de pessoas para as reuniões, Ediclea relata algumas conquistas que o bairro teve com o OP:

a gente teve muitos avanços, a gente teve o...posto, a gente teve várias ruas aqui calçadas, a gente teve a praça, sabe...o, o...o Orçamento participativo, ele, ele fez muita, muita coisa aqui dentro de Passarinho, enquanto que o Plano Diretor, a maioria não sabe nem que isso existe, essa é a diferença. O Orçamento participativo vinha...as meninas vinha porta-a-porta aqui na comunidade, falar com o povo, falar com as lideranças, fazia um dia de ação dentro da comunidade. Isso elas faziam, a prefeitura fazia. Mas, Geraldo Júlio faz não (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019).

Cabe ressaltar, que a participação do Grupo nas atividades externas está relacionada com sua atuação nos movimentos feministas da cidade, juntamente a rede de movimentos feministas - vide o FMPE e RMN. A participação nas atividades externas relacionadas ao Direito à Cidade e a Agricultura Urbana foram impulsionadas pelo Ocupe Passarinho. Através da sistematização de demandas em diversos âmbitos (meio ambiente, lazer, educação, saúde, moradia, transporte, segurança, desenvolvimento econômico, infraestrutura) nas Cartas Políticas, o Grupo conseguiu ampliar sua rede de contatos.

2.2.3 Ações

Através da análise dos depoimentos e das observações feitas nas reuniões, identifiquei que o grupo apresenta dois tipos de ações coletivas: ações voltadas para organização interna e ações que buscam visibilidade pública ou nos termos de Tarrow, ações coletivas rotinizadas e ações coletivas disruptivas. As rotinizadas possuem um script comum, são ações previsíveis, a exemplo do Bloco Sou Gordá, Mas Eu Pulo; Beleza Negra e o Julho das Pretas que já fazem parte do calendário anual do Grupo. Enquanto que ações coletivas disruptivas, que apresenta um conflito, tem um antagonista e apresenta demandas para o opositor, como é o caso da Ocupe Passarinho e Escola na Praça. Falarei detalhadamente de cada ação abaixo, iniciando-as ações rotinizadas.

Bloco “Sou Gorda, Mas Eu Pulo”

No Bairro de Passarinho, em meados de 2000, tinham vários blocos: Bloco O borracheiro, Bloco Linguarudo, Bloco Urso Arrasta Corno, Bloco Bimba Fina, Bloco Beleza de Creuza entre outros. Porém, ao longo dos anos foram se acabando devido à condição de saúde, envelhecimento e falecimento dos seus patronos, como relata Ediclea.

Ediclea informa que nesse mesmo período o Grupo já pensava em criar seu Bloco, mas faltava um nome que representasse a realidade delas. O nome surgiu, em 2008, a partir de uma conversa entre Ediclea, Paz Brandão e Nadege Nascimento – que viajavam através do Grupo Loucas de Pedra Lilás - sobre a construção de estereótipos relacionados à mulher negra e a exposição da imagem a partir desses estereótipos. No livro, *Cirandas Feministas: experiências que se entrelaçam*, que possui uma narrativa de Ediclea sobre a trajetória do Grupo, há uma passagem que mostra como aconteceu essa conversa que deu origem ao nome do Bloco, a ver:

(...) onde estava o povo negro? Quando não está no samba está com o isopor na cabeça, vendendo cerveja, varrendo a rua ou atrás do balcão. Quando se fala do físico da mulher negra, ela é tratada como mulata, a boa de bunda, a gostosa, etc. Quando se fala do cabelo da mulher negra, é cabelo de bombрил, cabelo ruim, cabelo duro. Por que a mídia e a sociedade dizem o tempo todo que tem que dar chapinha para o cabelo ficar quieto, baixa o volume e outros preconceitos mais? O cabelo crespo é um ato político, nossa identidade, nossa afirmação, é nosso empoderamento. Com isso aprendemos a amar a nós mesmas e a valorizarmos a nossa imagem. Se você é gordinha, nunca estará na frente de uma bateria de escola de samba, ou se entra em uma loja, nunca tem roupa para você. A mulher negra tem de estar no padrão que a sociedade impõe. A mídia diz que o padrão de beleza é ser magra, ter cabelo liso e boa aparência, porque a cor da pele no Brasil é como se fosse um patrimônio (SANTOS, 2016, p. 72).

Após essas reflexões, Paz Brandão, mais conhecida como Paizinha, falou “Eu sou gorda, mas eu pulo”. Imediatamente, Ediclea disse que esse seria o nome do Bloco. Quando ela levou para o Grupo, todas gostaram. Assim, o Bloco faz uma crítica ao padrão normativo de beleza imposto às mulheres, principalmente para as mulheres negras, que discrimina e violenta as mulheres que estão fora desse padrão (magro). Nesse sentido, concordo com o argumento de bell hooks que “desafiar o pensamento sexista em relação ao corpo da mulher foi uma das intervenções mais poderosas feitas pelo movimento feminista contemporâneo” (hooks, 2018, p. 57). A autora argumenta que o feminismo ao romper com essa compreensão opressora do tipo ideal de mulher, resgatou a autoestima saudável e o amor-próprio das mulheres. Pode parecer banal, mas muitas mulheres adultas e idosas, que até recentemente

não usavam shorts, não se sentiam confortáveis com blusas sem manga, esse bloco significa muito. Por isso, essa ação possibilita que as mulheres possam se divertir dentro da sua própria comunidade, usando seu corpo da forma como lhes convém, com as roupas que lhes são mais agradáveis. Além de lhes dá segurança, pois estão entre as suas, no seu lugar, como relata Joelma:

Porque é um grupo de mulheres, ela acolhe a gente, caminha devagarzinho. Não é aquela agitação, aquela multidão, aquele empurra-empurra. É aquele calor humano, uma segurando a outra, pinotando ali, brincando. É muito bom, é muito bom. Eu gosto daqui o carnaval daqui. (...) (Joelma, depoimento oral, julho/2018).

Temos o Sou Gorda Mas Eu Pulo, que eu acho que é muito importante porque já saí daquela história da estética, que a mulher tem que ser magra. E assim quando eu entrei no grupo, eu tava bem gordinha, e assim eu achei o Sou Gorda Mas Eu Pulo, tudo né, até por conta de gostar muito de carnaval. Aí achei o Sou Gorda Mas Eu Pulo bem interessante (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

Em 2009 a gente fez o Bloco, que foi assim, foi massa pra gente porque aí muitas mulheres não brinca carnaval, muitas de nós não vai pra cidade, nunca nem sabe nem ir pra cidade, na realidade, né (Ediclea, Depoimento Oral, janeiro/2019).

Nos depoimentos acima, de Ediclea e Tatiane, elas colocam três elementos importantes: a questão da representação, do direito à cidade, direito ao consumo cultural. O fato das mulheres não saberem sequer sair do seu bairro e vivenciar o centro da cidade, é uma expressão explícita do racismo ambiental e da negação do direito à cidade, também no que se relaciona a consumo cultural. Essa realidade, infelizmente, continua atual. Por exemplo, em 2018, o Grupo foi convidado para assistir a um filme no Cinema São Luís e foi à primeira vez, de muitas delas, no cinema.

Voltando para o Bloco. Nos primeiros anos, o grupo decidiu que o Bloco sairia depois do carnaval pela manhã por causa da presença dos outros blocos. Ediclea até relata que

Tinha até uma brincadeira que a gente dizia que a gente disputava com o Camburão, né, que era o Camburão da Vila, porque aí o povo que gostava do Camburão, ia pro Camburão e quem não gostava ficava por aqui (Depoimento Oral, Ediclea, janeiro/2019).

Segundo Ediclea, o Bloco era uma opção para as pessoas que não gostava de brincar fora. No início dava muita gente. Vinham às mulheres de fora da comunidade também, prestigiar o Bloco, como as mulheres do SOS Corpo e do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Há dois anos, o Grupo decidiu realizar o Bloco à tarde e durante o carnaval, pois atualmente não tem mais outros blocos no bairro, apenas o Beleza de Creuza, que saí na quarta-feira de cinzas. Elas fizeram camisa apenas em um ano. Por não ter recursos, o Grupo sempre conta com ajuda de terceiros para solicitar Orquestra de Frevo. Nos anos iniciais emitiu ofício para Prefeitura; já conseguiram Orquestra com o Bloco Beleza de Creuza, e recentemente tem conseguido expedir um ofício para o Mandato de Ivan Moraes²⁰. Para o carnaval de 2019, elas já estão providenciando esse ofício novamente. Na conversa com Ediclea perguntei se elas compram cerveja para beber no Bloco, ela informou rindo, que não, elas preferem “batida”, que é uma mistura de pitú, frutas e açúcar, geralmente elas fazem de maracujá, goiaba e limão.

Foto 2: Bloco Sou Gorda, Mas Eu Pulo - 2016



Fonte: Facebook

Em 2016, tive oportunidade de participar do Bloco, como parceira do Grupo. E na época fiquei admirada com a quantidade de mulheres. O Bloco percorre poucas ruas no entorno da sede do Grupo e ora termina na Praça, ora na própria sede do Grupo. Em depoimento, Ediclea informou que não sabe ao certo porque hoje em dia há presença diminuiu, pois nos anos iniciais atingia mais gente. Entretanto, levantou a hipótese de que a religião

²⁰É jornalista, escritor, militante dos direitos humanos e em 2016 foi eleito Vereador da cidade do Recife. Em 2017, assumiu seu cargo e já se tornou vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal do Recife.

protestante seja um impedimento, visto que muitas mulheres do Grupo e da própria comunidade se tornaram evangélicas.

Beleza Negra

Foto 3: Beleza Negra 2017



Fonte: Elaboração própria

Em 2017 participei do Beleza Negra, contudo ainda não tinha iniciado formalmente meu campo, mas o Grupo já estava ciente da minha pesquisa, afora o fato de ser parceira na militância feminista. Quando eu cheguei o quintal e o interior da sede do Grupo estavam lotados de mulheres. Além das mulheres do próprio Grupo, tinham mulheres da Rede de Mulheres Negras facilitando os espaços de maquiagem e trança afro, tinha mulheres do Fórum de Mulheres de Pernambuco fazendo o cabelo e ajeitando as unhas. Eu decidi participar também e dei meu nome para fazer a trança afro e maquiagem. Enquanto aguardava minha vez, presenciei a seguinte situação: Marluce – uma das integrantes do Grupo Espaço Mulher – disse que o cabelo dela era ruim, não era bom feito o meu. Imediatamente após essa afirmação, Ediclea (também integrante do Grupo) e Verônica (Rede de Mulheres Negras) retrucaram e iniciaram um debate interessantíssimo, ao falar que não existe cabelo ruim, e sim o racismo, que impõe padrões brancos às pessoas negras – ter cabelo liso, etc. – e que há vários tipos de cabelos. Apontando para mim, Ediclea falou, ela é negra, mas a pele dela é mais clara e o cabelo dela é cacheado; mas a pessoas que tem a pele mais negra e o cabelo crespo, e isso não significa que ela é mais feia ou mais bonita. Eu observei toda aquela discussão atônita, pois em meio a uma frase, espontaneamente se formou uma roda de diálogo

sobre as consequências do racismo relacionadas a questão do colorismo²¹. Esse relato traduz exatamente o que é essa ação, um momento de troca de conhecimento, de fortalecimento da identidade negra, do cuidado entre as mulheres.

Nos depoimentos de Ediclea e Vânia, elas enfatizam que essa ação tem como objetivo discutir a questão racial com as mulheres, principalmente em relação à beleza da mulher negra, como forma de fortalecer essas mulheres para enfrentar o racismo e valorizar os aspectos da cultura negra.

(...) a primeira vez que a gente pensou o Beleza Negra foi numa reunião nossa, que as meninas falando que o Cidadania já fazia o Beleza Negra. Aí Vânia fez “tá bom da gente fazer em Passarinho”. Aí eu disse: boa ideia, vamos fazer. Mas aí vamos fazer...porque o Cidadania é uma coisa mais pra dentro, ele não faz pra fora, ele faz pras mulheres do grupo. Aí eu dei a sugestão: a gente vai fazer, mas não vai fazer só pra gente. A gente vai fazer com outras mulheres, chamando as Organizações pra gente conversar mais sobre isso. Aí por isso que fez um diferencial da discussão da questão racial porque a gente não discute só a gente, né, a gente discute mas sempre chamando uma organização para que nos fortaleça, pra que a gente entenda o que é o racismo, o que a discriminação (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

(...) primeira Beleza Negra que a gente fez, a gente fez em 2009, foi em 2009 que a gente fez a Beleza Negra, foi uma tarde, não, a gente pegou um dia mesmo, um sábado, a gente pegou, junto com, veio Vera, Vera Santos, que hoje é da Rede, veio várias outras companheiras. É...fazer oficina sobre a questão racial, trabalhar o corpo e foi daí...desde esse ano que a gente nunca mais parou de fazer o dia da Beleza Negra. E é...e aí junto com a Rede foi depois, começou ano passado, em 2016, mas a gente sempre conversou essa questão de raça porque a gente tá numa comunidade quase 100% mulheres negras, né, que a gente vê a, a maioria das mulheres negras aqui da comunidade ou é empregada doméstica ou é, é... como e, cuidadora de idosos ou tá no serviço informal e a gente tem essa discussão, discutia esse lado. E também fortalecer as mulheres do grupo, que antigamente elas diziam que era “moreninha”, que era não sei quê e hoje todo mundo se identifica como mulher negra, né, e isso nos fortaleceu (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

Essas ações foi criada porque a gente se reconheceu grupo de mulheres negras, aí quando chegou o mês de novembro, aí o povo falava sempre mês de novembro, o mês da consciência negra, aí a gente sentou e conversou e vamos fazer o mês de oficina e o último dia a gente faz o dia do embelezamento da mulher negra e termina com alguma coisa referente a, a negritude, um maracatu, um coco. Aí o primeiro ano que a gente fez foi o Afoxé de Maria Helena, que veio. Aí a gente não parou mais (Vânia, depoimento oral, setembro/2018).

Como dito acima por Ediclea e Vânia, o Beleza Negra foi uma ação pensada pelo

²¹Giovana Nascimento (2015) com base na concepção de Du Bois (1903), define esse conceito como um sistema que hierarquiza os sujeitos com base na tonalidade da pele, seja ela mais clara ou mais escura, que influenciará na segregação ou oportunidades de mobilidade social.

Grupo e foi realizado pela primeira vez em 2009 e desde então tem acontecido todos os anos. No dia 24 de novembro de 2018 aconteceu a décima²² edição e é por esse tempo de existência que o Beleza é uma das ações mais expressivas do grupo. Mas não só pelo tempo de existência, mas por expressar a identidade coletiva do grupo que mais é acionada nas falas das mulheres: a identidade coletiva negra. A fala de Ediclea também revela o quão é intrínseca e dialética, a relação da construção da identidade negra com a ação coletiva - Beleza Negra – que será abordada mais profundamente no capítulo.

O Beleza Negra, em 2018, foi executado com recurso obtido através da aprovação de um pequeno projeto submetido à ONG SOS Corpo. A ação aconteceu pela manhã na sede do Grupo e teve roda de conversa sobre saúde da população negra, com enfoque na questão da hanseníase, realizada em parceria com o Coletivo Negrex²³, assim como teve atividades de cuidados com a pele, com aplicação de argila no rosto; aferição de pressão; manicure; maquiagem e trança afro. Após esses momentos, foi servida uma feijoada feita coletivamente pelas mulheres do Grupo Espaço Mulher. Durante toda a manhã, o clima era de alegria. As mulheres falavam e sorriam alto, estavam animadas com as atividades propostas, principalmente com a aplicação de argila, algo que é muito distante da realidade de cuidado com o corpo dessas mulheres. A maquiagem e a trança afro também foi um sucesso, precisou inclusive de distribuição de fichas. Como mostra a imagem abaixo, muitas saíam de uma atividade para outra, para fazer o serviço completo.

Foto 4: Beleza Negra - 2018



Fonte: Elaboração própria

²²Este ano, 2018, o Beleza Negra aconteceu junto com o Ocupe Passarinho. Devido a conjuntura política e o excesso de demandas do grupo e dos outros movimentos e organizações que são parceiras nessas ações, foi decidido fazer as duas ações no mesmo dia.

²³ Organização nacional de estudante e profissionais negras e negros da Medicina. Ver mais: <https://coletivonegex.com.br/>

Julho das Pretas

O Julho das Pretas é uma ação que tem como objetivo o enfrentamento ao racismo, fim da violência e pelo bem viver. Esta ação faz parte de uma agenda nacional, acontecendo em várias cidades brasileiras, como Bahia, Paraná, e foi criada em 2013 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, com intuito de “celebrar o 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela” (CESE, Julho/2018). No Grupo Espaço Mulher, essa ação começou a ser realizada apenas em 2015, muito provavelmente pelo processo de movimentação que acontecia na cidade para a Marcha das Mulheres Negras. Em 2016, o Grupo começou a se articular com a Rede de Mulheres Negras – recém-criada. Em 2017 em parceria com a Rede, realizou um evento maior com participação do Maracatu Flor do Monte – grupo formado somente por mulheres. Em 2018, o Grupo realizou três rodas de conversa sobre direitos humanos, violência contra a mulher e fala pública, com enfoque na realidade das mulheres negras. Essas rodas aconteceram na sede do Grupo em parceria com o Grupo Cidadania Feminina e com a Rede de Mulheres Negras.

Foto 5: Julho das Pretas - 2018



Fonte: Elaboração própria

Ocupe Passarinho

O termo “Ocupe” é inspirado originalmente no Occupy Wall Street, que faz parte de

“eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protestos com reivindicações peculiares de cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia” (CARNEIRO, 2012, p. 7).

Esse modelo de protesto, que passou a ser intitulado como “ocupas”²⁴, também chegou ao Brasil. O Movimento Ocupe Estelita²⁵ é um exemplo que influenciou o Ocupe Passarinho, pela forma de ocupação dos espaços públicos com seus corpos; e pelo conteúdo, pelo projeto de cidade que garanta uso democrático e justo do espaço urbano, principalmente pelo direito à moradia as pessoas de classe popular.

Em 2015, após a notícia que havia uma tentativa de reintegração de posse da área onde famílias residem na Ocupação Vila Esperança, Ediclea relata que realizou articulações com as ONGs parceiras para pensar o que fazer. Para tentar barrar essa reintegração, a Casa da Mulher do Nordeste elaborou a proposta do Ocupe Passarinho e contactou o SOS Corpo para pensar como seria esta atividade. Ediclea relata como se deu esse processo

elas queriam fazer o Ocupe Passarinho, trazer pronto pra gente. Quando elas levaram para o SOS Corpo, aí as meninas questionaram: O Espaço Mulher está sabendo dizendo disso? Aí elas não a gente tá...Ai elas disseram: não, quem tem que dar propostas, você tem que levar pras meninas. Aí Analba foi e falou comigo, olha, foi passado assim, assim. A Casa procurou a gente e a gente disse que elas tinham que procurar vocês. Aí foi quando elas vieram, falaram com a gente. A gente fez, a Casa, a *ActionAid* e elas. Mas também eu dei aqui ó. Eu não quero ser dona do Espaço Mulher não, nem quero ser dona da comunidade não. Mas a gente quer saber de tudo que acontece aqui. Elas vem aqui, trabalham, faz o escambau. Tu pensa que a gente sabe das coisas (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019).

Após esse conflito, a proposta foi levada e acatada pelo Grupo. Ediclea relata que a

²⁴É um movimento global que realiza “acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo -, iniciado no segundo semestre de 2011, tem entre suas principais bandeiras a crítica à desigualdade econômica” (PESCHANSKI, 2012, p. 27)

²⁵O movimento Ocupe Estelita surgiu em 2014 como reação a privatização do Cais José Estelita – área com mais de 100 mil metros quadrados situada ao lado do rio Capibaribe, entre o centro da cidade do Recife e a zona sul – pela venda ao Consórcio Novo Recife através de um leilão. Esse Consórcio pretendia construir 12 torres de 10 andares na área, desconsiderando completamente o impacto ambiental e social para as comunidades do entorno, o déficit habitacional da cidade, etc, ou seja, priorizando um caráter de sociedade excludente.

partir de então, foi definido que todas as reuniões para pensar o Ocupe aconteceriam na sede do Grupo Espaço Mulher. E assim foi. As reuniões geralmente aconteciam nas quartas-feiras, dia habitual da reunião do grupo. Através do WhatsApp do Grupo, Ediclea convoca as organizações parceiras. E essas organizações ficam responsáveis de fazer a articulação e o convite com outros grupos e movimentos.

O Ocupe Passarinho é uma ação coletiva, que se encaixa no que Scherer-Warren (2006) caracteriza como mobilização na esfera pública, na qual é resultado de um processo de articulação entre diversos atores dos movimentos sociais, de ONGs e redes de movimentos, que

“por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112)

Assim, através da participação de diversos segmentos dos movimentos sociais, coletivos, grupos e ONGs da cidade do Recife, o Ocupe tem como objetivo dar visibilidade a luta por moradia e pressionar os órgãos públicos para impedir a reintegração de posse da área onde famílias residem na Ocupação Vila Esperança, garantindo a regularização fundiária dessa área e exigindo que ela se torne uma ZEIS. Sua primeira edição aconteceu em 10 de outubro de 2015 como forma de reação a. Entretanto, tem outras pautas reivindicatórias, tais como: iluminação pública, limpeza e preservação do Rio Beberibe, vagas na Escola Municipal escola Marluce Santiago da Silva, saneamento básico, creche, mais médicos e remédios no posto de saúde, etc.

E a questão da Ocupação, essa ocupação que tá aqui na comunidade desde 2006. Em 2014, apareceu um dono, um cara que se diz dono da terra né, querendo botar as pessoas pra fora. Então, ele entrou com a reintegração de posse, querendo botar as pessoas pra fora. Quando, na época, o presidente era Mago (de que?), que ele veio, trouxe pra gente essa notícia, que ele não sabia o que fazer. Aí eu liguei, saí ligando pras organizações, liguei pro SOS Corpo, falei com Rivane que é advogada. (...) conversei com o Cendhec, conversei com a *ActionAid* e saí articulando o pessoal (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

Nessa primeira edição do Ocupe Passarinho, já foi possível observar a grande articulação do grupo com os movimentos sociais e as ONGs²⁶. Muitos desses movimentos e

²⁶Estavam presentes na construção desse ato: Casa da Mulher do Nordeste, SOS Corpo, Ocupe Estelita, Núcleo

organizações realizaram ações preparatórias, no bairro, para discutir temas importantes como organização comunitária, direito à cidade, agricultura urbana e segurança alimentar. Ediclea relata que essas articulações com os outros movimentos sociais foram feitas, principalmente, pelas ONGs parceiras: *ActionAid*, Casa da Mulher do Nordeste e SOS Corpo. Enquanto que as articulações locais com os moradores do bairro e os grupos culturais ficaram sob responsabilidade prioritária do Grupo. As reuniões preparatórias e os pré-ocupes, serviram também para envolver esses parceiros. A criação de um site²⁷ com as notícias e as fotos da ação ajudou na mobilização e na visibilidade.

O ato aconteceu na praça do Terminal de ônibus e na rua onde fica a escola Marluce Santiago. Neste ato teve feira de produtos agrícolas, de artesanatos, oficinas de lambe-lambe e stencil, grafite, rodas de conversa, palanque feminista, gincana de materiais recicláveis com as crianças, oficina de construção de pipa e abebé, apresentações de grupos musicais de coco, rap, apresentações teatrais, sarau de poesia e a leitura da Carta Política²⁸ – apresentando as demandas da comunidade para o poder público.

Foto 6: Ocupe Passarinho ANO I – 2015



Fonte: Mariana Medeiros

de Pesquisa e Práticas Agroecológicas/Geografia-UFPE, Campanha permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (PE), MST, *ActionAid*, Conselho dos Moradores/as de Passarinho, FeminismoAgora, Diadorim, Movimento Zoada, Ou Vai ou Racha e movimentos culturais como o Coco d'Olorum.

²⁷<https://ocupepassarinho.tumblr.com/>

²⁸Ver Carta no Anexo A.

Dessa primeira edição, destaco a questão da agricultura urbana. Esta é uma pauta da parceira do Grupo - Casa da Mulher do Nordeste – e foi ela que realizou a articulação com outros movimentos. O Núcleo de Pesquisas e Práticas Agroecológicas da Geografia/UFPE. No dia da ação, o Núcleo facilitou uma oficina sobre Agricultura Urbana: agroecologia e direito à cidade cultivando saúde e comida de verdade, no qual trouxe e compartilhou diversos conhecimentos sobre a agroecologia tirou dúvidas, realizou um intercâmbio com Dona Maria – integrante do Assentamento Chico Mendes, e ao fim distribuíram mudas e sementes (Assessoria de Comunicação da Casa da Mulher do Nordeste, 2015).

Em 2016, na segunda edição, as estratégias políticas de articulação e realização de várias atividades permaneceram. Chamando a atenção para o debate sobre as questões socioambientais e de agroecologia, na qual os grupos e organizações²⁹ envolvidas realizaram uma roda de debates sobre Agroecologia; uma visita guiada a experiências de mulheres em agricultura urbana; uma oficina sobre compostagem, além de plantio simbólico de mudas à beira do rio Passarinho.

Realizado no dia 03 de dezembro na praça do Terminal, o Ocupe ANO II, teve uma programação intensa e diversa. Contou com feira agroecológica; com o Assentamento Chico Mendes e Sítio Ágata; feira de artesanato com da Rede de Mulheres Produtoras e o Grupo Espaço Mulher; escambo com do livro vivo; exposição da experiência com a agricultura urbana; campanha permanente contra os agrotóxicos; divulgação dos direitos trabalhistas; oficinas de: confecção de pipas, de zine e de stencil, com material reciclável, malabares com bolinhas artesanais, agricultura urbana, confecção de camisetas; massagem, reiki; roda de diálogo sobre a PEC 241/55 e direito a creche; bingo solidário; grafite com a Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop; palanque feminista com o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Nas atrações culturais, o Teatro de Rua da Ilha - T.R.I.LHA apresentou o espetáculo “Mulher faz o que quer”, houve, ainda, apresentações da Batucada do Fórum de Mulheres de Pernambuco, do Maracatu Flor do Monte, Grupo Percussivo Nação da Ilha, do Coco Virado e do Coco

²⁹Grupo Espaço Mulher, ONG Casa da Mulher do Nordeste, NEPPAG AYNI (UFPE) e o Núcleo Feminismo, Gênero e Ruralidades (UFRPE).

Chinelo de Pau. O auge do ato foi à leitura da Carta Política³⁰, que expôs quais demandas foram atendidas pelo poder público, bem como reiterou as reivindicações feitas na primeira edição. Neste ano, é importante destacar a presença expressiva da comunidade Ilha de Deus, que através do Núcleo de Comunicação Caranguejo Uçá e das apresentações do T.R.ILHA, Grupo Percussivo Nação da Ilha e da Ciranda de Mulheres e Poupança Comunitária, demonstrou a importância do “intercâmbio cultural de grupos artísticos (coco, maracatu, teatro de rua, grafite), de grupos que promovem a economia solidária (agroecologia, artesanato) e de grupos que atuam na luta pela garantia dos direitos” (Caranguejo Uçá, Dez/2016)

Foto 7: Ocupe Passarinho ANO II



Fonte: Elaboração própria

No ano de 2017, apesar de várias demandas não terem sido atendidas pelo poder público, a terceira edição não aconteceu devido à conjuntura política, que fez com que o Grupo voltasse suas forças para as ações de rua contra a retirada dos direitos das mulheres. Neste ano, os movimentos feministas da cidade do Recife junto com diversos movimentos sociais ocuparam as ruas contra os retrocessos do governo do Presidente Michel Temer, principalmente em relação a PEC 241/55, a reforma trabalhista e a reforma da previdência, que afetariam principalmente as mulheres negras. Entretanto, ainda foi realizada uma ação, o Pré-Ocupe Passarinho, voltada para atividades com as crianças. Esta ação aconteceu na Praça

³⁰Ver Carta no Anexo B.

de Passarinho em parceria com a *ActionAid*.

Não, não teve pela questão da conjuntura né que nos tomou de lavanco e a gente tava mais na rua do que em Passarinho né, naquela época e por isso que não teve. E a gente também tava sem projeto e não deu pra gente fazer (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

A terceira edição do Ocupe foi então realizada em 2018, no dia 24 de novembro. Diferente dos outros anos, a quantidade de atividades e parceiros³¹ foi menor e por isso o Grupo junto com as parceiras resolveu realizar no mesmo dia a ação Beleza Negra e o Ocupe Passarinho. Observei que além de diminuir a quantidade de parceiros, nas reuniões de preparação havia uma presença majoritária das ONGs, (Casa da Mulher do Nordeste, SOS Corpo e *ActionAid*). Apesar de o Grupo ter relação sólida com o Grupo Cidadania Feminina³², no qual já participou de outras ações, como o Julho das Pretas e as rodas de diálogos ao longo do ano, e ter feito o convite para participar da construção, ele não pode estar presente. É possível pensar algumas hipóteses que explique a ausência desses grupos nas reuniões de preparação para o Ocupe: dificuldade de comunicação; deslocamento, tempo disponível e recursos financeiros.

Em conversa com Ediclea, ela informou que os intercâmbios que elas fizeram com as mulheres da Ocupação Marielle Franco, Ocupação Carolina de Jesus foi por intermédio da Casa da Mulher do Nordeste, e se deu pontualmente, apenas para troca de saberes e experiências em relação à agricultura urbana. Entretanto, a relação com as mulheres da comunidade Ilha de Deus já vem de algum tempo e foi construída a partir dos contatos de Ediclea.

As atividades do Ocupe tiveram início pela manhã com o protagonismo das crianças, que visitaram o quintal de uma das integrantes do grupo – Magda -, e também plantaram

³¹ Estiveram presentes na construção da ação: *ActionAid*, Casa da Mulher do Nordeste, Coko Chinelo de Pau, Coletiva das Vadias, Coletivo Negrex, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Mandato de Ivan Moraes, NEPPAG-UFRPE, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e SOS Corpo.

³² O Cidadania Feminina surgiu em 2001 na comunidade do Córrego do Euclides (periferia da zona norte da cidade do Recife). Antes era o “Grupo de Mulheres Cidadania Feminina”, e hoje como status de ONG, se denomina apenas Cidadania Feminina. “A Cidadania Feminina é uma organização de mulheres negras que tem a missão de defender os direitos humanos das mulheres, lutando para o seu fortalecimento e autonomia. Temos como eixo de atuação: o enfrentamento da violência contra a mulher e a valorização da identidade negra.” <http://cidadaniafeminina.org.br/>

mudas na rua da Escola. Essa atividade foi facilitada pela Casa da Mulher do Nordeste por meio do projeto do Sistema de Vínculos Solidários – que realiza atividades com jovens de Passarinho -, no qual a *ActionAid* também faz parte. Na parte da tarde/noite, na praça de Passarinho aconteceram: feirinha com oito barracas vendendo diversos produtos (bazar, comida, artesanatos, artesanatos produzidos pelo grupo Espaço Mulher, agroecologia feminista); oficina de confecção de pipas para as crianças; bingo solidário; palanque feminista com recital de poesia; leitura da carta política³³; apresentações culturais (Coco Chinelos de Pau, Mayra Clara e Batucada Feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco).

Foto 8: Ocupe Passarinho ANO III - 2018 (Barraca do Grupo Espaço Mulher)



Fonte: Elaboração própria

Na avaliação desta terceira edição, o Grupo avaliou positivamente a realização das duas ações – Beleza Negra e o Ocupe Passarinho - no mesmo dia. As mulheres ficaram satisfeitas com as atividades que foram desenvolvidas e as participações das mulheres do Grupo e do bairro. Apenas uma problemática foi identificada, como relata Ediclea

O único problema foi com a agricultura urbana foi que Joelma, Magda e

³³Ver Carta no Anexo C.

Dona Vilma estava nessa organização, mas Magda...a Casa chamou Magda para fazer uma ação junto às crianças sobre agricultura urbana. Simplesmente, ela foi para a Casa e deixou o Espaço Mulher (...) deixou Joelma à frente para organizar a barraca, as coisas. Deixou Joelma e Dona Vilma, só que as duas muito apombaiada não soube fazer as coisas e não aconteceu. Aí não funcionou nem a barraca da agricultura urbana, nem funcionou o reiki, que justamente era com Magda, porque ela foi pra Casa da Mulher do Nordeste. Aí ela queria botar o marido ela, mas a gente não aceitou (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019).

Sobre a importância dessa ação, Tatiane, ela reforça a importância de realizar essa ação em parceria com outros movimentos e organizações para impedir que as famílias fossem desabrigadas e para o fortalecimento do grupo.

Eu, assim, eu vejo que nossos parceiros têm dado uma grande alavancada, acho que essa é a palavra, no crescimento do grupo. Feito eu sempre falo, em trazer conhecimento pra gente, pra dentro da comunidade. E outra coisa, ter vestido a camisa do Ocupe Passarinho foi uma grande coisa porque tamos falando 27 mil famílias que tava prestes a ficar desabrigado e as organizações vestiram a camisa e até hoje veste pra não desabrigar essas famílias e assim foi muito importante também pra a união do grupo. O grupo teve que ficar mais fortalecido pra essa luta (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

Ao ter como proposta política a visibilidade da luta por moradia, que estava correndo risco imediato, mas também todas as outras demandas sociais da comunidade, como por exemplo, a questão da iluminação precária, a quantidade de vagas na escola, a ausência de médicos e remédios no posto de saúde, o Grupo conseguiu colocar Passarinho na agenda política da cidade do Recife assim como também ganhou reconhecimento dentro da comunidade, ao se fortalecer enquanto grupo.

E o Ocupe faz três anos, o Ocupe é uma referência do Ocupe Estelita porque o Ocupe Estelita era lutando por aquele lugar bem grande que tem lá na cidade que o governo quer tomar conta, e aqui não, aqui a gente tava, a gente fez pra puxar políticas públicas pra aqui, porque não tem saúde, não tem educação, que o colégio que tem aí é pequeno, o posto não atende todo mundo, quando falta médico, o povo fica sem usar o posto porque não tem médico, não tem remédio. Aí por isso que a gente fez esse Ocupe Passarinho pra vê se melhorava um pouquinho, que até agora não melhorou nada, com esse governo que a gente tem (Vânia, depoimento oral, setembro/2018).

De acordo com os depoimentos das mulheres do Grupo, o Ocupe Passarinho foi uma das ações que mais marcou a vida delas porque esta ação permitiu que elas conhecessem outros movimentos sociais e outras mulheres da militância feminista, bem como puderam aprender na prática como se realiza um grande evento, participando de toda a etapa de

construção - das reuniões à divisão e execução das tarefas. Cada mulher assumiu uma tarefa específica, na qual elas puderam exercer suas habilidades, perceber o quanto são capazes, fortalecendo sua autonomia e noção de coletividade, ou seja, sem concentração de demandas numa pessoa, como mostram os relatos de Joelma, Mocinha e Tatiane

O primeiro Ocupe Passarinho foi maravilhoso, foi maravilhoso o primeiro Ocupe. O segundo Ocupe também foi maravilhoso, mas o primeiro me chamou mais atenção que o segundo porque o primeiro eu não sei por que foi uma coisa assim, muita gente construiu. Além de muita gente construiu, muita gente ficou na reunião do começo ao fim, não saiu de jeito maneira, queria tombar, mas a gente foi forte, consegui as coisas pra cá, pra Passarinho. E até nesse dia, eu dei aula de turbante e foi uma coisa assim que eu nunca tinha saído assim pro mundo pra ensinar um bucado de gente, uma prateia assim, ensinar, eu fiquei emocionada assim depois. E eu falando, eu me emociono porque foi uma coisa assim que o Ocupe trouxe pra mim, entendeu, que foi minha primeira vez ao público dos anos que eu passei eu ir ao público assim (Joelma, depoimento oral, julho/2018).

(...) uma sensação tão gostosa na pessoa, que a pessoa sabe que ta ali ocupada vendendo aquilo ali, eu achei muito bom, vendi as camisa quase toda, dei o troco tudo certinho, e prestei conta tudo certinho (Mocinha, depoimento oral).

(...) foi muito importante o processo por quê? porque designou pra cada uma responsabilidade. Então, mostrou assim que cada uma tem um papel importante, que assim você fazer parte de um grupo e tá sentado numa cadeira é uma casa. E você ser importante praquele grupo é muito bom. Cada uma teve um papel bem importante, uma ficou na cozinha, a outra é responsável pelas barracas, outra pela feira, outra pela parte agroecológica, outra pela música, pela divulgação. Então, assim mostrou que cada uma tem um papel muito importante. Então, assim fortaleceu mais ainda as mulheres do grupo. Foi muito bom (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

No plano simbólico, como dito anteriormente, o Ocupe Passarinho, teve muitas conquistas. Ampliou a rede de contatos, de conhecimento sobre as pautas defendidas, de domínio prático de como se prepara e organiza uma ação coletiva expressiva, reforço da solidariedade do Grupo, etc. Mas de maneira efetiva, o poder público não cumpriu nem metade das demandas reivindicadas.

Entretanto, é necessário ressaltar que avanços concretos também ocorreram. Antes mesmo da primeira edição do Ocupe Passarinho acontecer, a força da mobilização coletiva já surtiu efeito. No dia 06 de outubro, o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco - CREMEPE fiscalizou as três unidades de saúde da comunidade: Unidade de Saúde da Família Passarinho (USF), que fica em Olinda, e as USF de Passarinho Alto e Baixo, que ficam localizadas em Recife, e encontrou o que a comunidade já vinha denunciando: poucos

profissionais nas equipes de saúde, falta de médico e áreas descobertas. Após a primeira edição do Ocupe Passarinho foi realizada, no dia 23 de novembro de 2015, uma Audiência Pública na Câmara dos Vereadores do Recife com várias pessoas da comunidade, representantes da sociedade civil organizada, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, Casa da Mulher do Nordeste, SOS Corpo e *ActionAid*, além de representantes do poder público (vereador Jurandir Liberal, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Sustentabilidade). Como aponta a Carta Política do Ocupe Passarinho Ano II, houve alguns resultados: visita da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, que constatou a situação de degradação ambiental de Passarinho e o descaso do poder público relativo a essa questão; participação das (os) moradoras (es) de Passarinho na reunião no Distrito III sobre a situação da saúde, no qual muitas famílias não podem ser atendidas no posto de saúde porque moram em áreas descobertas; compromisso da Secretaria de Educação em adequar a estrutura do prédio anexo da Escola Municipal Marluce Santiago³⁴; construção da ponte que liga a Vila Esperança à Vila Nossa Senhora da Conceição pela Prefeitura do Recife; melhorias na iluminação pública. Em relação à situação da educação municipal, Ediclea relata que a situação ainda é complicada:

Bom, o resultado que deu...a gente levou a pauta do Ocupe Passarinho, porém uma política que não anda é a questão da educação, que desde o Ocupe Passarinho em 2015 a gente já discutia sobre a questão da educação, sobre a escola pequena que não agregava toda criança da comunidade, e, é...quando a gente fez a audiência pública, as gestores disseram que “não, a escola tá maravilhosa” (...) porque tinha um anexo antigamente no Conselho dos Moradores. Quando a coordenação, quando entrou uma coordenação nova no Conselho, é... entrou em contato com o Conselho Tutelar, mostrou que não tinha como aquelas crianças ficar ali porque realmente tinha problema de, de...não tinha nenhuma infraestrutura pras essas crianças. Então...ai o Conselho Tutelar entrou em contato com o Ministério Público e tiraram as crianças. Tá certo, tinha que tirar mesmo. Porém, botou todo mundo amontoado na escola. Então, dividiu a sala em duas, é...na época não tinha nem ventilador, botaram as crianças lá e as crianças (...) ficou pior porque as crianças não tem onde brincar, né, ficou amontoado. A questão do, do barulho sonoro, né (...) no começo do ano tivemos uma reunião com a Secretaria de Educação, elas pediram pra que a gente procurasse casa, pra alugar a casa...Isso foi em 2016, a gente já está em 2018 e até hoje essa casa ainda não saiu, as crianças continuam amontoadas na escola (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

Em 2017 foi realizada uma segunda Audiência Pública, em parceria com o Mandato do vereador Ivan Moraes. Nesta ocasião o Grupo colocou novamente na agenda pública as

³⁴Após intervenção realizada pelo Ministério Público e a gestão do Conselho de Moradores, as crianças foram retiradas desse anexo e recolocadas no prédio da Escola Municipal Marluce Santiago.

reivindicações da comunidade de Passarinho, como garantia do direito à moradia para as cinco mil famílias da Vila Esperança, a melhoria na iluminação pública e no do transporte público, construção de creches, melhor atendimento nos postos de saúde e conservação do rio Beberibe. Importante ressaltar que essas melhorias aconteceram após a realização das ações coletivas do Grupo, como aponta Ediclea:

a CELPE tem porque foi da ação do Ocupe Passarinho, né, foi da ação (...) quando a gente fez a ação em 2015, meses depois eles ligaram pra gente.(...) E aí a gente passou três dias com eles, né, à noite, tarde da noite, mostrando os locais mais escuros porque a gente já tinha feito o Lanternaço com a *ActionAid* nos locais mais escuros e aí depois disso, que saí na televisão, na Rede Globo, é (...) meses depois a CELPE foi e botou luz em tudo lá, hoje é tudo iluminado (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

O Lanternaço, que Ediclea se refere acima, foi uma ação nacional proposta e articulada pela *ActionAid*, após a execução do Projeto “Cidade Seguras para as Mulheres”, que pesquisou³⁵ quatro estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte, constatando o medo e a insegurança da população em transitar pelas ruas das cidades. Em Passarinho, foi realizado nos anos de 2015 e 2016 em parceria com o Grupo Espaço Mulher. O primeiro contou com a presença de cerca de 100 mulheres, que percorreram em caminhada aproximadamente um quilômetro (Diário de Pernambuco, 2015).

Foto 9: Lanternaço/2015



Fonte: Rodrigo Lobo

³⁵Ver infográfico com o resultado da pesquisa na página Especiais, do Jornal do Comércio Online, intitulado #ACULPANÃOÉDELAS, escrito por Ciara Carvalho, Anne Barreto, Vanessa Cortez, Mônica Carvalho, Elaine Santana e Sílvia Oliveira no ano de 2017.

O segundo Lanternaço, o número de mulheres participantes foi menor, apenas 30 mulheres participaram caminhando “com velas e lanternas nas mãos, denunciando os pontos de escuridão onde se sentem mais vulneráveis a assaltos ou à violência de gênero. Em alguns trechos, a ausência total de luz e o mato alto dos dois lados da rua, sem pavimentação, são assustadores” (*ActionAid*, 2016)

Escola na Praça

A Escola na Praça aconteceu em março de 2018, na praça do Terminal de Ônibus, e foi pensada para denunciar o descaso da Prefeitura do Recife com a educação pública infantil no bairro. Esta ação também representa um acúmulo das demandas no âmbito da Educação das Cartas Políticas construídas pelo Grupo nos três Ocupes Passarinhos. Na Carta Política do ANO III, o Grupo elenca as seguintes exigências:

O Grupo conseguiu se articular com as mulheres da Ocupação Vila Esperança, para somar forças e reivindicar mais escolas públicas e creches no bairro. Ediclea relata que essa ação foi realizada junto ao Mandato do Vereador Ivan Moraes, ela diz

a gente fez uma blitz na escola, né. E aí é...não andou né. A gente já fez a blitz, a gente já fez uma ação na comunidade, né, junto com as...porque também tem uma ocupação, é... tem uma ocupação, ocupação não, aliás, um habitacional novo que chegou que tem mais de 300 famílias e ainda vai chegar quase 1000 famílias ainda, né, e essas crianças, a maioria dessas crianças não tá estudando. Algumas crianças foram matriculadas aqui a mandado do Conselho Tutelar e as crianças daqui ficaram sem espaço, né. E muitas as crianças daqui não estão estudando, as que estão estudando, algumas tem, as que mãe e pai trabalha, tem uma condição, tá no particular e na sua maioria não tá estudando. A mesma coisa são as crianças do habitacional, né, tem muitas crianças do habitacional não tá estudando, muitas estão fora da comunidade, Beberibe, Linha do Tiro, e outras tem até em Nova Descoberta, que eu conversei com a mãe que tem um filho em Nova Descoberta. E o resto (...) e as crianças que precisam de creche, que a gente tem uma luta também por creche, também não tem onde botar as crianças (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

Foto 10: Escola na Praça - 2018



Fonte: Rafael Furtado/Folha de Pernambuco - 13/03/2018

Na foto acima, é possível observar, através dos cartazes que as mulheres e as crianças estão segurando, o que elas estão denunciando e a quem estão denunciando. Ao colocar dados com números e direcionar essas informações para o Prefeito da Cidade do Recife, Geraldo Júlio, o Grupo consegue deixar explícito para as/os moradoras/es do bairro e para o poder público quais são suas reivindicações. Outro fato importante, é que este protesto teve divulgação nas grandes mídias de comunicação, a exemplo da reportagem da Globo que estava presente.

3 O GRUPO ESPAÇO MULHER NOS CONTEXTOS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

Este capítulo apresenta de forma breve os contextos nacionais e locais dos movimentos feministas, onde o Grupo Espaço Mulher está localizado, evidenciando os processos de luta de ontem e hoje no Brasil e em Pernambuco, assim como demonstra como se dá o processo de articulação desses movimentos na cidade do Recife/Pernambuco.

3.1 CONTEXTUALIZANDO EM NÍVEL NACIONAL: OS FEMINISMOS NO BRASIL

É importante localizar o Grupo Espaço Mulher dentro de um contexto histórico – político macro, que é o feminismo no Brasil. No século XIX já existiam, no Brasil, muitas demonstrações de insurgências, que hoje consideramos, feministas. Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar (2017) fazem uma breve cronologia do feminismo no Brasil. De acordo com elas, no fim de 1800 já haviam algumas publicações de romance, jornais, peças com a temática sobre mulheres escrita por mulheres. Em 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino, em seguida outro dado importante foi a criação, em 1921, da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Entre as décadas de 1920 e 1940 houve uma efervescência de congressos, convenções, avanços relacionados ao sufrágio feminino e em 1934 foi eleita a primeira deputada do país, Antonieta de Barros. Na década de 1950 merece destaque a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras e a realização da Conferência Nacional das Trabalhadoras que lutavam por creches e direitos trabalhistas, já demonstrando a ampliação da luta das mulheres. Em 1960, 1970 e 1980 predominou o surgimento de grupos de movimento de mulheres e ONGs; criações de estratégias e equipamentos públicos, e grupos de estudos voltados para as questões sobre mulher. Na década de 1990 os movimentos começaram a se organizar em redes de movimentos mais amplas, como é o caso da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (1992) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (1994), assim como realizaram encontros nacionais. Um marco dessa época foi a realização, em 1995, da IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing. Nos anos 2000 o foco central aparenta ser a luta por políticas públicas, que obtém sucesso, por exemplo, com a criação da Lei 11340/2006 – Lei Maria da Penha. Na década seguinte, a que ainda estamos, se destaca em nível nacional, a primeira Presidenta eleita – Dilma Rousseff, a decisão do Supremo Tribunal Federal de não considerar mais crime aborto de fetos anencéfalos, a aprovação da PEC das Domésticas e a Lei do Feminicídio, além da realização da Marcha Nacional das Mulheres Negras. (BLAY e AVELAR, 2017)

Após essa breve exposição de datas e pontos chaves da história do feminismo brasileiro, é importante destacar que foi apenas na década de 1970 que essas expressões são denominadas de feministas na história oficial. Bem como, é de fundamental importância situar o contexto político-social, que era de fechamento do regime político com a ditadura militar, que o movimento feminista enquanto movimento social construiu suas bases em oposição e contestação à ordem política imposta no país pelo golpe militar de 1964. Outro ponto interessante que precisa ser demarcado é que embora tenha recebido influências do feminismo europeu, principalmente com as discussões sobre a desnaturalização do “ser mulher” de Beauvoir, o movimento feminista brasileiro foi permeado de particularidades não só em relação ao contexto político e social da época quanto ao perfil das mulheres que estavam “a frente” dele. O perfil das mulheres também é relevante porque, dentro do universo diversificado do “ser mulher”, as mulheres que estavam à frente, protagonizando esse movimento eram as que tiveram acesso à educação universitária e que foram beneficiadas pelo estilo de vida modernizador, fruto do desenvolvimento social e econômico da década de 1950. (SARTI, 2004). Entretanto, há estudos que mostram que nesse período as mulheres negras e de classes populares tiveram uma significativa participação contra o regime militar quando se organizavam nas redes submersas como aponta Flávia Rios (2017). Ela cita algumas mulheres que atuaram nessa luta, a exemplo de Alceri Maria Gomes da Silva (Vanguarda Popular Revolucionária- VPR), Ieda Santos Delgado (Aliança Libertadora Nacional – ALN) e Helenira Resende de Souza Nazareth (Guerrilha do Araguaia). Rios (2017) menciona, também, a presença de mulheres negras nas universidades como forma de ativismo político, como é o caso de Sulei Carneiro, Edna Rolland, Beatriz Nascimento Lélia Gonzalez dentre outras.

Sob posse dessas informações, desconhecidas pela maioria da sociedade, Ribeiro (1995) e Werneck (2009) nos mostram que é preciso compromisso ético-político para recontar e visibilizar a participação das mulheres negras na constituição do campo feminista no Brasil, assim como fez Kia Lilly Caldwell em 2000 que revelou a invisibilidade das experiências de luta das mulheres negras na historiografia oficial, assim como o debate da ausência do conceito raça na constituição do gênero e na identidade das mulheres no cenário brasileiro. Caldwell (2000) relata que apesar das intelectuais feministas não brancas dos Estados Unidos desde o final de 1970 apontarem que o enfoque exclusivo de gênero é insuficiente para compreender a fonte da opressão de mulheres, pois não consegue relacionar o sexismo com outras formas de opressão, no Brasil houve uma lenta incorporação desses aspectos nos estudos sobre mulher e na teoria feminista. Ela argumenta que uma das possíveis explicações

é a ausência de intelectuais negras na academia. Ribeiro (1995) também “bate nessa tecla” e argumenta que o movimento negro e o movimento feminista também têm parcela de culpa nessa secundarização por tratar as mulheres negras como “sujeitos implícitos”. A autora argumenta que em ambos os movimentos foi enfatizada a “ideia de diferentes, mas não desiguais” (RIBEIRO, 1995, p.446). Entretanto as mulheres negras insatisfeitas com as posturas políticas e conscientes “da importância do seu papel na história” buscaram se organizar num movimento autônomo, a partir disso surge o movimento de mulheres negras.

Sônia Alvarez (2014) também realiza essa ponderação sobre a homogeneidade difundida pelo “mito de origem” ou o que foi denominado de “segunda onda do feminismo”. A autora argui que existia uma heterogeneidade notória desde os anos de 1970, não só no que diz respeito à composição organizativa - feministas autônomas, feministas partidárias, feministas populares ligadas à Igreja -, mas também em relação à diversidade identitária (negras, brancas, pobres, classe média, heterossexuais, lésbicas). Cynthia Sarti (2004) reforça que, “embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas” (SARTI, 2004, p.44). A consequência de tomar como universal a categoria mulher se materializou na denominação do feminismo como singular, demonstrando uma hegemonia no pensamento teórico: branco, rico e heterossexual.

As intelectuais negras deram uma grande contribuição para pensar o pluralismo do feminismo ao questionar essa noção de identidade única, apenas ligada ao gênero. Luiza Bairos (1995) questiona: “Numa sociedade racista, sexista, marcada por profundas desigualdades, o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais?” (BAIROS, 1995, p.458). Com esse questionamento, Bairos (1995) expõe uma série de limites e as inconsistências de algumas vertentes do feminismo em dar conta das imbricações das questões de gênero, raça e orientação sexual, como é o caso das vertentes radical, liberal e socialista, que trabalhava apenas os conceitos de mulher, experiência e política pessoal favorecendo assim mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Especialmente com relação à universalidade do conceito mulher, a autora argumenta que a partir dessa perspectiva subentende-se que a opressão sexista é igual ou atinge as mulheres também de maneira universal, desconsiderando assim os “diferentes contextos históricos e culturais.” (BAIROS, 1995, p. 459).

Reconhecendo que o feminismo hegemônico deixa do lado de fora da história as experiências de luta e resistência das mulheres negras, indígenas e brancas pobres, explicitando o quanto a questão racial foi (e ainda está) ausente nos estudos feministas (CARDOSO, 2013), enfatizo a importância das feministas negras nesse processo e a

necessidade de falar feminismo no plural, visto que a perspectiva universalista encobre as diferenças e as desigualdades existentes entre as mulheres. Por isso, a partir de agora utilizarei “movimentos feministas” com base no conceito de Alvarez (2014) de “feminismos plurais”, que compreende que todo o processo histórico de descentramento e pluralização dos feminismos e analisa os movimentos feministas pelas lentes teóricas e analíticas que articulam as opressões de gênero, raça, classe e orientação sexual.

Nesse sentido, Rivane Arantes (2018) compreende também a importância de acrescentar o “s” ao feminismo, pois mesmo sendo uma ação coletiva de mulheres que busca transformar o mundo pautada num projeto político, ela não contempla todas as mulheres porque esse projeto não é total nem único. Entretanto, reforça que

“isso é parte da experiência democrática, é mesmo algo inevitável e é algo que não invalida seu projeto e sua eficácia, porque independente de todas as mulheres serem feministas ou não feministas (e não precisam necessariamente ser no meu ponto de vista), os seus ganhos têm potencial para se estender a todas e a cada uma” (ARANTES, 2018, p. 23)

Partindo desse ponto, vou me ater de forma breve na configuração, na atuação e nas conquistas dos movimentos feministas brasileiros na história recente. Para enfrentar esse cenário, a pluralidade do campo feminista contribui bastante para resistir as tentativas de retirada de direitos das mulheres. São diversos grupos e coletivos feministas autônomos, redes de movimentos³⁶ em nível nacional e regional, ONGs³⁷ feministas, setoriais de mulheres de partidos políticos e de movimentos sociais mais gerais, extremamente consolidadas. Movimentos que se organizam nos grandes centros urbanos, nas periferias, nos sertões, nas matas e florestas, nas águas. Movimentos que tem como principal ferramenta de luta a internet, outros que fazem a luta no cotidiano de suas realidades ao vivo e em cores, muitos que se juntam e realizam grandes atos no espaço público. A movimentação é grande, forte, diversa e barulhenta.

³⁶ Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB, Marcha Mundial de Mulheres - MMM, entre outras.

³⁷ Algumas delas: Sempre Viva Organização Feminista - SOF (São Paulo/ SP), Casa da Mulher do Nordeste (Recife/ PE), SOS Corpo (Recife/ PE), Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (São Paulo/ SP), Centro das Mulheres do Cabo (Cabo/ PE), Geledés - Instituto da Mulher Negra (São Paulo/ SP), Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH (Rio de Janeiro/ RJ), Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA (Brasília/ DF). Acessado: http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/anos/1980.php?iframe=1_a_ong_feminista Temos também as ONGs Criola, Odara - Instituto da Mulher Negra, INEGRA - Instituto Negra do Ceará, Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, Imená Instituto de Mulheres Negras do Amapá.

Nos últimos anos, mas especificamente a partir de 2011, os movimentos feministas têm protagonizado grandes atos de rua com a replicação da “Slut Walk”³⁸ ou na sua tradução brasileira “Marcha das Vadias”. Devido à potência das mídias digitais, especialmente as redes sociais, de trocar informação de forma rápida e instantânea, várias cidades ao redor do mundo organizaram esse ato (MARTINI;PUHL, 2015).

Esses atos levaram centenas de pessoas para as ruas contra a cultura do estupro e a culpabilização da vítima. Influenciadas por esse resgate e efervescência desse modelo de mobilização, milhares de mulheres lotaram as ruas, as praças e os noticiários. Vários gritos foram ecoados contra o fundamentalismo religioso, contra a tentativa de controle institucional dos nossos corpos através da retirada de direitos relacionadas ao aborto, ao estupro defendidos pela bancada evangélica no Congresso Nacional. Esse período de efervescência de atos de ruas foi chamado pela grande mídia de “Primavera Feminista”.

É importante frisar que essa efervescência acompanha uma tendência internacional de resistência ao avanço do conservadorismo e dos governos de ultradireita. O *Ni Una Menos*, *Womens March*, *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito*, *#MeToo*, *#NousToutes* são alguns exemplos que existem para barrar o aumento das violências contra as mulheres, principalmente o feminicídio; forçar a aprovação de leis que garantam o aborto legal e seguro; e contra a política neoliberal que afeta diretamente a vida das mulheres, principalmente as mulheres negras e pobres.

Há quem diga que o conservadorismo cresce novamente no Brasil. Mas será que um dia ele deixou de ser forte? Ou será que nos dias de hoje ele está mais escancarado, desinibido? Não podemos esquecer que o Brasil foi um território conquistado sob luta, sangue e estupro pelos povos ditos “civilizados”, que impuseram seus modos de vida, seu regime político, sua religião branca/europeia aos povos originários. Um dos últimos países a abolir “oficialmente” o regime escravocrata. Apesar dos seus mais de 500 anos de existência, o Brasil vivenciou mais regimes políticos conservadores e autoritários do que o contrário. Por isso, acredito no pressuposto que conservadorismo tem se tornado mais explícito. E as consequências desse processo são expressas na eleição de 2014, ao eleger o Congresso mais conservador da história desde 1964, assim como o golpe parlamentar de 2016, que resultou no impeachment da Presidenta Dilma – marcado profundamente por expressões misóginas – garantiram que militares, religiosos, ruralistas, grandes empresários representam a maioria no Congresso,

³⁸É uma manifestação surgida em abril de 2011 no Canadá como forma de reivindicação a uma série de estupros que vinham acontecendo na Universidade e ao discurso institucional que culpabilizava as vítimas devido ao modo como se vestiam. (Nascimento e Trevas, 2017)

pudessem ameaçar as diversas conquistas ligadas as pautas às minorias políticas como o povo negro, povos originários, as mulheres e a população LGBT.

Uma das hipóteses para o crescimento³⁹ dos grupos reacionários baseados no discurso da “moral e dos bons costumes”, em defesa de Deus e da família é paradoxalmente a potência dos novos movimentos sociais, como os movimentos feministas. A partir desse cenário, os movimentos feministas direcionaram suas ações para as mobilizações de ruas, a fim de garantir a visibilidade das reivindicações, disputar narrativa e demonstrar força.

Protagonizaram e/ou somaram forças as outras frentes de luta dos movimentos sociais de esquerda, nas diversas manifestações em prol da democracia, desde o início do processo de impeachment, em 2015. #ForaCunha, #ForaTemer foram os slogans cunhado pelos movimentos sociais de esquerda presentes na maioria das manifestações nos anos de 2015, 2016 e 2017, expressando desacordo aos projetos políticos neoliberais e conservadores representados por esses políticos que ameaçam dos direitos sociais e trabalhistas já conquistados, a exemplo, Estatuto da Família, revogação das prerrogativas do aborto legal, alteração da demarcação de terra indígenas, congelamento das verbas para saúde e educação através da PEC 241⁴⁰ (também chamada de PEC da Morte), reforma trabalhista, reforma na previdência e extinção dos Ministérios da Cultura, Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e das Mulheres, etc.

Um levantamento realizado em 2017 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados mostra em números essas ameaças legislativas aos direitos humanos. Os números são preocupantes. Foram contabilizadas 40 ameaças relacionadas ao direito do trabalho; direitos ao meio ambiente, ao acesso à terra e à alimentação adequada; direitos dos povos indígenas, direitos das mulheres e das pessoas LGBT, direito à laicidade do estado; direito à educação; direito das crianças e dos adolescentes; direito à vida; direitos sociais e bem-estar, direito à comunicação e devido processo legal.

Em 2018, a conjuntura sociopolítica brasileira seguiu a tendência dos anos anteriores, de agravamento das desigualdades sociais, em decorrência da crise econômica, do aumento do

³⁹A bancada evangélica brasileira tem cerca de 90 parlamentares e se fosse um partido seria o terceiro maior perdendo apenas para o PT e o PMDB. Três grandes denominações evangélicas prevalecem: Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Batista. Com uma representação de cerca de 16% no Congresso aliada a diversas articulações com diversos setores conservadores, essa bancada consegue através dos seus discursos propagandísticos totalmente despreocupados com a verdade científica disseminar uma ideologia do terror quando se trata de assuntos relacionados às questões raciais, étnicos, de gênero e sexualidade, à exemplo da ideologia de gênero.

⁴⁰Aprovada na sexta-feira, 13 de dezembro de 2016. A mudança na numeração se dá pela transição das Casas. Quando estava na Câmara dos Deputados era 241 e ao ser aprovada e encaminhada para o Senado, passou a ser 55. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>

desemprego, crescimento do número de pessoas vivendo em situação de rua e consequentemente a elevação da pauperização da população. Assim como se tornou cada vez mais comum expressões conservadoras e reacionárias, legitimadas pelo discurso do, atual presidente do país, Jair Bolsonaro, do então Partido Social Liberal - PSL, que pode ser definido como “ambicioso, ultradireitista, misógino e nostálgico da ditadura”⁴¹.

Nesse sentido, acredito que é possível inferir que a propagação desses discursos unida às diversas tentativas de alteração da legislação vigente com relação aos direitos das mulheres, da população negra, da população indígena e LGBT aumenta a vulnerabilidade e a violência proferida contra esses grupos. De acordo com diversas pesquisas e relatórios realizado nos últimos anos, os números de assassinatos de homens, mulheres negras e população LGBT cresceu exponencialmente. No último relatório realizado, em 2017, pelo Grupo Gay da Bahia - GGB, 445 pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram vítimas de homotransfobia. Esse número inclui assassinatos e suicídios. Ao analisar uma série história a partir de 2000, é possível verificar esse crescimento relacionando com o contexto político. Em 200 foram 130 homicídios, em 2010 esse número dobra e vai para 260. E no ano do golpe parlamentar, 2016, esse número atinge a casa dos 343 homicídios. Quando se trata de assassinatos de pessoas negras, o número aumenta consideravelmente. Entre 2003 e 2013, a taxa de assassinato de mulheres negras aumentou 54%. De acordo com o Atlas da Violência 2017, entre 2005 e 2015 foram assassinados mais de 318 mil jovens. Os dados revelam que a cada 100 pessoas vítimas de homicídio no país, 71 são negras (CERQUEIRA, et all, 2017). Segundo os dados da CPI do Assassinatos de Jovens do Senado Federal, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil (SENADO FEDERAL, 2016). Em relação aos dados referente ao feminicídio⁴², apesar da ausência de dados atualizados e consolidados a respeito das taxas no Brasil, de acordo com o Anuário de Violência de 2017 produzido pelo Fórum de Segurança Pública, em 2015, no Brasil foram assassinadas 4.621 mulheres. Contudo, não se pode afirmar que todos esses crimes são de feminicídio porque no banco de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM não fornece essa informação detalhada. Aliada a esse cenário aterrador, também cresce o número de homicídios de ativistas, como o caso que

⁴¹Definição do repórter do El País Brasil, Tom C Avendanño, na série de reportagem que investigou a trajetória do presidente eleito. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/album/1540940547_609680.html#foto_gal_1

⁴²“O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.” (SENADO FEDERAL, Relatório Final, CPMI-VCM, 2013)

marcou o país – o assassinato da Vereadora Marielle Franco, e a criminalização, de maneira geral, dos movimentos sociais.

Para resistir a tantas ameaças a garantia mínima dos direitos sociais e humanos, milhares de mulheres, de diversas posições políticas, saíram das redes sociais e lotaram as ruas de várias cidades brasileiras, no final de 2018, para dizer que não queriam Jair Bolsonaro⁴³ na presidência do país. Apesar de não sido os movimentos feministas que pensaram e organizaram os atos, eles estavam presentes para disputar a narrativa e expressar as ameaças que o candidato representaria para o país, e especialmente para vida das mulheres, ao apoiar a reforma na previdência, a reforma trabalhista, a mudança na lei que garante o aborto legal, entre outras.

3.2 CONTEXTO LOCAL: OS FEMINISMOS EM PERNAMBUCO

Nesse tópico, localizo o Grupo, mais especificamente, nos movimentos feministas em Recife por ser meu campo de atuação. Os movimentos feministas na cidade ganham destaque na opinião pública no mesmo período que os movimentos feministas em nível nacional, no fim da década de 1970 e início de 80, à época das mobilizações pela redemocratização. De acordo com Alline Bonetti (2007), no fim de 1970 havia grupos feministas autônomos e outros ligados aos partidos políticos, seguindo a tendência nacional de diversidade e pluralidade. Cita a existência do grupo “Mulheres à Luta”⁴⁴ que existiu por quatro anos (1979 a 1982) e era ligado ao Partido Comunista. A Federação das Mulheres de Pernambuco surge no mesmo ano com ligação com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, grupo surgido em 1966, cujo objetivo era se opor à ditadura militar instaurada no Brasil. Ainda no mesmo período, porém numa perspectiva autônoma, segundo a autora, surge o grupo “Ação Mulher” que ao se dissolver contribuiu para criação de três ONGs feministas existentes até hoje no estado de Pernambuco: Casa da Mulher do Nordeste, SOS Corpo e Centro das Mulheres do Cabo. A autora também salienta a presença dos grupos “(...) oriundos

⁴³O presidenciável ficou popularmente conhecido no Brasil, em 2016, quando “homenageou” o torturador Coronel Brilhante Ustra no dia da votação do Impeachment, com a seguinte declaração: “Que dia de glória para o povo brasileiro. Tem um nome que entrará para a história nesta data, pela forma como conduziu os trabalhos nesta Casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela *família* e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por deus acima de todos. O meu voto é sim” (Transcrição do vídeo na matéria do El País, abril/2016)

⁴⁴Seu término deu origem ao grupo “União das Mulheres”.

do movimento popular de mulheres ligados às Pastorais da Igreja Católica e de Comunidades Eclesiais de Base” (BONETTI, 2007, p.80).

Em relação às bandeiras de luta nesse momento histórico, Bonetti (2007) revela que a partir dos documentos da criação do Fórum de Mulheres de Pernambuco - FMPE é possível perceber que as principais bandeiras eram (e ainda são): a violência contra as mulheres e saúde das mulheres. Ela toma como referência esses documentos pelo fato de que o FMPE representa atualmente um “espaço de confluência do feminismo”, integrando uma diversidade de mulheres em todo o âmbito estadual e estando em diversas instâncias de participação política e social. Segundo Bonetti (2007) as bandeiras de luta e as formas de ação permanecem basicamente as mesmas. Nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000, os movimentos feministas organizaram atos públicos para denunciar a questão das violências contra as mulheres, produziram cartazes, realizavam campanhas, vigílias, relação com a mídia para produção de conteúdo e visibilidade das ações.

Como foi dito, o campo político feminista pernambucano é potente e plural, até hoje há a presença de grupos, coletivos, redes, fóruns e instituições consolidadas, muitas existentes há mais de três décadas. É possível citar: FMPE, SOS Corpo, Articulação de Mulheres de Bairros do Recife - AMBR, Grupo Espaço Mulher, Cidadania Feminina, Casa da Mulher do Nordeste, Coletivo Mulher Vida, Marcha Mundial de Mulheres, Gestos, Mães da Saudade, Curumim, Rede de Mulheres Negras. A partir de 2011, com a realização da Marcha das Vadias Recife - MVR, devido a sua estética irreverente⁴⁵, a política de deboche e escrachada do ato, houve a insurgência de novos coletivos autônomos, composto majoritariamente por mulheres jovens como aponta Cecília Cuentro (2017). A autora observou que o surgimento de vários coletivos se deu, devido principalmente, por dois fatores: novas agendas/demandas e pelas formas organizacionais de mobilização. A partir dos critérios de apartidarismo, auto-organização e não composição de bases de outros movimentos sociais ou de partido, ela identificou doze coletivos: Coletivo Marcha das Vadias Recife, Coletiva Feminista Diadorim, Coletivo Periféricas, Colativa, Ou Vai Ou Racha e Faça Amor, Não Faça Chapinha, Cabelação PE, Vaca Profana, Poder Feminino Crew, Coletivo de Mães Feministas Ranusía Alves, Coletivo Ocupe Sapatão e Coletivo FEMME. Alguns desses coletivos não estão mais ativos, e outros surgiram após essa pesquisa, a exemplo do Coletivo Filhas do Vento e da Rede

⁴⁵ Importante salientar que essa estética sempre existiu, a exemplo da atuação da ONG Loucas de Pedra Lilás. A ONG foi criada em 1989 e tem como proposta o ativismo ou teatro engajado (NASCIMENTO, 2014). O desejo das mulheres que criaram o grupo era fazer o “feminismo descer mais redondo, invadindo as ruas com sua irreverência e traduzir as lutas utilizando o teatro e o humor para os públicos mais diversos. O nosso principal interesse é dar visibilidade às ações de lutas das mulheres organizadas através do teatro e outras expressões artísticas.” <http://loucasdepedralilas.blogspot.com/>

Feminista Antiproibicionista, Deixa Ela Em Paz, Mulheres no Audiovisual de Pernambuco - MAPE, Liberta Elas.

Aliado a essa composição, destaco alguns eventos mais significantes do calendário anual de luta do campo feminista pernambucano, que realiza atos unitários e ações coletivas de março a novembro. Em março, há 20 anos é realizado o Dia Internacional de Luta das Mulheres em referência ao 8 de março. Há uns dois ou três anos adotou-se a expressão 8M como maneira de unificar/padronizar a luta em nível nacional. No último sábado de maio acontece a Marcha das Vadias Recife. Em julho é realizado o 25 de Julho pelo Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, o ato é organizado por diversos grupos de mulheres negras e feministas. Em agosto há atividades pelo dia 29⁴⁶ - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Setembro tem o dia 28 - Dia latino e caribenho pela Descriminalização e legalização do aborto, que recentemente adotou a expressão “Festival Pela Vida das Mulheres” para se referir às atividades desse dia. Em novembro, encerra o ano, com atividades relacionada ao dia 25 de novembro - Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Atualmente, o 8 de Março e a Marcha das Vadias são os dois atos que congregam uma grande quantidade de grupos e movimentos, tanto na sua organização quanto execução. Apesar da Marcha das Vadias ter começado apenas em 2011, Marília Nascimento e Juliana Trevas (2017) argumentam que o processo de consolidação do coletivo de mulheres que a organizam aliado ao processo de formação política interna e articulação com os outros movimentos feministas da cidade (Fórum de Mulheres, Coletiva Diadorim, Rede de Feministas Antiproibicionistas, Cores Femininas, Mulheres do Hip Hop, Coletivo Periféricas, Colativa), assim como a inserção de práticas, posturas de deboche e escracho, possibilitou sua permanência ao longo desses anos e influenciou as alterações nas formas tradicionais⁴⁷ dos Atos Unitários, a exemplo do próprio 8 de Março.

Afora essas ações rotinizadas, nos últimos anos foram frequentes, ações de caráter disruptivo, como nos atos “Fora Cunha”, “Fora Temer”, os atos contra o *impeachment* da Presidenta Dilma, no #EleNão, bem como promovem diversas ações educativo-formativas, tais como: a Escola Feminista realizada pela Marcha Mundial de Mulheres, os debates preparatórios para a Marcha das Vadias Recife, o curso Caleidoscópio ofertado pela SOS Corpo, as Jornadas Negras na Formação Política proposta pela Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, dentre outros.

⁴⁶O 29 de agosto não tem ato unitário, e sim alguns grupos realizam ações específicas, como o Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco – COMLESBI/PE e o Ocupe Sapatão.

⁴⁷A estética era composta por carros de som, bandeiras de partidos e uma presença considerável de homens no percurso.

3.3 ARTICULAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Como falado anteriormente, os grupos e organizações feministas na cidade do Recife se articulam anualmente para construir coletivamente os atos unitários. Meses antes da realização de cada ato, são convocadas reuniões abertas para iniciar o processo de construção da ação. Geralmente, as reuniões acontecem durante a semana no turno da noite, em casas ligadas a movimentos sociais de esquerda, ONGs feministas e sindicatos. No entanto, por uma reivindicação das mulheres que são mães, trabalhadoras e periféricas, as reuniões também acontecem aos sábados nos turnos da manhã e tarde. Nas primeiras reuniões são feitas retrospectivas das ações anteriores, para identificar os pontos positivos e o que ainda precisa ser modificado para que o ato possa ter um impacto relevante na sociedade e principalmente para as mulheres.

Alguns pontos são recorrentes nessas reuniões. Uns são facilmente acatados, outros são motivos de tensão e discordâncias. A comunicação com as mulheres que estão fora do ato é um deles. Nos últimos anos, por sugestões de feministas mais jovens, o modelo do material de divulgação foi alterado de panfleto para zine – um tipo de revista que é construída à mão, com colagens de jornais e revistas, imagens, e textos explicativos curtos – que possibilita uma maior interação e recepção das pessoas. O carro de som, historicamente, tem suas propostas alteradas, ele já foi usado para qualquer mulher fazer fala durante o ato; já foi usado apenas para passar as falas gravadas anteriormente em estúdio de representantes de cada movimento; e já foi usado novamente para fala aberta durante o ato, mas somente para representantes de movimentos previamente inscritas. A descentralização dos atos também é sempre apontada como uma questão que precisa de mais atenção; a maioria acredita que é necessário, mas há outros fatores que interferem como a visibilidade, a articulação com as mulheres da comunidade e a logística. Em 2018, a partir da articulação feita por uma das integrantes da Coletiva das Vadias com as mulheres que são lideranças na comunidade, a exemplo das mulheres da Ocupação do Sítio dos Pescadores e da Livroteca Brincantes do Pina, o ato do dia 25 de Novembro⁴⁸ foi realizado na comunidade do Bode, no Pina.

A presença de homens e bandeiras de partidos políticos são dois fatores de grande tensão nesse processo articulatório. Algumas mulheres compõem grupos que são bases de outros movimentos sociais de composição mista e por isso não veem problema na presença

⁴⁸O Ato teve sua concentração ao lado da Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada na avenida principal do bairro do Pina, e seguiu percorrendo as ruas da comunidade junto com a batucada do Fórum de Mulheres de Pernambuco e o Maracatu Baque Mulher- grupo de maracatu formado só por mulheres pela Mestre Joana. Durante esse percurso as mulheres presentes no ato foram distribuindo panfletos e dialogando com as mulheres sobre a violência contra as mulheres. O ato foi finalizado na Ocupação urbana, que luta por moradia.

dos homens segurando bandeiras ou tocando na batucada; enquanto que há maior parcela dos grupos e coletivos são contra essa presença, pois defendem que a organização e o protagonismo do ato devem ser somente das mulheres. Da mesma forma, acontece com as bandeiras de partidos políticos, há grupos de mulheres que são ligados a partidos políticos de esquerda, e acreditam que para demarcar esse território precisam levar suas bandeiras, contudo, o contingente de grupos, coletivos, organizações e movimentos sociais que são autônomos ou suprapartidários preferem que as bandeiras que estejam presente sejam as feministas, que apenas essas pautas sobressaíam. Nenhuma dessas questões estão fechadas, definidas. Ano a ano, as discussões são retomadas e redefinidas conforme o contexto atual.

Foto 11: Ato Unitário – 8 de Março - 2018



Fonte: Ana Lira – Revista Continente

A foto acima nos revela a pluralidade, a diversidade e a potência que os movimentos feministas do Recife possuem. Com uma estética feminista muito própria, os movimentos feministas expressam publicamente suas diversas pautas através de cartazes, bandeiras de seus movimentos, batucada e muitos gritos de desordem. Contrastando assim, com os atos dos movimentos sindicais, por exemplo, que predomina a presença de bandeiras de partidos e trios elétricos.

Nesse sentido, Ilse Scherer-Warren (2006) argumenta que uma rede de movimentos sociais “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER - WARREN,

2006, p. 113). Nesse sentido, acredito que apesar da diversidade de composição, organização e estratégias de ação dos movimentos feministas, a articulação acontece porque estão localizados no campo político da esquerda, possuem uma identidade coletiva feminista e por isso existe uma identificação com as pautas específicas em torno da vida das mulheres, que possibilita a manutenção e a continuidade desse processo de articulação.

4 PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Destino esse capítulo a uma discussão de cunho teórico, definindo os conceitos centrais do trabalho, movimento social, ação coletiva e identidade coletiva, na perspectiva da Teoria dos Novos Movimentos Sociais defendida por Alberto Melucci. Em seguida, exponho quais foram os caminhos que contribuíram para escolha do tema da dissertação, realizo também uma reflexão sobre o meu lugar enquanto pesquisadora e militante feminista na pesquisa, mostrando as transformações da pesquisa qualitativa e as contribuições da epistemologia e metodologia feminista. E finalizo descrevendo como se deu o processo de realização da pesquisa, bem faço uma discussão sobre a Análise Crítica do Discurso, método analítico que me permitiu “dar vida” aos dados.

4.1 DEBATE SOBRE AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Antes de definir o que é movimento social, faz-se necessário falar um pouco sobre a teoria que dá suporte a essa caracterização. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS, de acordo com Angela Alonso (2009), ganhou força na América Latina e teve Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci como autores expoentes. A TNMS se baseia num enquadramento macro histórico, contudo consegue associar as mudanças sociais com as formas de conflitos, por exemplo, na sociedade industrial devido à insurgência das fábricas e das (péssimas) condições de trabalho, o movimento social que emerge é o movimento operário; enquanto que na sociedade pós-industrial, o trabalho perde a centralidade porque a dominação e exploração assume novas formas e passa a ser cultural, ou seja, os conflitos relacionadas à vida privada como família, educação, sexo ganham destaque fazendo com que surjam “novos sujeitos”. A autora relata que eles

(...) não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição. Seus exemplos principais são os movimentos feminista e ambientalista. (ALONSO, 2009, p.60)

Partindo dessa compreensão, a pergunta chave feita por Melucci é: “Como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem coletivamente numa ação política?” (MELUCCI, 2001, p.65). Com base nesse questionamento, observamos a perspectiva teórica defendida por Melucci. Ele propõe uma

teoria psicossocial da ação coletiva, e ele associa a mudança social às formas de conflito, produzindo assim uma interpretação efetivamente cultural para os movimentos sociais. Ou seja, ele utiliza tanto uma visão sistêmica quanto subjetiva para compreender a ação coletiva. Entretanto, é importante atentar que apesar de inserir o caráter subjetivo na teoria da ação e defender a autonomia do indivíduo na construção da ação coletiva, ele não dissocia da sua análise a compreensão macrossociológica dos sistemas, inclusive pauta-se nas discussões sobre a sociedade pós-industrial

Interessado em compreender as crenças dos atores, valores compartilhados, as motivações, o sentido, os componentes presentes na ação coletiva, Melucci (2001) defende que os movimentos sociais só podem ser analisados como objeto científico dentro de uma teoria da ação⁴⁹, que torna o agir social coletivo de forma autônoma e com particularidades. Assim, compreende os movimentos sociais a partir de uma perspectiva construcionista e processual, articulando os comportamentos individuais com o fenômeno coletivo, se contrapondo aos sistemas teóricos do século XX que realizavam explicações deterministas e economicistas da ação - marxismo e o funcionalismo - que postulavam que as mobilizações sociais eram resultados da estrutura ou das reações irracionais de indivíduos isolados, e que havia um único sujeito histórico universal.

Para compreender melhor os argumentos de Melucci, faz-se necessário localizar com quais abordagens teóricas o autor dialoga e se contrapõe dentro das Teorias dos Movimentos Sociais. Angela Alonso (2009) ao realizar um balanço das diversas teorias dos movimentos sociais, identifica duas teorias na era clássica: a teoria da revolução (relacionada ao marxismo) e a teoria da desmobilização política. Entretanto, vou me ater às três teorias dos movimentos sociais que surgiram após as ações realizadas por “jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média” que reivindicavam demandas “pós-materiais”, ou seja, demandas ligadas às mudanças na sociabilidade e na cultura, que são: Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Em uma breve síntese, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) se opunha ao funcionalismo e às perspectivas economicistas do marxismo, com maior ênfase na compreensão dos processos de mobilização. Já a Teoria do Processo Político (TPP) realiza uma combinação entre a política e a cultura propiciando um enquadramento macro histórico dos movimentos sociais.

⁴⁹Melucci (2001) define teoria da ação como aquela em que o ator tem capacidade de definir sua própria identidade e de identificar seu opositor, visto que essa delimitação atribui significado para o que se luta e o que sente privado e explica por que “atores coletivos se mobilizam” (MELUCCI, 2001, p. 61).

Após essa breve apresentação das principais Teorias dos Movimentos Sociais, enfatizarei a partir de agora as compreensões de Alberto Melucci na Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Melucci (1989) está preocupado em compreender analiticamente o surgimento das novas formas de ação coletiva que adentraram no âmbito cultural, afetando “a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58). A partir de 1970, ele tenta redefinir o que é ação coletiva, que antes era relacionada apenas com as crises da estrutura, as contradições e os sistemas de relações. Nessa tentativa, ele ressalta que essas novas formas coexistem com as ações coletivas mais consolidadas, ou seja, as ações coletivas que permanecem e questionam o sistema econômico-industrial tradicional.

O autor argumenta também que nesse momento histórico, devido às inúmeras mudanças e redefinições no que se refere aos “meios tradicionais de socialização política, inovação cultural e de modernização institucional” (MELUCCI, 1989, p.50) e a própria relação com os sistemas de representação, participação e formas tradicionais de organização política, as teorias de 1970 que enfatizavam somente a perspectiva sistêmica era insuficiente. Por isso, buscando preencher essa lacuna, Melucci propõe analisar o “como um movimento se estabelece e mantém sua estrutura” (MELUCCI, 1989, p. 52). Ele se interessa, sobretudo, pela concretude das ações coletivas e pelos autores, unindo, a assim, uma visão sistêmica e subjetivista. Ao contrário das teorias voltadas para uma análise mais sistêmica, a exemplo, da Teoria de Mobilização de Recurso, o autor acredita que os sujeitos que participam das ações coletivas o fazem sem cálculo racional de quais são os cursos e os benefícios dessa ação, para ele os sujeitos buscam solidariedade e identidade.

Nesse sentido, define movimento social como um tipo de ação coletiva, que não é simplesmente resposta a uma crise e sim expressão de um conflito que possui três dimensões básicas: - solidariedade (capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social); - manifesta um conflito (luta contra um adversário para apropriação e o controle de recursos valorizado por ambos) e; implica numa ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere ([romper as regras do jogo, questiona a legitimidade do poder]) (MELUCCI, 2001, p.35) Para complementar essa definição, utiliza dois conceitos importantes para explicar o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva dos sujeitos que é *latência e visibilidade*. Ele define que a latência como é o elemento que permite que os sujeitos pratiquem os novos modelos culturais (ex.: ausência de carro de som, batucada feminista - ação no interior das organizações do movimento) e a visibilidade vem para demonstrar para sociedade essa oposição e sua a lógica (dimensão

pública da ação), ou seja,

“a latência permite a visibilidade por alimentar o primeiro com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para mobilização. A visibilidade reforça as redes submersas. Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa.” (MELUCCI, 1989. p. 62).

Ainda nesse sentido, Carmen Silva e Silvia Camurça (2010) salientam algumas questões importantes para compreender os movimentos sociais que estão relacionadas às lutas sociais e ao período de duração desses movimentos. De acordo com as autoras, para ser caracterizado enquanto um movimento social é preciso no processo das lutas sociais se identifique um problema social a ser enfrentado, formule em forma de denúncia pública compreensível e tenha capacidade de mobilizar “grande quantidade de pessoas para que passem a atuar juntas durante muito tempo de forma organizada, ou seja, realizam ações coletivas deliberadas e planejadas” (SILVA E CAMURÇA, 2010) para solucionar o problema.

Dito isto, reitero que utilização da Teoria dos Novos Movimentos Sociais se dá pela inserção desse caráter subjetivo na teoria da ação. Quando Melucci coloca que os movimentos contemporâneos não prezam por uma ação social não instrumental, não focalizada num objetivo, que se pode medir seu êxito e seu fracasso, ele está dizendo que esses movimentos redefiniram o significado para ação social, pois sua existência e a forma como se expressa para na sociedade já representa uma oposição ao sistema dominante e almeja uma mudança. Nesta direção cita, como exemplo, o movimento de mulheres, pois ao reivindicar o “direito de ser diferente”, o movimento está se posicionando antagonicamente ao sistema vigente e complementa afirmando que esses movimentos

“(…) não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema, Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferente da ação social. Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade.” (MELUCCI, 1989, p. 59).

Em relação ao termo “novo”, da formulação dos “novos movimentos sociais”, Melucci (1996) admite que ajudou a criar controvérsias. Por isso, tentando minimizar os equívocos, ele enfatiza que a expressão “novos” está relacionada às novas formas de mobilização social que não podem ser lidas pela ótica “instrumental tradicional da sociologia ou da ciência política” (MELUCCI, 1996, p. 206). A questão central é a necessidade de se criar

instrumentos analíticos capazes de dar conta dessa nova realidade ou, como ele mesmo diz, da “complexidade empírica do fenômeno”. É ir além e construir instrumentos analíticos que possam “(...) redefinir os contornos ao mesmo tempo cognitivos e interpessoais da vida social em termos que eram incompatíveis com a linguagem e o discurso do poder que se desenvolviam naquele momento” (MELUCCI, 1996, p. 207).

Com base na compreensão de Melucci sobre o que é movimento social, farei uma breve discussão sobre porque é possível analisar o movimento feminista a partir da TNMS, tendo em vista a escassez de trabalhos que atuam nessa perspectiva como aponta Silva (2016). O primeiro ponto que ajuda essa caracterização do feminismo como “novo movimento social” é o autor localizar o movimento feminista dentro de um contexto histórico de complexificação da sociedade, pois esse processo alterou o modo como se produz desenvolvimento e, conseqüentemente, como se definem as identidades e as necessidades. Ele ressalta que produzir é muito mais que

(...) transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para a troca, organizando as formas da produção, dividindo o trabalho, integrando-o no complexo técnico-humano da fábrica. Significa, ao contrário, controlar sistemas complexos de informações, de símbolos, de relações sociais. (MELUCCI, 2001, p.80).

Angela Alonso (2009), corrobora com esse argumento e defende que seu fim último não é combater ou conquistar o Estado, ao contrário, seu interesse é realizar uma mudança cultural através do apoio e participação da sociedade civil, isto é, os movimentos feministas estão interessados em

(...) formas autogestionárias, novos modelos participatórios e a criação de “contrainstituições”, protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre fosse possível. Fariam, então, uma “política expressiva”, desvinculada de qualquer demanda por bens ou cargos políticos, e voltada para a afirmação de identidades e para a preservação da autonomia e de formas de vida sob ameaça da racionalização sistêmica levada a cabo pelo Estado e pelo mercado. (ALONSO, 2009, p.63).

Discordo parcialmente da autora, pois pensar dessa forma seria limitar a atuação e o projeto político dos movimentos feministas, além de unificá-los. Como já foi dito, há uma diversidade organizativa, teórica e de correntes políticas no interior dos movimentos feministas, por isso essa perspectiva que defende que os movimentos feministas estão preocupados apenas em realizar mudança cultural não é unânime. Há diversas discordâncias

quanto a isso. Por exemplo, feministas negras e as feministas interseccionais, que compreendem que o entrecruzamento das opressões causadas pelos sistemas de poder – capitalismo, racismo, sexismo – tem efeitos diretos e violentos na vida das mulheres negras e pobres, defendem a mudança na estrutura socioeconômico e política da sociedade. Angela Davis (2016) acredita que a luta dos feminismos tem que ser por justiça social para todas e todos. Assim, o feminismo é uma luta contra as desigualdades e violências que se abatem sobre os corpos das mulheres- através do sexismo, racismo, transfobia, classismo- e também uma luta pela transformação mundial dessas relações. Pois, quando você pensa em uma sociedade justa e segura para as mulheres, é construindo uma sociedade justa para todo mundo e em vários aspectos.

Assim, considerando aquela pergunta inicial, “como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem coletivamente numa ação política?” (MELUCCI, 2001, p.65), percebemos que o autor salienta a importância do contexto dos sistemas complexos e contemporâneos, ao mesmo tempo em que defende que os indivíduos têm a possibilidade de “identificar-se como sujeitos autônomos de ação”. Entretanto, existe também uma perspectiva de controle dessa autonomia e motivação para agir por parte desses sistemas. Melucci (2001) alega que a capacidade interpretativa dos símbolos que os indivíduos desenvolvem, dentro de um sistema de relações sociais, é um dos caminhos para orientar e determinar quais serão as necessidades coletivas do grupo.

Nesse sentido, adequando a pergunta para o objeto desse trabalho, poderíamos refletir “Como o grupo Espaço Mulher se formou e quais as relações e processos levaram as mulheres a se envolverem numa ação política ou coletiva? ” Quais elementos estão envolvidos no processo de construção e transformação da identidade coletiva? Como o grupo definiu quais eram suas necessidades e suas pautas centrais?

4.2 DEFININDO IDENTIDADE COLETIVA E AÇÃO COLETIVA

Melucci (2001) realiza a discussão sobre a identidade coletiva aliada ao surgimento dos movimentos contemporâneos ou movimentos emergentes nas sociedades complexas. O autor parte de uma perspectiva analítica que rejeita uma teoria *a priori*, ele se propõe analisar os conflitos através de uma compreensão sistêmica e a partir dela é que os atores são identificados empiricamente, buscando “explicar por que em uma certa fase, grupos sociais determinados se mobilizam em conflitos antagonísticos” (MELUCCI, 2001, p.87). Ele

defende, também, que os atores sociais apenas se tornam atores dos conflitos antagonistas por meio da mobilização, isto é, quando eles se apropriam reflexivamente da ação social em que estão envolvidos. Nesse sentido, Prado (2002) argumenta que Melucci está localizado no bojo das teorias que compreendem o “sujeito coletivo a partir do esgotamento do sujeito racional e unificado”, ou seja, os sujeitos da ação coletiva agora são múltiplos, descentrados e contingentes. A identidade coletiva tem uma centralidade fundante nessa teoria, pois ela é tomada como uma forma de mediação na construção de significados dentro de um espaço político permeado de antagonismos.

É importante ressaltar que Melucci está preocupado em saber como um ator coletivo é formado e como grupos constroem sentidos de sua ação. O autor, ao incorporar as reflexões do debate contemporâneo, Melucci (1996) questiona o dualismo entre estrutura e significado e supera a noção monolítica e metafísica do ator coletivo, abordando assim o conceito de identidade coletiva de forma processual e aliada à produção de significado para a ação coletiva pautada numa visão construtivista. Sendo assim, define a identidade coletiva como interativa, compartilhada, construída e negociada pois “vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e do campo de oportunidades e vínculos” (MELUCCI, 1996 p.69). Ele mais uma vez enfatiza a autonomia do indivíduo em definir-se e, a partir disso, ser capaz de produzir ação coletiva. Nesse sentido, a ação coletiva depende da própria definição do ator coletivo; do sentido que ele define para ação; quais as suas possibilidades e limites para executar tal ação; assim como o campo onde a ação será realizada, ou melhor, o ‘sistema de oportunidades e vínculos’ (MELUCCI, 2001, p. 46). Assim, o autor argumenta que

“Uma ação coletiva não pode ser explicada sem levar em conta como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizativas são constituídas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas” (MELUCCI, 1989, p. 56)

É evidente em Melucci (2001) a interdependência entre a identidade coletiva e ação coletiva, pois defende que a identidade coletiva assume um “caráter de um processo que deve ser continuamente ativado para tornar possível a ação.” (MELUCCI, 2001, p.69). Para ele, a identidade coletiva é

“(…) capacidade reflexiva de produzir consciência da ação (isto é, representação simbólica da mesma) além dos seus conteúdos específicos (...) A identidade não se apresenta mais como um “dado” da natureza, nem simplesmente como conteúdo de uma tradição na qual os indivíduos se identificam. Ela não é mais fundada unicamente sobre o pertencimento a “associações reguladas normativamente” (estados, partidos, organizações”. Os indivíduos e os grupos participam com a sua ação na formação de sua

identidade, que é resultado de decisões e de projetos, além de condicionamentos e de vínculos (MELUCCI, 2001, p.89).

Para ajudar na compreensão da identidade coletiva, como um processo que possibilita construir o sistema de ação, Melucci (1996) elenca três fatores fundamentais: 1) as definições de fins, meios e campos de ação são realizadas a partir de uma linguagem, rituais e práticas culturais compartilhadas pelo grupo; 2) relacionamento entre os atores é constituído pela interação, comunicação, formas de organização e liderança; 3) sentir-se parte envolve uma série de emoções.

Paixões e sentimentos, amor e ódio, fé e medo fazem parte de um corpo que age coletivamente, particularmente naquelas áreas da vida social que são menos institucionalizadas, como os movimentos sociais. Para entender essa parte da ação coletiva como 'irracional', em oposição às partes que são 'racionais' (um eufemismo para 'bom'), é simplesmente sem sentido. Não há cognição sem sentir e sem significado sem emoção (MELUCCI, 1996, p.71)
⁵⁰.tradução nossa

Tomando como base a definição e as caracterizações da identidade coletiva proposta por Melucci analisarei no capítulo 4 como se deu o processo de formação do sujeito coletivo: Grupo Espaço Mulher, como as identidades coletivas do grupo foram construídas, quais são as linguagens e práticas culturais compartilhadas entre o grupo que possibilitam definir quais são as bandeiras de luta e quais serão as ações coletivas realizadas, como se efetiva o relacionamento entre as mulheres do grupo, as formas de interação, comunicação, organização e liderança. Mas, antes vou falar um pouco de mim, como eu cheguei até aqui, como eu porto numa pesquisa qualitativa e como foi propriamente o processo de pesquisa.

4.3 DE ONDE EU VIM E COMO ME POSICIONO

Conheci o feminismo, enquanto teoria e movimento social, em 2010, quando adentrei na graduação em Ciências Sociais na da Universidade Federal de Pernambuco. Em 2012, após viver uma situação de violência física, resolvi deixar o movimento estudantil e passei a adotar o feminismo como arma política para a transformação social, e, assim, comecei a militar no movimento feminista na cidade. Desde então, me identifico enquanto mulher feminista. Ao contrário da identidade feminista, a identidade negra se deu muito depois. Por ser de pele

⁵⁰Passions and feelings, love and hate, faith and fear are all part of a body acting collectively, particularly in those areas of social life that are less institutionalized, such as the social movements. To understand this part of collective action as 'irrational', as opposed to the parts that are 'rational' (a euphemism for 'good'), is simply nonsensical. There is no cognition without feeling and no meaning without emotion.

clara, não me enxergava como mulher negra, foi somente após as discussões sobre a questão racial no interior do grupo que integro até hoje - Coletiva das Vadias - que pude me reconhecer enquanto tal. Esse processo de troca de conhecimento com outras mulheres negras e militantes foi fundamental para esse processo de reconhecimento. Minhas subjetividades foram extremamente importantes para apontar o caminho que eu gostaria seguir na vida acadêmica: investigar o movimento feminista popular da cidade do Recife.

De 2010 para cá pude conhecer uma diversidade de mulheres feministas, desde as feministas que ocupavam os espaços acadêmicos às que estavam organizadas em movimentos sociais e ONGs. A necessidade de me situar coletivamente levou-me a uma maior inserção nas ações coletivas⁵¹ realizadas pelos movimentos feministas no Recife e, assim, uma maior proximidade com as mulheres negras da periferia. Associado a isso, em 2015, trabalhei na sistematização de uma oficina realizada a partir do Projeto Cirandas⁵², pelo SOS Corpo– Instituto Feminista para Democracia. Tive a oportunidade de conhecer mais de perto os grupos populares⁵³ de mulheres feministas que atuavam politicamente da Região Metropolitana do Recife. Nessa ocasião conheci Cláudia, Tatiane e Ediclea, ambas do grupo Espaço Mulher, e me encantei instantaneamente pela história do grupo. Na época ainda não havia me decidido se faria ou não mestrado. Após esse momento, estive novamente com o grupo, no primeiro Ocupe Passarinho, quando o FeminismoAgora (grupo de jovens feministas que fez parte durante o ano de 2015) realizou uma parceria com o grupo, uma oficina de zine e stencil com as crianças e jovens da comunidade.

Em paralelo a essa trajetória na militância feminista estava me formando em Ciências Sociais na UFPE, cercada de dúvidas sobre o fazer acadêmico, a postura ética na pesquisa, a relação teoria e prática. Ainda que eu tivesse participado de diversas pesquisas de campo, eu não conseguia alcançar esse nível de entendimento, talvez porque quando se está na graduação, você apenas faz o “trabalho braçal”, mecanizado. Isto é, aplicações de

⁵¹ Atos unitários como o 8 de março, o 28 de setembro pela legalização e descriminalização do aborto e o 25 de novembro – Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher.

⁵² O projeto Cirandas foi uma experiência político-pedagógica realizada pelo SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia (ONG feminista do Recife) com o objetivo de fortalecer 13 grupos de mulheres da região metropolitana do Recife, para que elas pudessem atuar e se engajar ainda mais no movimento feminista. Este projeto iniciou em 2013 e culminou em 2015 com a publicação de uma obra coletiva fruto dessa Oficina de Sistematização.

⁵³ Esses grupos participavam de um projeto chamado Cirandas Feministas conduzido pelo SOS Corpo. Existiu entre os anos 2013 a 2015 e tinha como objetivo fortalecer 13 grupos de mulheres nos bairros periféricos da Região Metropolitana do Recife.

questionários e realizações de entrevistas, mas são poucas as oportunidades que os/as professoras concebem a você de apreender a construir um questionário ou um roteiro de pesquisa, ou ler sobre, e até mesmo saber qual a abordagem teórica que esse professor/professora segue. Somente com a entrada na pós-graduação e o acesso aos textos e as às discussões nas disciplinas de métodos de pesquisa social e métodos qualitativos pude, de fato, conectar os fios entre teoria e método. E me deparei com essa reflexão de Thomas Schwandt (2006) no livro *Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens* que assemelha a característica processual do artesanato intelectual defendido por C. Wright Mills (2009).

A investigação social é uma práxis distintiva, um tipo de atividade (como ensinar) que, ao ser executada, transforma a própria teoria e os próprios objetivos que a orientam, Ou seja, a partir do momento que o indivíduo envolve-se em atividades “práticas” de geração e interpretação de dados para solucionar dúvidas quanto ao significado daquilo que outros estão fazendo e dizendo, para, então, transformar esse entendimento para o conhecimento público, ele inevitavelmente estará assumindo inquietações “teóricas” sobre o que constitui o conhecimento e como este justifica-se, sobre a natureza e o objetivo da teorização social, e assim por diante. Em suma, a ação e o pensamento, a prática e a teoria, estão ligadas em um processo contínuo de reflexão crítica e transformação (SCHWANDT, 2006, p.195).

4.4 REFLEXÕES ACERCA DA PESQUISA QUALITATIVA

A partir das descobertas, questionamentos e conversas com minhas e meus colegas de profissão sobre essa relação da teoria e o método de pesquisa, me senti instigada e desafiada a compreender também a *relação pesquisador (a) e pesquisados (as) dentro da pesquisa sociológica qualitativa*. Preciso dizer que essas inquietações se devem primeiramente ao fato de me posicionar enquanto pesquisadora militante feminista, numa perspectiva semelhante ao que Burawoy (2006) defende, isto é, uma sociologia pública orgânica, na qual se busca uma conexão dialógica e estreita entre a (o) socióloga (o) e suas (seus) interlocutoras (res). Geralmente esse tipo de sociologia é realizada com movimentos sociais e seu objetivo “(...) é tornar visível o que é invisível e validar essas conexões orgânicas como parte de nossas vidas sociológicas.” (BURAWOY, 2006, p.15). Dito isto, reforço a importância de explicitar minha trajetória nesses dois campos, pois os lugares que eu ocupei, as ações coletivas que eu passei a construir dentro do movimento feminista de Pernambuco, a construção das minhas identidades políticas - feminista e negra -, dialogam dialeticamente com as motivações de

escolher esse tema de pesquisa, bem como minha perspectiva crítica e posicionamento político da produção acadêmica.

Antes de iniciar um debate específico sobre pesquisa qualitativa feminista e a relação pesquisadora militante com as interlocutoras, faz-se necessário falar um pouco sobre as mudanças que vem acontecendo de maneira ampla dentro da pesquisa social no que toca a teoria e à prática e que desencadearam numa definição de um novo campo de pesquisa. Em relação a essas mudanças, relativas ao status da Pesquisa nas Ciências Sociais, Melucci (2005) constrói uma argumentação baseada no debate da ação social. Ele expõe que houve uma série de trabalhos nas últimas três décadas que tem se dedicado sobre qual o papel da pesquisa qualitativa nas ciências sociais relacionando com os seus métodos. Reconhece as contribuições teóricas do interacionismo simbólico, a etnometodologia, ponto de vista dramaturgico de Goffman, as produções teóricas de gênero feitas por mulheres, o pensamento pós-modernista, a mudança de status da antropologia, teoria organizativa, sociologia clínica, sociologia das instituições, sociologia do corpo e a sociologia das emoções (MELUCCI, 2005, p. 31).

O primeiro argumento do autor é que pensar novas formas de se fazer pesquisa social é também defrontar “questões com novos sujeitos e novos campos de pesquisa (ou com um modo diferente de enfrentar campos mais tradicionais e objetos mais conhecidos” (MELUCCI, 2005, p.26). Essa perspectiva dialoga com outro argumento do autor, que caracteriza o feminismo como um novo movimento social em razão da incapacidade das tradições teóricas de dar conta das novas questões que o feminismo traz em seu bojo epistêmico e empírico. Entretanto, a principal questão abordada por Melucci (2005) está relacionada à interação entre as práticas de pesquisa e os processos sociais. Ele reafirma a importância da ação social (ou práticas sociais) de pensar novas formas de conhecer mais de perto os fenômenos e afirma que nós pesquisadoras e pesquisadores temos um papel central porque estarmos inseridos numa sociedade altamente diferenciada, baseada na informação, e, por isso, somos nós que definimos e construímos nossa ação social. (MELUCCI, 2005, p. 27).

A partir dessa redefinição do campo da pesquisa social, ele acredita não ter mais projeção a discussão que coloca a pesquisa qualitativa em oposição a quantitativa e elenca alguns fatores que explicam o interesse na pesquisa qualitativa, são eles: 1) os processos de individualização das sociedades complexas que possibilitam pensar os sujeitos individuais de forma autônoma; 2) o surgimento e a importância da dimensão da experiência do indivíduo, cujo métodos quantitativos não conseguem mensurar; e por isso 3) o interesse nos aspectos culturais da ação humana ao nível da vida cotidiana (MELUCCI, 2005, p.29).

Dessa forma, corroborando com o autor, utilizo como base metodológica a pesquisa qualitativa porque ela possibilita compreender os sujeitos a partir do lugar em que eles “(...) constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação” (MELUCCI, 2005, p. 29). A utilização da pesquisa qualitativa também está relacionada com os questionamentos provocados pela virada epistemológica, de acordo com ele, várias questões foram colocadas em questão por essa esta virada, como o dualismo sujeito/objeto, fatos/representação, realidade/interpretação, assim como enumera as consequências da redefinição epistemológica. A primeira está relacionada com a centralidade da linguagem, a segunda e a que ganhará maior ênfase neste capítulo é a “redefinição profunda da relação entre o observador e o campo. Poder-se-ia dizer que pela dicotomia observador/campo passe-se à conexão observador-no-campo.” (MELUCCI, 2005, p. 33). A dupla hermenêutica, que ele traduz como “narrações de narrações” é a terceira característica, que se refere basicamente a como “os atores buscam, por sua vez, dar sentido às suas ações”, objeto de interpretação do pesquisador. A quarta está relacionada a forma objetiva de narrar e apresentar os resultados.

Assim, como pesquisadora, me porto de forma contrária ao modelo clássico da pesquisa científica, que se baseia na verificação de hipóteses, pois decidi construir uma explicação a partir do conhecimento que “é produzido através da troca dialógica entre observador e observado” (MELUCCI, 2005, p. 34). Com isso, não pretendo “falar por”. Meu interesse sobre o processo interativo, dialógico e de troca entre a pesquisador (a) e os (as) pesquisadas, como prefiro denominar, se dá pelas minhas subjetividades (mulher negra, militante feminista e socióloga militante), me permite apenas “falar do” outro (SPIVAK, 2010).

Nesse sentido, concordando com Gayatri Spivak (2010), acredito que é preciso desenvolver estratégias depara como se colocar dentro desse jogo de poder representacional, se aproximando cada vez mais da realidade e se distanciando da noção do “dar voz ao outro”. Por isso, para dialogar com as reflexões sistematizadas por Melucci, utilizo Donna Haraway (1995), Virginia Olesen (2006) e Laura Terragni (2005) para aprofundar as discussões no âmbito de uma perspectiva feminista, tanto epistemologicamente quanto em relação a metodologias. Haraway (1995) faz suas reflexões a partir da epistemologia das perspectivas

parciais, pois acredita que nela há possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional, em contraposição ao relativismo, que não possui “posições de objetividade corporificada”. A partir dessa perspectiva, a autora pontua salienta a necessidade de discutir distância e responsabilidade, pois para o feminismo não há como separar sujeito e objeto, corpo e mente. Nesse sentido, Haraway (1995) defende que todo conhecimento é localizado, situado e corporificado, assim cada pesquisador (a) tem seu modo particular de ver o mundo devido tanto pela sua trajetória de vida quanto pela sua trajetória acadêmica. A autora também compreende a importância da problematização do papel e a relação da pesquisadora com as pesquisadas, como um dos elementos centrais nas discussões sobre objetividade científica. Sendo assim, ressalta, também, que o feminismo é uma tradução interpretativa, crítica e parcial que está permeado de sujeitas diversas e que por isso o posicionamento feminista, ou a objetividade feminista, não é fechada, nem fixa e resiste a simplificação. “Não há um ponto de vista feminista único.” Os saberes localizados, o objeto de conhecimento tem agência, tem voz, tem posição, gera significado e é aparato de produção corporal. E nós, pesquisadoras, somos interpretes críticas das suas vozes e interpretações.

Na mesma linha de pensamento, Virginia Olesen (2006), defende que é possível assumir as subjetividades da pesquisadora sem perder os elementos científicos da objetividade, validade e confiabilidade, pois dentro do campo da pesquisa qualitativa feminista há

(...) diversas preocupações éticas quanto à privacidade, ao consentimento, à confidencialidade, à falsidade, à fraude, que perturbam o campo em um sentido mais amplo, inquietações que exigem conduta decente e honesta da pesquisa para que se evitem prejuízos de qualquer tipo (ênfase excessiva, publicidade indesejada, perda de reputação), tanto durante a coleta de dados quanto na hora da análise ou no texto subsequente (OLESEN, 2006, p. 237).

Olesen (2006) ressalta que esses questionamentos sobre o papel e o lugar da pesquisadora, assim como sua relação com seus/suas interlocutoras, se complexificou a partir da década de 1960 através mediante dos debates realizados dentro da perspectiva da pesquisa feminista. Entretanto eles ganharam mais força nos anos 2000. A autora afirma que os

(...) textos escritos por mulheres não-brancas, teóricos gays/lésbicas/queer, pesquisadoras pós-coloniais, mulheres portadoras de deficiência, teóricas do ponto de vista e analistas persuadidos a uma postura pós-moderna inauguraram e derrubaram conceituações incontestadas das próprias bases e do próprio processo de execução da pesquisa feminista, bem como

conceitos-chave críticos tais como experiência, diferença e o gênero.” (OLESEN, 2006, p.230).

Nomes como Patrícia Hill Collins, Angela Davis, bell hooks, Kimberley Crenshaw são conhecidos amplamente dentro do universo científico de perspectiva feminista porque problematizaram, inseriram e articularam a questão racial às questões de classe e gênero. Nesse sentido, Olesen (2006) afirma também que a partir dessas contribuições foi revista o papel da pesquisadora feminista, que antes era vista de forma distanciada, com um olhar único que sabe tudo e que por ser mulher teria acesso fácil à vida das mulheres. Deste modo, a autora deixa explícito que “a pesquisadora também possui atributos, características, uma história e gênero, classe, raça e atributos sociais que entram na interação da pesquisa” (OLESEN, 2006 p.230).

Em concordância com Olesen (2006), acredito que a grande preocupação das pesquisadoras feministas é “descobrir como fazer com que as vozes das mulheres sejam ouvidas, sem explorar ou distorcer essas vozes” (OLESEN, 2006,p.235). Essa preocupação dialoga diretamente com a ética na pesquisa qualitativa feminista, ou seja, exemplificadas na privacidade, confidencialidade, permissão e em consequência a falsidade e a fraude. Nesse sentido, seguindo essa perspectiva estive sempre em diálogo com as interlocutoras, informando o passo a passo da pesquisa, explicando os objetivos, preservando informações sigilosas, dando um retorno sobre a escrita e os achados iniciais da pesquisa.

No que se refere a à metodologia feminista, Laura Terragni (2005), no seu texto “*Pesquisa de gênero*”, aborda um pouco como se desenvolveu e as características da metodologia feminista. Nas primeiras páginas, ela indaga: “o que significa, portanto, do ponto de vista do método, fazer uma pesquisa sobre gênero? Há uma especificidade que se traduz numa prática de pesquisa diferente?” (TERRAGNI, 2005, p.141). Ao falar sobre as contribuições do desenvolvimento da metodologia feminista, a autora concorda com Haraway (1995) e Olesen (2006) quando aponta as críticas realizadas pelas teorias feministas ao paradigma tradicional e a à compreensão de objetividade científica, em que o(a) pesquisador(a) permanece distante, supostamente neutro e objetivo, escondendo sua subjetividade. Em oposição, defende a pesquisa feita pelas mulheres e não sobre as mulheres, que tem como objetivo dar conta da experiência social das mulheres a partir do seu lugar e olhar. Ao contrário dos paradigmas tradicionais, a metodologia feminista não nega as emoções e a subjetividade, elas se tornam parte importante do processo de pesquisa, pois inverte a lógica do olhar, transforma o vertical para horizontal, salienta o valor do relato dos(as) pesquisadas. Na parte prática, Terragni (2005) argumenta que a metodologia feminista também repensou e

reformulou o *modus operandi* da entrevista, apesar de considerá-la um instrumento valioso “pelas potencialidades de conceber um diálogo, de recolher a experiência das mulheres por meio da sua voz” (TERRAGNI, 2005 p.155). De acordo com ela, a entrevista não poderia continuar sendo tratada como um instrumento mecânico de coleta de dados que reduzia o(a) pesquisadora a mera “a que faz perguntas”. Dessa forma, Fraser e Gondim (2004) colocam que a entrevista qualitativa pressupõe uma relação intersubjetiva, ou seja, as trocas verbais e não verbais no processo de interação. E nesse processo a fala dos atores sociais precisam ser privilegiada, para que se possa atingir um nível de compreensão do que elas percebem do mundo. Para tal, os/as autores/as argumentam que é interessante ser flexível no momento da condução, possibilitar construir um “texto negociado”, ou seja, um texto que o(a) entrevistada assume também um papel ativo na construção da interpretação do(a) pesquisador(a).

É possível listar diversas lições e/ou orientações sobre como nós pesquisadoras e pesquisadores devemos nos posicionar no processo de imersão no campo da pesquisa e interagir da melhor forma com nossas/os interlocutoras/es. A primeira contribuição é que ninguém dá voz a ninguém. O nosso papel é “falar do” outro de uma forma crítica, reconhecendo nosso lugar, nos posicionando de maneira reflexiva sobre nossos “eus” para não reproduzir a violência epistêmica (Spivak, 2010). A segunda é que cada pesquisador(a), em sua multiplicidade, com sua história, com seus marcadores sociais pode compreender o outro sem ter intenção de ser o outro. A terceira contribuição é que as emoções e a subjetividade podem estar no processo de pesquisa sem invalidá-la. Por fim, a quarta e última contribuição é que a metodologia feminista nos permite inverter a lógica do olhar sobre o Outro, lançando mão da verticalidade e apostando no olhar horizontal e nas relações de proximidade.

Assim, enquanto acadêmica, pesquisadora e militante feminista, pensando, trabalhando e militando numa perspectiva de crítica pós-colonial, compreendo que todos os desafios, presentes nessa complexa relação entre pesquisadora e pesquisadas, são amenizados quando nos posicionamos, quando damos nomes aos nossos eus e refletimos sobre eles dentro da pesquisa e na relação com. Quando enxergamos as pesquisadas como interlocutoras, como a própria etimologia da palavra nos mostra, numa relação baseada no diálogo, na interação horizontal. E que nessa interação sejamos sinceras, explicando com clareza do que se trata nossa pesquisa e quais nossos objetivos, como ela funciona, quais são os processos que serão realizados, fazer com que de fato as interlocutoras se sintam fazendo parte da construção daquele conhecimento. Por conseguinte, que tenhamos responsabilidade ética-científica e

política ao realizarmos a interpretação do que nos foi narrado, que possamos interpretar e analisar de forma crítica a realidade que está sendo revelada a nós.

4.5 EU NO CAMPO

Apesar de conhecer o grupo e já ter participado de suas ações, não conhecia todas as mulheres que integram o grupo, e a maioria delas também não me conhecia. Meu contato mais próximo com grupo se dá através de Ediclea. Foi através dela que pedi autorização para escrever sobre o grupo e, posteriormente, foi a ela que me dirigi para perguntar quando poderia apresentar a pesquisa. Assim que iniciei meu primeiro contato com o grupo para informar sobre a pesquisa e pedir autorização formal a todas para realizá-la, fui bem recebida e acolhida pelas mulheres.

Minha primeira ida a sede do grupo foi no dia 16 de maio de 2018, cheguei por volta de 14h30, a maioria das mulheres já estavam presente. Elas conversavam sobre a situação de Mariana, uma das integrantes que estava doente e internada no hospital; aproveitaram e falaram da precariedade do serviço público de saúde no bairro. Falavam também das atividades externas que participariam nos próximos dias, tais como, Formação do Fórum de Mulheres de Pernambuco; Audiência de Transporte Público, reunião Jornada de Mulheres Negras - Rede de Mulheres Negras e Seminário Gestos sobre arbovirose (Diário de campo, 16 de maio de 2018).

Acredito que minhas identidades (negra, feminista e de classe popular) me aproximaram delas e ajudaram no processo de construção da relação de confiança durante a pesquisa de campo. Ao total, acompanhei 07 reuniões, uma atividade do projeto Agricultura Urbana que aconteceu na casa de Marluce, Pré-Ocupe Juventude, Beleza Negra e o Ocupe Passarinho, conforme tabela em de acompanhamento das atividades do Grupo em Anexo⁵⁴.

Como já falado anteriormente, para fins de investigação do problema de pesquisa, optei pela abordagem qualitativa porque ela me dá condições de compreender os significados, crenças, valores envolvidos nos fenômenos sociais, ou seja, variáveis não palpáveis, não quantificáveis, pois realiza-se no contato direto com pessoas, lugares e processos (LAGE, 2013). Para compreender de forma mais profunda o cotidiano do grupo, fiz uso observação

⁵⁴Ver no Apêndice C.

participante, que é mais que uma técnica de coleta de dados. De acordo com Flick (2009), a observação é um método sistemático bastante usado na pesquisa qualitativa que utiliza percepções visuais, auditivas, olfativas e de tato.

Esse método facilitou a minha inserção e interação no Grupo e no Bairro de Passarinho, possibilitando compreender melhor o funcionamento do grupo, a dinâmica das reuniões, a construção das ações, a organização para participação de atividades externas e a produção dos artesanatos para comercialização, assim como identificar alguns elementos do processo de construção das identidades coletivas. Nesse sentido, em todo o período em que estive acompanhando as atividades do grupo, o acesso às informações se deu de forma irrestrita, pude gravar todas as reuniões, fotografar as ações etc.

De forma a captar a percepção das mulheres sobre a construção das ações coletivas e das identidades coletivas utilizei como instrumento de coleta de dados o depoimento oral. O depoimento oral é uma das formas da história oral⁵⁵, que é um procedimento qualitativo de pesquisa que busca responder o problema de pesquisa ancorado no referencial teórico de uma determinada disciplina, possibilitando documentar “(...) histórias de vida, experiências pessoais e visões de mundo de diferentes pessoas e grupos” (ALBERTI, 1996, p.7). De acordo com Alice Lang (1996), o depoimento oral é mais do que uma técnica, é uma postura, uma vez que se baseia em diversas questões éticas, como confiabilidade e direitos autorais para compreender o que os indivíduos versam sobre o contexto social específico que estão inseridos. Segundo a autora, o depoimento oral se difere da história oral de vida e relatos orais de vida, pois busca obter através da “palavra do outro” sua versão sobre seu estar no mundo, suas vivências, percepções sobre determinadas situações. A autora insere, como procedimento fundamental do processo de pesquisa, a contextualização do fenômeno em nível econômico, social e político, a fim de alcançar uma interpretação mais ampla sobre os dados.

Dessa maneira, decidi utilizar essa técnica com seis mulheres⁵⁶, levando em consideração dois critérios: tempo no grupo e idade. Esses critérios me ajudaram a obter as percepções tanto das mulheres que estão desde a fundação do grupo, possibilitando assim uma visão geral e processual da consolidação do grupo, quanto das mulheres que entraram nos últimos 10 anos e que possuem outras vivências por serem de uma geração diferente das

⁵⁵ O historiador Thompson relata que a história oral foi instituída como técnica de documentação histórica em 1948 nos Estados Unidos (Ataíde, 2016). Entretanto, ganhou notoriedade em 1980, na Alemanha devido a publicação de uma coletânea com autores de diversos países. (ALBERTI, 1996)

⁵⁶Quadro das entrevistadas no Apêndice D.

fundadoras. Todos os depoimentos foram feitos na sede do GEM um pouco antes da reunião ordinária do grupo. Avalio que essa decisão teve seus limites e desafios, pois houve algumas interrupções devido a chegada das outras mulheres na sede e/ou pelo barulho produzido pelas vozes, deixando, muitas vezes, as entrevistadas desconcentradas e/ou envergonhadas.

Iniciei os depoimentos com uma única pergunta geradora: “Por favor, você poderia contar a história do grupo, como ele começou, o que vocês fizeram esses anos e como você começou a participar?” A proposta era deixar na narrativa livre, sem muitas interrupções. Entretanto, fui surpreendida por respostas curtas e várias incompreensões com relação as perguntas feitas no decorrer do depoimento, apesar de ter traduzido a linguagem acadêmica para uma linguagem popular. Essas incompreensões se refletem nos depoimentos relativamente curtos, em média 20 a 30 minutos de duração. Suponho que as dificuldades apresentadas estão relacionadas a timidez, ao não reconhecimento desse código (acadêmico) da linguagem e pelas diferentes trajetórias dentro da militância política. Como dito, esses elementos são suposições, visto que existe um histórico extenso de mulheres negras, de classes populares que mesmo sem estudo formal, foram/são lideranças de movimentos, realizando uma reflexão sobre a realidade em que vive e construindo falas e ações políticas articuladas.

A questão da fala tornou-se uma das demandas do grupo, pois a imposição do silêncio às mulheres negras e populares, pelo sistema racista-sexista-classista, é uma forma de violência sentida pela maioria das mulheres do grupo. Assim, buscando “reparar esse mal”, o tema de uma das rodas de conversa do Julho das Pretas foi sobre a “fala pública das mulheres negras”.

Mônica Oliveira, educadora da FASE e integrante da Rede de Mulheres Negras, foi a convidada do grupo para facilitar o último Julho das Pretas com a temática da fala pública. Antes dela começar a fala pediu que as mulheres se apresentassem. Do grupo estavam: Mariana, Sevé, Cleide, Clea, Mocinha, Joelma, Vânia e Edja; “de fora” tinha estava apenas eu, a própria Mônica e Ana Axé também da Rede de Mulheres Negras. As perguntas norteadoras da discussão foram: *o que é que a gente quer falar?* e *o que é que nos impede de falar?* e abriu para uma rodada de fala. Sevé falou que não gosta de falar em lugar que só tem gente branca. Disse também que entende as coisas, mas não sabe transmitir. Já Cleide demonstrou que não tem medo de falar que é negra e complementou “eu defendo minha cor”. Edja acredita que a fala pública se refere a falar numa audiência, por exemplo, e ressaltou que é importante pensar a forma que vai falar. Vânia disse que não quer ter medo de falar em público e confessou que tem receio de ser chamada de

mentirosa, e esses sentimentos afetam a autoestima dela. (Diário de campo, 26 de julho de 2018).

No encontro anterior do Julho das Pretas, apesar de o tema ser, “Direitos Humanos das Mulheres no Recife”, a metodologia escolhida por Liliane do grupo Cidadania Feminina trouxe à tona a questão da fala pública, por ser uma negação de direito histórica provocada pelo racismo.

Ela começou perguntando como as mulheres estavam, ela queria ouvir as mulheres ao mesmo tempo em que incentivava a fala pública delas, já que historicamente a sociedade negou que as mulheres negras tivessem suas vozes visibilizadas. Mocinha foi uma das primeiras a falar. Clea falou que Mocinha tem se destacado no quesito fala porque antes ela mal falava. Mocinha disse que estava feliz porque a casa estava cheia (antes de todas chegarem, eu, Clea e Joelma organizamos a sala - retirando mesa, estante para dar espaço para colocar mais cadeiras) e que apesar de não saber ler, gosta de aprender as coisas. Disse que estava se sentindo feliz. “Eu me sinto mais alegre, mais solta”. Marluce disse que gosta de passear. Enilda disse que estava bem, mas se queixou das ausências do Estado na Ocupação, não tem posto de saúde, escola, saneamento. Mas o mais grave é a questão da saúde. Magda falou da importância do grupo em movimentar a comunidade. Joelma disse que estava feliz porque estava vendo gente nova e ressaltou que estava de babá também. Clea disse “eu tô a todo vapor”, disse que a militância ocupa muito o tempo, elas não param, mas tá bem assim, o joelho dela não tá doendo, ela tem costurado bastante, “me descobri artesã”, disse que estava muito feliz “ainda mais no mês da gente, no mês das mulheres negras”. Sevé disse que fez a “burrice” de não tomar a vacina dos “veios” e estava gripada. Cleide disse “eu vou levando que nem Zeca Pagodinho”, disse que tava feliz, gosta do grupo e de uma cervejinha. Uma das jovens disse que tá feliz, mas não tem nada para juventude aqui. Vânia está doente, tem emagrecido bastante e ainda não sabe o diagnóstico, mas disse que “pelo menos quando eu venho pra cá eu melhoro um pouquinho.” Mocinha “eu tinha vergonha de falar... não falo mais porque não tenho leitura... agora eu tô perdendo a vergonha de falar.” As mulheres disseram que Mocinha “pegou ar” no GEM. Vânia retrucou e disse que não precisa de leitura pra falar. (Diário de campo, 11 de julho de 2018)

Voltando para minhas impressões do “campo”, na minha segunda ida à reunião do grupo, em maio de 2018, estava presente Itanacy – da ONG Casa da Mulher do Nordeste, com ano qual o grupo estabelece parceria⁵⁷ há algum tempo, e, atualmente, gerenciam juntas o projeto da Agricultura Urbana. Sua presença tinha como objetivo

⁵⁷Observei em vários momentos que essa parceria é um tanto quanto conflituosa. A partir dos relatos percebi que a referida ONG tem tido algumas posturas hierárquicas e centralizadoras quanto a execução do projeto, como se o grupo não fosse capaz de geri-lo.

“fazer uma assessoria com o grupo voltada para a gestão/organização interna do grupo, principalmente em relação as contas. E lançou a pergunta: Qual o sentido do grupo? E continuou dizendo que “às vezes a gente não faz porque não sabe”. Ela estava falando a respeito das demandas burocráticas de um grupo. (Diário de campo, 23 de maio de 2018)

Dessa pergunta, ela propôs uma dinâmica para ao grupo para escrever em pedaços de cartolina fatos que aconteceram durante a trajetória do grupo, as atividades que realizaram, os eventos que participaram, os cursos que fizeram, etc. Pude ajudar Itanacy a conduzir essa dinâmica. Ao fim dela, as mulheres puderam visualizar o quanto tinham haviam feito e vivido ao longo dos 19 anos de existência do grupo, cumprindo o objetivo inicial da proposta, que era de resgatar o sentido do grupo através da memória. Após o término, me ofereci para sistematizar as informações e disponibilizar para Itanacy e para o grupo, pois iria me ajudar na pesquisa. Assim, construir uma linha do tempo com as informações oferecidas pelas mulheres foi extremamente útil para pensar a trajetória e a importância do Grupo ao longo dos anos.

Em relação a essa atividade, observei alguns limites e dificuldades no que se refere ao seu objetivo. Apesar de possibilitar que as mulheres visualisassem o quanto já tinham feito durante os quase vinte anos, posteriormente não foi realizada uma reflexão coletiva sobre o que significava todas aquelas ações, participações em marchas, realização de cursos. Ou seja, as mulheres do Grupo não tiveram a possibilidade de falar dos significados e das reverberações daquela linha do tempo. Esse fato nos mostra o quão é importante a prática da pedagogia feminista, que inspirada em Paulo Freire, que as sujeitas políticas constroem conhecimento a partir da sua realidade e experiência de vida, priorizando a manifestação da sua própria percepção sobre determinado assunto. Além de nos ajudar a refletir sobre relações de poder, hierarquia, perda de autonomia na constituição da articulação ONGS e grupos populares.

Em junho, fui apenas uma vez ao Passarinho devido ao período da Copa do Mundo. Neste dia, acompanhei uma visita à casa de Marluce do projeto Agricultura Urbana. Na sede do Grupo, observei o entusiasmo, o compromisso, a organização e a organicidade das mulheres para realizar mais uma atividade, mostrando na prática como funciona os princípios de auto-organização e horizontalidade. Cada uma levou algo para o lanche. Tínhamos suco, bolachas e bolo. Quando a professora Verônica, responsável por compartilhar os ensinamentos sobre agricultura urbana, chegou, elas trataram logo de organizar o material para “aula”, uma pegou o saco de brita, outra as ferramentas, outra as garrafas pet necessárias para horta

suspensa. Antes de se encaminhar para casa de Marluce, Verônica deu algumas orientações a respeito do chorume:

Ela observou as garrafas de chorume que estavam em cima da mesa, e informou que o chorume não presta apenas quando a garrafa murcha, e que era normal eles terem cores diferentes, isso acontece por causa do tipo de material orgânico que tem na compostagem. Em seguida, observou que todos estavam bons. Falou também da compostagem, pois tinham vários baldes no quintal, ela colocou a mão em alguns deles e verificou que ainda tinham alimentos para decompôr, por isso ainda não é a hora de colocar no sol (Diário de Campo, 11 de junho de 2018).

Depois que tudo estava pronto, que todo material necessário estava no carro da professora, nos encaminhamos para casa de Marluce.

A casa de Marluce fica bem próxima a sede do grupo, na mesma rua principal, subindo, no fim da ladeira, a casa fica na encosta de uma barreira, casa pequena de apenas um quarto, sem cerâmica, sem reboco, com vários tonéis para compartimentar água. A casa não tem muros, não tem jardim, apenas quintal, localizado no pé da barreira. (Diário de Campo, 11 de junho de 2018).

Chegando lá, autonomamente e de forma espontânea, as mulheres foram assumindo as atividades. Joelma que não gosta de mexer com a terra por causa de trauma de infância, cortava, pintava e colocava os arames nas garrafas pet para fazer a horta suspensa; Vânia, Marluce e Ediclea ajudavam a limpar o quintal, retirando os entulhos, cortando os matos; Magda, que tem mais “jeito” com as plantas, organizava as mudas nos locais orientados pela professora. E foi nesse espaço que foi feita a farmácia viva com ervas medicinais. Plantamos artemísia, hortelã miúda, hortelã graúda, xambá, agrião, erva cidreira, mirra, alfavaca, acônico, manjerição miúdo, capim santo, capeba, tipim, boldo do chile. (Diário de Campo, 11 de junho de 2018).

Foto 12: Projeto Agricultura Urbana - Junho/2018



Fonte: Elaboração própria

Nas reuniões de julho, as mulheres relataram sobre várias atividades que participaram e participariam. Essa quantidade de convite para participação em atividades externas, me chamou atenção, assim como a relação com o mandato do Vereador Ivan Moraes, do PSOL, a participação na Partida e consequentemente o envolvimento na Campanha Meu Voto Será Feminista e na campanha das Juntas⁵⁸.

A primeira atividade que elas participaram foi uma reunião na FASE, que tinha como objetivo explicar e discutir sobre o Plano Diretor; a segunda, também relacionada com o plano, foi na Escola Dom Vital, no qual Vânia ficou no eixo sobre meio ambiente para colocar a importância da implantação da ZEIS, onde fica localizada a Ocupação Vila Esperança. Sobre as atividades que participariam, falaram do evento sobre agricultura urbana em Brasília que Ediclea iria representando o grupo; a feira agroecológica em casa amarela; sessão no Cinema São Luiz do filme “Quem mora lá”; reunião com a Juntas; formação feminista da Marcha Mundial de Mulheres Essas foram apenas algumas das atividades pré-agendadas par ao mês de julho.

Sobre a relação do grupo com o Mandato do Vereador Ivan Moraes, percebi que tem sido uma relação próxima, ética e comprometida. Ao comparar a atuação dele com a do vereador Jurandir Liberal – que ajudou o grupo na primeira audiência pública em 2015, mas

⁵⁸Candidatura coletiva de Pernambuco formada por cinco mulheres candidatas a codeputadas estaduais: Robeyoncé, Kátia, Carol, Joelma e Jô, pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Elas concorreram e foram eleitas com 39.175 mil votos nas Eleições de 2018, elegendo a primeira deputada transsexual de Pernambuco: Robeyoncé.

que só foi uma vez na comunidade, não se aproximou do grupo, muito menos acompanhou as demandas -, Ediclea relata

Já com Ivan foi diferente, Ivan assim que se elegeu, eu não votei em Ivan, né. Mas assim que ele se elegeu, ele procurou a gente, procurou o que era que tava acontecendo na comunidade, o que era que a gente queria que eles fizessem aqui na comunidade, a gente conversou as nossas propostas. Sempre presente, presente na reunião, presente nas ações da comunidade. Então, é um cara que é presente, né. A gente lutou pra que ele fosse deputado, mas não conseguiu. Mas a gente tá aí firme e forte com o Mandato de Ivan porque a gente vê que é um cara que se preocupa com os movimentos sociais, e a gente precisa disso (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019)

Mayra Clara, que faz parte da equipe do vereador, estava sempre presente nas reuniões do grupo, dando retorno sobre as demandas solicitadas pelo grupo, como é possível verificar abaixo:

Mayra Clara, do mandato de Ivan Moraes fez um repasse da EMLURB sobre a melhora do parque localizado na praça do Terminal de Ônibus, e sobre a questão da iluminação da CELPE. Ela informou que estava aguardando resposta no prazo de 30 dias. Ela também levou uma proposta de formação sobre acessibilidade, para que as pessoas possam aprender mais sobre seus direitos. Ela disse que viria para o bairro mobilizar as pessoas para essa oficina junto com o grupo. (Diário de campo, 04 de julho de 2018)

A pedidos do Grupo, o Mandato convocou uma Audiência Pública para cobrar dos gestores públicos soluções referentes a demanda das Cartas Políticas do Ocupe Passarinho Ano I e II. E separadamente expediu doze requerimentos, solicitando: construção de uma creche; regularização fundiária; construção da Escola Municipal; construção de um PSF; capinação, limpeza e drenagem do rio; regularização do abastecimento de água; construção de uma Escola Técnica Estadual; reforço da Polícia Militar em relação à violência; linha de ônibus para integrar o Terminal Ônibus da Macaxeira; medicamentos e contratação de profissionais para o PSF e revitalização da praça.

O Grupo foi convidado desde o início da formação da PartidA em Recife, no ano de 2016. É um movimento formado por mulheres que estavam cansadas dos silenciamentos e negligenciamentos no interior dos partidos políticos, e resolveram se juntar para impulsionar candidaturas de mulheres nos espaços de participação política e espaços de poder (Maria Carolina Santos, 28/09/2018, Marco Zero Conteúdo) Na plataforma da Campanha Meu Voto Será Feminista⁵⁹, a PartidA é uma

⁵⁹A campanha surgiu para alavancar a proposta da PartidA devido a ínfima participação das mulheres na representação política do Brasil.

coletiva suprapartidária e orientada à esquerda, que busca ocupar a política com, para e por mulheres feministas que pensam um projeto de democracia enfrentamento com justiça social, diálogo e inegociável a todas as formas de desigualdade e opressão (Meu Voto será Feminista, 2018).

No início, Vânia era a integrante do Grupo que estava mais presente nas reuniões. Porém, segundo relato de Ediclea,

depois elas deixaram de ligar pra, pra avisar quando era reunião. E assim, as reuniões delas é, são...tudo é classe média né, então a reunião delas é na hora do almoço, no restaurante num sei quê, a gente não vai bicha, e a gente também não vai pra tá filando comida de ninguém. Então, a gente se afastou, elas também não convidaram mais a gente. Mas teve muito presente é...na época do, elas trouxeram, Aurea Carolina, veio aqui, fizeram uma roda de conversa com a gente, a PartidA veio, veio bastante gente da PartidA. É...na questão do Conselho dos Moradores, quem deveria tá a frente junto com a gente era a Casa da Mulher do Nordeste e se esquivou, e elas estavam presente com a gente. É...na, nas Juntas, elas vieram. Elas queriam que eu tivesse...vieram conversar comigo pra eu sair é...deputada junto com as meninas. Mas, eu não aceitei. E aí, é...elas botaram outras meninas. Mas assim a gente ficou parceiro o tempo todo, né. E hoje não, elas nunca mais ligaram. Mas no início eram bastante presentes aqui na comunidade (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019).

Esse relato demonstra a dificuldade que ainda muitos movimentos feministas com recorte de classe e raça, classe média e branco, tem de se aproximar, dialogar e manter uma articulação horizontal com grupos de mulheres populares. Pois não compreendem a perversidade prática das intersecções de raça, classe e gênero, de não ter dinheiro para se locomover na cidade, de ter medo de sair de casa à noite por causa da violência urbana, etc.

Entretanto, no que se refere a articulação pontual, parece que tem funcionado essa relação. No caso da eleição para o Conselho dos Moradores, que ela se refere, as mulheres da PartidA ajudaram bastante o Grupo, assim como o SOS Corpo e o Fórum de Mulheres de Pernambuco, através de orientações, realizando porta-a-porta, conversando com a população sobre a importância da eleição; alugando Kombi para levar as pessoas para votar, etc. O Grupo decidiu com outros moradores participar da eleição, com o objetivo de reestruturar o Conselho dos Moradores para que ele fosse mais um instrumento para melhorar a comunidade, como demonstra Ediclea abaixo:

aí eu chamei as lideranças, chamei Betinha, chamei Vado que, que é do Conselho Tutelar, chamei outras, outras pessoas da comunidade pra gente vê o que a gente pensava, o que é que a gente pensava em fazer, né, pra não deixar o Conselho de Moradores abandonado porque ele é um, um órgão que é importante pra comunidade, né. Aí a gente fez a reunião. Neil contou os problemas do Conselho, falta de estrutura, o CNPJ tá com problema, o

Estatuto do Conselho está com problema, tem vários problemas o Conselho dos Moradores. Aí, do primeiro momento a gente pensou em fazer uma chapa, não era uma chapa, era uma Coordenação Colegiada, né, pra que todo mundo trabalhasse em prol do Conselho, pra estruturar esse Conselho. Só que aí só teve uma pessoa que não quis, que foi César, dizendo que tinha a chapa dele já organizada, que ia mostrar, que ia é...se candidatar pro Conselho de Moradores, tá. No dia que a gente marcou pra ele apresentar a comunidade a sua chapa, nem ele mesmo apareceu. A voltou tudo a estaca zero. Aí eu chamei de novo pessoal. Aí vamos, o pessoal, Dona Clea a senhora tem que candidatar. Ai eu: não quero me candidatar porque eu já tenho o Espaço Mulher que já me toma um grande tempo. Mas tudo bem, vamo, vamo, tentar, a gente chama outra reunião. E aí não deu certo de novo, ficou na estaca zero de novo. O jeito é eu me candidatar pra vê o que é que vai rolar. E aí quando a gente formou nossa chapa, era oito mulheres e quatro homens. A maioria mulheres. (Ediclea, depoimento oral, julho/2018)

Apesar da iniciativa inovadora em relação a composição de uma Coordenação Colegiada, com a presença majoritária de mulheres, as forças patriarcais e machistas mostraram seu lado perverso tornando o processo eleitoral tenso e violento. Ao perguntar a Ediclea como foi esse processo, ela narra com riqueza de detalhes e tom de pesar como tudo aconteceu

Nossa Senhora, um terror! É...foi terrível, né, todo processo, a gente só. No começo não tinha nenhuma chapa, né, pra eleição do Conselho, é...Aí depois apareceu Mago, é...que já foi do Conselho, a gente achou que ele era a pessoa que a gente sempre conheceu na comunidade, mas ele se transformou, ele tava com a Chapa 2. Então no dia da eleição foi terrível porque no primeiro momento que começou a eleição, a gente já viu que não ia dar certo, pela falta de respeito, pelo, é...desvalorizando as mulheres, né. E aí a gente tentou impugnar, mas aí a mesa, né, disse que não, que o povo tava vindo votar, que ele ia melhorar e tal. Quando foi final de tarde, quando foi à tarde piorou, né. Veio as meninas da PartidA, que veio dar uma força grande a gente é...e num foi pior também por causa disso, né. E aí a gente escreveu uma carta dizendo né, toda falta de, de, de, falta de livro de ata, é...falta do do compromisso da chapa. E aí a, a, o desrespeito com as mulheres que eles tavam tendo. E a gente, quando foi à tarde piorou porque ele além dele tá esse tempo todinho desrespeitando as mulheres, ele tava trazendo pessoas de outros bairros, de Bola na Rede, Guabiraba, Nova Descoberta, Alto da Bondade, que já é Olinda. Então, ele tava trazendo Kombi cheia, não era uma, duas pessoas, né. E eles já tavam vindo de manhã, os caras assim, tavam desqualificando as mulheres mesmo. E aí, e aí, é...eles disseram lá uma, uma brincadeira lá com a menina da mesa, né, desqualificando a menina, e aí o processo, né, se agravou porque aí a mesa totalmente se retirou, né, e a gente se retirou também, a nossa chapa, só ficaram eles. Então, aí a gente lacrou, eles queria que contasse o voto, a gente não, não era pra contar o voto, não queria saber, não ia contar o voto, a gente lacrou o

voto. E aí deixou, entregou na mão dos antigos diretores do, do Conselho. Quando foi agora no meio de abril, maio, final de maio, me chamaram pra uma reunião. Eu disse que não ia participar, né, que eles tavam querendo a chave do Conselho, participar do Conselho, num sei quê. Aí eu disse que não ia participar, que eles podiam fazer a reunião sem mim porque eu não queria. Aí eu sei que fizeram essa reunião, quem participou foi Vânia. Ela disse que não tinha ninguém da Vila, o povo tudo lá de baixo, da onde o Prefeito deu trabalho pra ele, né, deu, ele deu trator, deu lona pra ele colocar na barreira. Então, o governo ajudou ele (...) Aí o governo Geraldo Júlio fez um vídeo com ele dizendo que ele era a maior liderança em Passarinho. No carro de som dele saia o Prefeito falando que ele era pessoa que merecia confiança dos moradores da comunidade, né, tudo isso deu segurança pra ele fazer o que ele fez. E além disso é um cara que tá no processo da Lei Maria da Penha porque ele agrediu a mulher dele, que no dia da eleição, tinha uma mulheres mesmo dizendo lá na frente do Conselho que ele tentou estuprar a enteada. Então, ele tem um processo da Lei Maria da Penha, mas as próprias mulheres da comunidade tavam apoiando ele, (...) A gente ficou muito chocada com tudo que aconteceu e aí depois da gente lacrar, entregaram agora é... entregaram o Conselho a ele. Mas Vânia foi no outro dia foi queimou toda a votação, pra depois ele não dizer quando abrir dizer que ganhou né. E aí a gente queimou a votação, ele tá no Conselho de Moradores, fazendo o que não sei, que eu não vejo reunião nenhuma, nem nada. Pronto. E a gente tá aqui fazendo o nosso trabalho, como sempre fez, né. E aí ele tá aí. (Ediclea, depoimento oral, julho/2018)

Esse relato é muito rico pois mostra o quão as mulheres do Grupo foram subversivas e inovadoras ao se candidatar a eleição da Associação dos Moradores com uma chapa coletiva, com paridade de gênero, etc. Apesar de todo empenho e articulação, as correntes do sistema patriarcal prevaleceram. Em conversa em janeiro de 2019, Ediclea afirmou que o Conselho segue abandonado, sem nenhuma melhoria na infraestrutura do prédio, muito menos ações que beneficiem as/os moradores de Passarinho.

Foto 13: Cartaz Eleição Conselho dos Moradores/2018



Fonte: Elaboração Própria

No que se refere a Juntas, não presenciei conversas sobre como se deu o apoio política a mandata, contudo, acredito que ela se explica pela participação do grupo com a PartidA e com o envolvimento quase que unânime de vários grupos e coletivos feministas à Campanha, pela sua proposta de ser coletiva, pela semelhança das pautas defendidas pelos movimentos sociais. E também, como Ediclea afirma,

a gente apoiou né, porque era grupo, pessoas que a gente já conhecia, Carol, é...Jô, né, a gente já conhecia. Beyoncé já conhecia do mandato. As outras duas não conhecia, vim conhecer depois. E por isso também a gente tava muito junto, apoiou a candidatura porque sabia da responsabilidade dessas pessoas (Ediclea, depoimento oral, janeiro/2019).

Sendo assim, corroborando com SILVA (2014), acredito que, de fato, a luta por paridade de sexos é importante, pois simboliza uma luta muito maior dos movimentos feministas – luta por igualdade e autonomia para todas as mulheres. Por isso, não pode ser dissociada das configurações macrosociológicas, ou seja, para garantir igualdade e autonomia das mulheres na política, os movimentos feministas, como a PartidA, precisam estar inserida na luta pela reforma radical do sistema político brasileiro. Este é o desafio. O risco de não seguir essa perspectiva é a reprodução da velha política que não dialoga com as lutas populares, não reconhece a potência da auto-organização, horizontalidade das mulheres nos movimentos autônomos.

As reuniões do Ocupe Passarinho ANO III retornaram em julho – foram feitas algumas reuniões no início do ano. Geralmente elas aconteciam após a reunião ordinária do grupo, na quarta-feira, e contavam com a presença das organizações parceiras. Na primeira reunião estavam presentes mulheres representantes das ONGs SOS Corpo, Casa da Mulher do Nordeste, *ActionAid*, Cidadania Feminina e Mandato de Ivan Moraes. “Vai sair de qualquer jeito, com recurso ou não!” Essa foi uma das primeiras frases de Ediclea na reunião, e foi ela que deu o norte para se pensar a estrutura da ação, que demonstra mais uma vez a aplicabilidade do princípio de autogestão. Nesse sentido, foi sugerido unir as duas ações: Ocupe Passarinho e Beleza negra ou reduzir a duração do evento (que nos anos anteriores foi o dia inteiro de atividades). Foi pensando os seguintes pontos: mobilização da comunidade, resgate das cartas políticas, articulação com os grupos e organizações, definição das atividades e atrações. A partir desses pontos, surgiu como proposta a realização de quatro pré-ocupes: Pré-Ocupe Juventude, Pré-Ocupe Agricultura Urbana, Pré-Ocupe Mulher e Pré-Ocupe Cidade Segura. Contudo, apenas o primeiro conseguiu ser realizado.

O pré-ocupe foi organizado e mobilizado pelo Fórum de Juventude de Pernambuco - FOJUPE, Favela News e Casa da Mulher do Nordeste - CMN devido ao seu projeto com os jovens na comunidade. A atividade aconteceu na casa do grupo e estava marcada para as 18h. Cheguei por volta das 17h40. Já tinha bastante gente. O pessoal do Favela News⁶⁰ já estava organizando os equipamentos para exibir os curtas realizados na comunidade, da série “giro periférico”. Um dos vídeos tinha a fala de Vânia, uma das fundadoras do grupo, falando um pouco sobre a comunidade e as ações do grupo. Além do vídeo Rio Capibaribe, que chama atenção para outras realidades e preservação do rio. Foram três vídeos⁶¹ exibidos sob os olhares atentos das crianças e dos jovens. Confesso que não esperava a presença massiva dos jovens dado a histórica dificuldade em mobilizar a comunidade. Mas daí pensei algumas questões: será que a presença expressiva das crianças e dos jovens se deu devido a mobilização da CMN com o seu projeto desenvolvido há tantos anos na comunidade? Ou porque foi pela proposta da ação - cine-debate? Ou até mesmo a presença e o estilo do Favela News? ou até mesmo o carrinho de pipoca que nunca deixou de ter fila? Todas essas questões refletem a carência de lazer da comunidade. A única praça que tem é pequena e está sucateada, não tem brinquedos, os balanços estão quebrados. Não tem quadra. Não tem nenhuma atividade lúdica para os jovens. Em seguida as exibições dos vídeos, Anabelle falou da importância de conversar sobre os problemas da comunidade para que assim pudéssemos criar reivindicações para o poder público em vista da ação de rua do Agosto da Juventude. Dividiu em 3 grupos para que os jovens pudessem elencar os problemas e as possíveis soluções. Me inseri num dos grupos a pedido de Anabelle para ajudá-los a formular as questões. (Diário de campo, 14 de agosto de 2018)

Posteriormente, com mais tranquilidade e com um distanciamento necessário, refleti de forma crítica sobre essa atividade correlacionando essa questão com a ausência da participação das jovens no Grupo Espaço Mulher. E me perguntei: por que as jovens não participam das atividades propostas pelo Grupo? Será que a questão geracional é fator de distanciamento? Será que é uma proposta do projeto incentivar a auto-organização dos jovens? Com base nessas reflexões, resolvi analisar cada momento dessa atividade e percebi que apesar de ter como parceiros o Fórum das Juventudes de Pernambuco - FOJUPE⁶² e o Favela News, havia uma concentração de direcionamento da atividade por parte da CNM. Tanto as integrantes do FOJUPE quanto do Favela News não se envolveram diretamente na condução das dinâmicas. Acredito que essas posturas têm raízes na forma como se é pensada e

⁶⁰O Favela News é um canal de notícias sobre o que acontece nas favelas de Recife e Olinda.

⁶¹São vídeos do projeto que o Favela News executa, que se chama “Giro Periférico”, que mostra como é a vida nas periferias do Recife. Esse projeto já passou pelas periferias de Bomba do Hemetério, Ilha de Deus, Morro da Conceição, Padre Villerman, Alto do Pascoal, Brasília Teimosa, Paratibe, Arruda, Favela do Bode, Jordão, Nova Morada, Em um deles tem o depoimento de Vânia, uma das integrantes do Grupo Espaço Mulher.

⁶²“O FOJUPE é um espaço que agrega grupos e organizações juvenis do estado de Pernambuco para discutir e pautar questões juvenis e Políticas públicas.” (Fórum das Juventudes de Pernambuco, facebook, 2019)

organizada a ação, isto é, sem envolvimento ativo das parceiras, do “como fazer”, de pensar coletivamente. Daí cabe pensar: o que é uma articulação, uma parceria?

Em agosto, após encerrar todas as coletas dos depoimentos, comuniquei ao grupo que não iria mais toda quarta para as reuniões porque precisava trabalhar nos dados, analisar, e principalmente escrever. Em todo tempo, elas me agradeceram, pelo meu compromisso com o grupo e pela realização da pesquisa, demonstraram felicidade pela minha presença e disseram que sentiriam saudades e que eu não deixasse de aparecer. Tratei de não desapontar e retornei a Passarinho, em outubro e em novembro. Em outubro participei junto com o Grupo de um porta-a porta na Ocupação Vila Esperança para sensibilizar a população com a ameaça que seria um Governo Federal sob presidência de Jair Bolsonaro. Em novembro estive no dia da realização do Beleza Negra e do Ocupe Passarinho.

Cheguei na sede do grupo por volta das 11 horas, mas desde cedo já havia tido atividades. Havia bastante gente dentro e fora da casa. De um lado da calçada tinha uma mesa com duas profissionais de saúde aferindo a pressão arterial e do outro tinha a feitura de trança afro. No quintal estava acontecendo várias atividades simultaneamente: manicure, maquiagem e aplicação de argila no rosto. O sentimento de felicidade era uníssono, estava estampado no rosto de cada mulher presente através dos sorrisos e gargalhadas. O dia estava nublado, mas muito quente. Estava me sentindo um pouco mole e resolvi aferir minha pressão e constatei que ela estava um pouco baixa, por isso resolvi ficar um pouco dentro da casa, na sombra, para me recuperar. Era meio dia e uns quebrados, as mulheres estavam organizando a mesa para servir a feijoada. Alguém perguntou: quem fez a feijoada? E Joelma prontamente respondeu: cada uma fez alguma coisa, foi coletiva, uma cortou a cebola, outra separou o feijão, outra fez o arroz. (Diário de campo, 24 de novembro de 2018)

Resolvi trazer esse trecho do diário de campo porque traduz bem o processo de organização e realização das ações coletivas. Nesse caso específico, que pude acompanhar com olhar de pesquisadora, observei que cada uma estava com uma função específica nesse dia, por exemplo, Ediclea estava responsável pelo contato com as atrações culturais do Ocupe Passarinho, que aconteceria na parte da tarde; Joelma e Sevé estavam na cozinha organizando a feijoada; Marluce e Mocinha estavam vendendo as cartelas do bingo; Tatiane estava responsável pela banca da feira para expor os produtos do grupo; etc. Eu também não fiquei de fora da divisão de tarefas. Ao perguntar se estavam precisando de ajuda, elas me pediram para ficar no controle da venda das cartelas⁶³ de bingo. Além disso, fiquei na barraca com os produtos da feira porque Tatiane precisou ficar de olho em Maitê, sua filha. Assim, considero

⁶³Elas tinham imprimido 200 cartelas e distribuíram entre si. Cada uma do grupo ficou com cinco cartelas. O montante que sobrou ficou com Thuany, que me repassou. Eu e Manoela (integrante da Coletiva das Vadias) ficamos responsáveis por vender e arrecadar o dinheiro que estava com as outras mulheres.

que ter assumido essas funções possibilitou estar mais de perto, ou melhor, dentro da dinâmica das ações coletivas, compreendendo como de fato ela acontece, observando as articulações, os conflitos.

4.6 INSTRUMENTO PARA ANÁLISE

Após a realização da pesquisa de campo, as análises dos depoimentos seguiram as orientações gerais proposta pela Análise do Discurso a partir das seguintes etapas: 1) inicialmente foi realizada a *transcrição* na íntegra, registrando a fala literal das interlocutoras da pesquisa; 2) seguida de uma leitura cética do texto gerado pela transcrição; 3) posteriormente a essa primeira leitura, uma nova leitura foi feita para codificar, ou seja, identificar as categorias/temas relacionadas ao meu problema de pesquisa; 4) por fim a análise do discurso é realizada a partir da identificação de “padrão nos dados” revelando assim tanto diferenças quanto inconsistências nas narrações (Gill, 2008).

As análises dos dados foram feitas especificamente a partir da Análise Crítica do Discurso — ACD - proposta por Fairclough porque, assim como Melucci, parte de uma perspectiva construtivista que relaciona as estruturas sociais com o discurso (linguagem), colocando o indivíduo como a gente ativo nesse processo. Entretanto, antes de adentrar na abordagem metodológica analítica escolhida é necessário falar de maneira geral o que é “Análise do discurso”. Rosalind Gill (2008) coloca que há uma enorme diversidade de “análise de discurso⁶⁴”, que podem ser divididas em três tradições teóricas amplas que estão relacionadas a linguística crítica, semiótica social ou crítica, estudos de linguagem; teoria do ato da fala, etnometodologia e análise de conversação; e pós-estruturalismo. Apesar das diferenças todas partem do pressuposto de que o discurso é construído socialmente, analisam “novas questões ou maneiras, de reformular as antigas”, e possuem algumas características-chaves: postura crítica em relação ao conhecimento; reconhece a importância do contexto histórico e cultural para compreender o mundo-conhecimento é construído a partir de processos sociais; e o “compromisso de explorar as maneiras com os conhecimentos – a construção de pessoas, fenômenos ou problemas – estão ligados a ações/práticas”(GILL, 2008, p. 245). Já a abordagem crítica da análise do discurso, utilizada neste trabalho, é influenciada pela Escola de Frankfurt também no século XX e tem como diferencial a associação das relações de poder

⁶⁴De acordo com Chizzotti (2008), a Análise do Discurso surge no fim do século XX e tem por objetivo “analisar o uso da linguagem em discursos contextualizados de pessoas que interagem, e os processos pelos quais dão forma linguística e produzem sentido nas suas interações sociais” (Chizzotti, 2008, p. 121)

e formas de dominação ao do processo de construção de discurso. (Chizzotti, 2008). Mais especificamente optei por utilizar a perspectiva defendida por Norman Fairclough⁶⁵, conhecida como Análise Crítica do Discurso – ACD, por ele não se limitar à questão metodológica e ir além ao propor a união da análise linguística e a teoria social para compreender o papel do discurso na mudança social (FAIRCLOUGH, 2001). Para o autor, a ACD⁶⁶ possui uma posição teórica, um método (que serve como aparato para análise) e uma visão crítica (FAIRCLOUGH, 2012).

“Discurso” e práticas sociais são dois conceitos chaves utilizados por Fairclough na ACD. “Discurso” é compreendido pelo autor como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). O referido conceito também pressupõe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, isto é, a estrutura social interfere e influencia na construção do discurso ou o “discurso é socialmente constitutivo”. Para ele, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). De maneira geral, o autor aponta que os efeitos construtivos do discurso contribuem para construção das identidades sociais, relações sociais entre as pessoas e para a “construção de sistemas de conhecimentos e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Fairclough (2001) argumenta que os indivíduos constroem seus discursos a partir de uma prática social inserida numa estrutura social que as orientam. Isto é, as práticas sociais são maneiras de agir dentro de uma estrutura e todas possuem os seguintes elementos: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semiose (FAIRCLOUGH, 2001, 2005).

Nesse sentido, a partir da utilização das três dimensões do discurso: texto, prática discursiva e prática social; analisei os depoimentos orais. Importante salientar que a análise textual, como forma de descrição dos elementos gramaticais e linguísticos do texto (vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual) não é o foco deste trabalho por exigir uma experiência técnica em linguística que enquanto socióloga e pesquisadora social não possuo. Entretanto, por ser parte fundamental da análise, optei em me debruçar nas diferenças entre os

⁶⁵Professor emérito de linguística na Universidade de Lancaster e um dos fundadores da análise crítica (ACD), um ramo da análise do discurso que estuda a influência das relações de poder no conteúdo e na estrutura dos textos (posfácio da edição brasileira *Discurso e Mudança social*, 2001)

⁶⁶A ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais. Essa disciplina preocupa-se particularmente com as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas. (FAIRCLOUGH, 2012, p.309)

textos transcritos das entrevistadas. O enfoque se deu nas análises da prática discursiva e da prática social como análises interpretativas estão mais alinhadas com os objetivos desse trabalho, visto que se preocupam com as “circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos” (FAIRCLOUGH, 2012, p.22) Para o autor tanto a produção quanto a interpretação textual são processos construídos socialmente a partir dos recursos que estão disponíveis mediante valores e normas introjetadas numa estrutura social. Dessa forma, essa construção não é estável nem pode ser generalizada. Para analisar o discurso como prática social dois conceitos⁶⁷ são fundamentais: ideologia e hegemonia. Partindo das contribuições e contradições de Althusser, Fairclough compreende que as ideologias

“são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Uma importante contribuição dessa definição de Fairclough (2001), para a análise crítica do discurso, é a perspectiva de transformação, que cabe perfeitamente para análise do Grupo Espaço Mulher. Ele defende que apesar das ideologias serem naturalizadas nas práticas discursivas tornando-se *sensu comum*, ela não é estável, e sim, passível de transformação através da luta ideológica. Ou seja, essa luta ideológica possibilita remoldar “as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117) Já o conceito de hegemonia é definido pelo autor a partir de Gramsci como “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122). Segundo ele é “a forma organizacional de poder predominante na sociedade contemporânea” e representa as relações de poder entre as classes sociais. O autor também utiliza o termo luta hegemônica para materializar as instituições que a produz e mantém com base em desigualdades diversas. O mais importante da utilização desse conceito é a possibilidade que ele traz de para analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemônias existentes”. Assim como possibilita “analisar a própria prática discursiva com um modelo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126).

⁶⁷Utiliza esses conceitos a partir das contribuições clássicas do marxismo de Althusser e Gramsci.

5 ANALISANDO OS DADOS: IDENTIDADES COLETIVAS E AÇÕES COLETIVAS

Este capítulo tem como objetivo analisar os dados coletados durante a pesquisa de campo através do produto das observações participantes – o diário de campo; e das transcrições dos depoimentos orais. Visando assim compreender os elementos envolvidos na construção e na transformação das identidades coletivas do Grupo Espaço Mulher e sua inter-relação com as ações coletivas, imprimindo também uma visão crítica acerca dos principais pontos encontrados.

5.1 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA

Melucci (1996) argumenta que o processo de construção da identidade coletiva na maioria das vezes não é visível. Esse processo pressupõe unidade, continuidade, estabilidade, permanência, assim como a capacidade de reconhecer e ser reconhecido. Dessa forma, argumenta que ela funciona como um instrumento de autorreflexão dos atores sociais, que permite reconhecer os efeitos de suas ações e atribuir esses efeitos a si mesmo.

De antemão o grupo se identifica, no momento da pesquisa, - enquanto um grupo de mulheres negras e feminista. A partir dessa definição entendemos que as identidades coletivas que mobilizam o Grupo são as identidades negras e feminista. Entendendo que a identidade negra pode assumir uma tripla conotação: pessoal, política e coletiva. Pessoal porque as mulheres individualmente, hoje, se identificam enquanto mulheres negras; política porque utiliza essa identificação como instrumento de luta contra a discriminação racial, o preconceito e o racismo; e coletiva porque é compartilhada por todas. A identidade feminista é uma identidade *per se* político. Ambas estão em processo de construção. É possível perceber que apesar do longo tempo de existência, esse processo não está acabado e nem precisava estar pois continuidade, estabilidade e permanência não são sinônimos de fixidez ou completude.

É possível perceber que o processo de construção das identidades coletivas do grupo tem um marco de origem importante que foi a mudança do nome do grupo, de Kombeiras para o Espaço Mulher. Apesar da maioria das mulheres, do grupo Kombeiras, serem empregadas domésticas, e posteriormente terem construída uma relação com o Sindicato das Domésticas – o sindicato ia uma vez ao mês ao bairro para conversar sobre os direitos das mulheres, essa identidade relacionada a uma classe trabalhista não foi construída ao longo dos

anos e por isso não se tornou uma identidade coletiva. Acredito que o fator principal da não adesão ou construção de uma identidade coletiva de classe trabalhista se deu justamente pela nova configuração do grupo após a mudança de nome. Ao mudar de nome, o grupo expandiu os horizontes, suas pautas, redefiniu suas necessidades e suas capacidades de ação, bem como abriu espaço para outras mulheres participarem.

É importante frisar que o entrecruzamento entre mulheres, raça e classe nesse dado da maioria ser empregada doméstica está pautado nos sistemas de poder – patriarcal, racista e capitalista. Angela Davis (2016) demonstra que após a “abolição da escravidão” houve um movimento intencional de “empurrar” - no sentido forçado - às mulheres negras aos serviços domésticos, como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, etc.; com um discurso tautológico de que elas eram mais resistentes e confiáveis. A autora argumenta que esse discurso foi “um dos artificios essenciais da ideologia racista” (DAVIS, 2016, p. 102) Assim, Gonzáles (1984) chama atenção para necessidade de reconhecer os efeitos perversos que a articulação entre o racismo com sexismo provoca nas vidas das mulheres negras, destinando a elas um único lugar, o da - “mucama permitida”, que apenas serve para prestar serviços, “o burro de carga que carrega sua família e dos nas costas” (GONZALES, 1984, p. 230)

Assim, mesmo elas não assumindo essa identidade coletiva, a trajetória de Luiza Batista - uma das primeiras fundadoras do grupo -, explicita que a configuração “as kombeiras” com as discussões sobre o emprego doméstico e racismo, possibilitou que ela ocupasse hoje, a presidência da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD e ser uma das dirigentes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, mostrando que as mulheres negras podem, sim, ocupar outros espaços. É relevante também porque pauta uma luta histórica do movimento feminista, que é o questionamento da forma desigual da organização social, que define que o trabalho realizado pelas mulheres de trabalho reprodutivo (MEIRA, 2015). Dito isto, esta luta evidencia que o trabalho doméstico é um trabalho como qualquer outro, a diferença principal é a sua realização dentro do ambiente doméstico.

Assim, para compreender melhor como se deu o processo de construção das identidades, identifiquei três elementos fundamentais: a entrada do grupo num campo de captação de recursos através de ONG; associado a um trabalho de ação formativa e educativa; impulsionado pela trajetória política e liderança parte de uma das integrantes.

5.1.1. Captação de recursos e relação com as ONGs

O Grupo ao adentrar nessa lógica de captar recursos por meios das ONGs, de certo modo, teve que se adequar as propostas estabelecidas por esses editais, não apenas no que se refere as pautas, mas no modo como essas ações são organizadas, causando impacto e estranhamento para as mulheres que estavam apenas acostumadas a outros tipos de atividades, como realização de festas e cursos de pintura de pano de prato. Esse elemento reconfigurou a dinâmica do grupo, que passou a realizar rodas de conversa em parceria com outros grupos e movimentos; e criar outras ações coletivas a partir dessa nova experiência. Bem como passa a adotar o discurso/pauta que é central na ONG.

Através da Casa da Mulher do Nordeste, o Grupo passou a adotar as práticas discursivas e relacionadas a agricultura urbana, agroecologia, economia solidária devido aos projetos sociais que são desenvolvidos na comunidade pelo ou através do Grupo. Essa relação funciona de forma muito parecida com o objetivo no processo inicial de constituição das ONGs no Brasil, que era de mediação com os movimentos sociais populares, de modo que elas se apresentavam uma atuação mais geral, articulada em amplas redes de movimentos sociais; enquanto que os movimentos sociais populares “realizavam um trabalho molecular, localizado, ainda que com o objetivo de formação da consciência num sentido mais amplo” (SCHERER-WARREN, 1990, p. 39). Esse modelo de mediação está permeado de “relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas” (SCHERER-WARREN, 2006, p.110). Por isso, acredito que há tantos conflitos e tensões com a referida ONG, como já falei.

Apesar desses tensionamentos, a autora pontua que é possível haver solidariedade, reciprocidade e compartilhamento no trabalho das ONGs junto aos movimentos sociais de base local. Um exemplo, é a relação do Grupo com o SOS Corpo, que se dá de maneira dialógica, horizontal, que se pauta no reconhecimento e respeito da autonomia dos grupos a partir da pedagogia feminista. Essa relação, segue explicitamente o que Scherer-Warren (2006) define como três possíveis orientações políticas pedagógicas para uma relação entre ONGs e movimentos de base não seja hierárquica, que basicamente tratam: sobre resgate da dignidade e da história dos sujeitos socialmente excluídos; novas formas de ação coletivas que potencialize a cooperação, a confiança, a solidariedade e a reciprocidade; associar-se a outras experiências de articulação e mobilização.

Por essas questões, é possível observa-se que cada vez mais é importante estar articulada em rede de movimento social, ou seja, estar articulada “com outros grupos com a

mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania”. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Assim acredito, que essa percepção é o que mantém ainda a relação do Grupo com a Casa da Mulher do Nordeste, pois mesmo com os diversos conflitos éticos, a parceria tem rendido bons resultados para o Grupo, a possibilidade do aprendizado e da construção de novos discursos e pautas é satisfatório para as mulheres.

5.1.2. Formação política

A formação política se dá no cotidiano das reuniões semanais do grupo, através das conversas entre elas, como por exemplo, sobre a situação do desemprego por conta da crise econômica, sobre a dificuldade delas conseguirem emprego por causa do racismo, sobre as formas de violência contra a mulher, sexualidade, etc. Acontece também de convidar outras mulheres que compõe outros grupos para facilitarem alguma roda de conversa. Observei que o Grupo possui uma relação muito próxima com o Cidadania Feminina, no período que estava acompanhando as atividades do Grupo, elas estiveram duas vezes na sede. Assim como durante esses anos, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, o Instituto Papai, a Rede de Mulheres de Pernambuco, a *ActionAid*, a Casa da Mulher do Nordeste tem realizado diversas formações políticas. Esse compartilhar informações, ajuda no processo de autorreflexão das mulheres sobre as pautas centrais do feminismo e conseqüentemente contribuiu para a construção da identidade coletiva feminista.

5.1.3. Trajetória política e liderança

Ediclea, uma das fundadoras, já havia participado do movimento de mulheres do Morro da Conceição, tinha contato com outras militantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Integrou o grupo de teatro “Loucas de Pedra Lilás” e participou de várias formações políticas, esteve presente em diversos encontros feministas e de mulheres importantes, que possibilitaram ter uma formação política e uma capacidade de autorreflexão, fatores importantes para construção de ações coletivas. Em toda a pesquisa, ela demonstrou profundidade nos discursos feministas e antirracistas. Nesse sentido, Melucci (1996) argumenta em relação à informação numa sociedade pós-industrial. Para ele, informação

produz ação social mais reflexiva. Por isso, entende a informação como um recurso simbólico, uma capacidade humana, e estrutura cognitiva, emocional e motivacional, que está imbuída de poder e controle. Dessa forma, considerar a trajetória individual é importante porque nos dá indícios que a formação política aliada a participação política em outros movimentos sociais permitiu que ela adquirisse os códigos para interpretar a informação, ou seja, ela tem poder sobre a informação, pois consegue dar sentido ao processo de significação e assim dar sentido à ação individual e social.

5.2 IDENTIDADE COLETIVA: FEMINISTA

No que se refere ao processo de construção da identidade coletiva feminista dentro do grupo foi possível perceber alguns pontos importantes nos depoimentos de Ediclea, Tatiane e Vânia: o processo se deu de forma contínua a partir das interações com outras mulheres feministas ao participar do Fórum de Mulheres de Pernambuco; a auto identificação pessoal se deu de maneiras e tempos diferentes; a incorporação dessa identidade influenciou diretamente na construção das ações coletivas do grupo, como podemos observar na fala de Ediclea:

"Então, essa questão do feminismo sempre houve, mas ficou mais afundo quando, quando eu tomei a frente do grupo, né, quando ele passou a ser Espaço Mulher, aí a gente tem uma discussão política mesmo da questão do feminismo, de raça, de classe, né. E aí antes era uma questão que se falava porque eu puxava, mas não era de todas, elas não tinha essa fala política e entendia muito pouco." (Ediclea, depoimento oral, junho/2018)

Mais uma vez, a mudança do nome do grupo é apontada como algo importante no processo de construção das identidades coletivas do grupo. Em seu depoimento, Ediclea, enfatiza que foi nesse momento que a identidade coletiva feminista começou a ser construída. Contudo, para Tatiane, esse processo só teve início depois da participação no Fórum de Mulheres de Pernambuco - FMPE. Assim, é possível utilizar as três características que Melucci (2004) elenca para falar de identidade tanto individual quanto coletiva. Para ele, é preciso "continuidade do sujeito, independentemente das variações no tempo e das adaptações ao ambiente; delimitação desse sujeito em relação aos outros; e a capacidade de reconhecer-se e ser reconhecido" (MELUCCI, 2004, p. 44). Assim, nos depoimentos abaixo, é possível observar a importância que os aspectos sociais e relacionais, exemplificados na participação de uma rede de movimentos sociais, que é o FMPE, possui. Pois a medida que elas se

relacionaram com outras mulheres feministas, elas puderam não só se diferenciar delas, mas também se reconhecer nelas, possibilitando a auto-identificação. Dessa forma, Melucci (2004) argumenta que nessa relação circular, o apoio do grupo à qual pertence é fundamental para situar dentro de um sistema de relações, no qual elas podem perceber as similitudes das trajetórias pessoais e as semelhanças das bandeiras de luta.

ah! foi no momento que a gente entrou no Fórum de Mulheres de Pernambuco. Ai a gente se auto...Cria já era, mas a gente, os outro, as outras companheiras do grupo se...depois do Fórum de Mulheres de Pernambuco, se auto, se reconheceu feminista (Tatiane, depoimento oral, Setembro/2018).

Porque aí é ...fui botando elas também no Fórum de Mulheres, cada vez que tinha uma atividade do Fórum, que tinha uma viagem, que tinha num sei quê, a gente botava as mulher do Grupo Espaço Mulher. E aí (...) por isso que elas foram se fortalecendo também né, não só foi porque eu tava falando, porque além da gente falar, tava botano as mulheres pra conhecer o movimento de mulheres, né, na caminhada, nas vigílias, na interiorização do Fórum, que ia pra Serra Talhada, Ouricuri, as mulheres do Espaço Mulher tava lá. Então, esse fortalecimento delas veio daí e desde o começo indo pro movimento de mulheres pra compreender como é que o movimento trabalha, como é que o movimento faz e se vê né, na fala de outras mulheres (Ediclea, depoimento oral, junho/2018).

No âmbito coletivo, Melucci (2004) coloca que a identidade é “aquilo que assegura ao grupo, ou a sociedade à qual pertencemos, continuidade e conservação” (MELUCCI, 2004, p. 47). Por isso, que nos depoimentos acima, quanto nas observações participantes, a construção da identidade coletiva feminista está associada a esse caráter relacional, pautada na articulação política. Pois esse elemento possibilita que o Grupo se reconheça enquanto feminista, ou seja, produza uma capacidade de reflexão e assim fortaleça sua autonomia para continuar resistindo; assim reconheça os efeitos de suas ações. O reconhecimento da importância da atuação em rede é importante porque demonstra a necessidade de interação e reconhecimento recíproco, características básicas da identidade coletiva. Mas, não só, Melucci (2004) defende que o estar ligados aos outros é sobretudo para que possamos “avaliar o sentido daquilo que fazemos” (MELUCCI, 2004 p. 49). Ou seja, não é apenas pelos interesses comuns, a solidariedade garante e reforça a identidade, é o que nos mantém. Por exemplo, quando as mulheres se encontram semanalmente para trocas de saberes, falar sobre si, refletindo sobre a condição de ser mulher negra numa comunidade periférica e pobre, elas estão reativando essa solidariedade e fortalecendo sua identidade coletiva feminista e antirracista.

Em outro trecho da fala Ediclea, ela nos mostra um exemplo de como a identidade coletiva feminista é construída e influenciada pela construção das ações coletivas. E ainda, como as práticas discursivas construídas ao longo do processo de construção dessa identidade através das rodas de conversa e formações políticas, dão elementos para o Grupo reconhecer as práticas sociais que estão permeadas pelas relações de poder e ideologia, como é o caso do fundamentalismo religioso. Ou seja, o Grupo ao compreender que o fundamentalismo religioso propagado pelas igrejas neopentecostais é um problema social, que afeta diretamente a vida das mulheres, por ter como princípios morais a submissão da mulher, elabora um contra discurso ao dizer que “se tem violência contra mulher, a gente mete a colher”. A partir do acionamento dessa identidade, elas proferem um discurso que se contrapõe a lógica patriarcal, conservadora e passam a tratar a violência contra as mulheres como um problema de ordem estrutural, baseada no sistema sexista, e pública, e que não mais aceitarão serem submissas aos maridos, ao pastor ou ao estado.

"Desde o nosso surgimento de grupo que a gente fala a questão da saúde, mas também na questão da violência. Foi duas pautas logo no comecinho do grupo Espaço Mulher que a gente discutia muito: a saúde a violência contra as mulheres, porque a gente tá numa comunidade com quase 20 igrejas evangélicas, né, na sua maioria as mulheres são submissas a essa igreja e quando vai falar com o pastor: “ah, mas Deus vai curar, espere que Deus vai melhorar, é porque ele tava bêbado, num sei quê” Essas mulheres vão aguentando essa violência, que não deixa de ser uma opressão também contra as mulheres. E aí a gente falava sobre isso, e até hoje a gente ainda fala né da questão da violência, da saúde, né que é uma coisa que tá no dia a dia das mulheres. (Ediclea, depoimento oral, junho/2018)

Em relação a essa questão da violência, um dado importante, obtido através das observações das reuniões, é que algumas integrantes só perceberam que viviam em situação de violência após começar a participar do grupo. Entretanto, no momento da pesquisa, observei que o discurso sobre o que é violência, suas causas, já está um pouco mais consolidado no grupo. A exemplo, da atividade do Julho das Pretas, que tratou sobre essa questão.

Glauca tinha sido convidada para fazer facilitar a roda de conversa do Julho das Pretas sobre fala pública das mulheres. Mas não pode comparecer. Por isso, Clea resolveu falar sobre violência contra as mulheres. Ela começou perguntando o que as mulheres entendiam como violência? Sevé respondeu: é todo tipo de violência: chutar, xingar, bater - mulher, mãe, irmã. Cleide “estupro é violência?” Mocinha “mulé tem que ser muito respeitada” Mocinha disse que as filhas sentem ela diferente “eu não sabia de nada, o que racismo, violência, feminismo.” (Diário de campo, 18 de julho de 2018)

Assim como a violência contra as mulheres, o racismo foi sendo identificado e dito nos textos e nas práticas discursivas. A meu ver, esse discurso foi construído em paralelo a construção da identidade coletiva negra, pois nos anos iniciais do Grupo muitas mulheres ainda não se identificavam enquanto mulheres negras. A medida que esse processo duplo de auto identificação e formação da identidade coletiva foi se dando, aumenta-se a possibilidade de identificação das práticas sociais discriminatórias e consequentemente a construção de um contra discurso no âmbito racial. O reconhecimento da violência racial aliada a construção da identidade coletiva negra possibilitou o fortalecimento das mulheres, exemplificado no aumento da autoestima, como mostra Joelma.

Foi depois que eu entrei no grupo porque antes o pessoal ficava chamando “cabelo pixain”, “aleijada”, “é tão gorda do cabelo pixain”. E agora não, depois que eu tô aqui, eu tô numa autoestima, pode dizer o que quiser, eu não tô nem aí, não choro mais, que eu chorava muito quando o pessoal me chamava dessas coisas, eu não choro mais, eu não me aperreio mais, nem ligo (Joelma, depoimento oral, julho/2018).

O discurso antirracista se materializa nas ações coletivas, quando elas continuam inserindo nas programações culturais, das nas suas ações coletivas, as expressões presentes na cultura afro-brasileira, como o coco, o afoxé, o maracatu. Por exemplo, no depoimento abaixo, Ediclea relata que

(...) como a gente trabalha a cultura, né, da questão racial, a gente sempre tá trazendo maracatu, afoxé ou um coco. A gente é tratada como a xangozeira, catimbozeira . Problema né?! A gente não tá nem aí pra quem tá achando. Mas assim, os meninos do coco mesmo, nasceu aqui dentro, que é o coco Chinelo de pau, que antigamente era o coco de Olorum e agora é Chinelo de pau, foi criado aqui (Ediclea, depoimento oral, junho/2018).

5.3 DIMENSÃO RELACIONAL

Na minha primeira ida ao grupo, Ediclea fez um breve relato sobre a trajetória do grupo, ela falou que no início eram um pouco mais de 10 mulheres, contudo, naquele momento, somente ela era feminista. Apesar de não ter dado ênfase a trajetória de vida de Ediclea, pressuponho por outros relatos feitos por ela, de maneira informal, que a construção pessoal da identidade política feminista se deu de maneira relacional, por ela ocupar, anteriormente, outros espaços de militância feminista na cidade, como o Louca de Pedra Lilás e o Fórum de Mulheres de Pernambuco. E assim também ocorre com a identidade coletiva feminista.

Em nível pessoal, algumas mulheres ainda têm dificuldade de se auto identificar feminista. Acredito que dois fatores conseguem explicar essa dificuldade: a questão geracional e a construção social (vulgarizada) do feminismo. A maioria das mulheres estão acima dos 50 anos, portanto estão inseridas numa geração em que o sistema patriarcal, machista construiu uma narrativa que associava o feminismo a promiscuidade, ódio aos homens, relativo a sexualidade lésbica, etc., que práticas discursivas presentes nessa geração.

Entretanto, é possível notar, também, que a partir das realizações das ações coletivas, principalmente do Ocupe Passarinho e do Beleza Negra, o grupo passou a ter esse reconhecimento social da comunidade e dos movimentos sociais, como um grupo de mulheres negras e feministas, facilitando esse processo de auto identificação.

Inclusive, algumas mulheres relataram, a exemplo de Cleide e Tatiane, de como nos anos iniciais do grupo era complicada a aceitação da comunidade, principalmente por parte dos homens. Elas relatam que diversos termos pejorativos eram utilizados para desqualificar as mulheres e sua atuação no bairro.

Eu só vim conhecer elas, que elas sofreram muito, era muito, como é, elas eram muito, como é, falavam muito que, não tinha o que fazer, “as mulé não tinha o que fazer”, né, Os homens criticavam. Muitas vezes eu já ouvi, mas não dizia porque...pra não inflamar mais, diziam que a gente não tinha o que fazer, que eram umas mulheres vadias, isso aqui era pra arrumar homem, né(Cleide, depoimento oral, julho/2018).

(...) não foi fácil porque o grupo levou muito nome e até hoje ainda leva de “mulheres desocupadas”. Hoje, tem gente que vê com bons olhos, que é um grupo de mulheres que tá lutando pra independência financeira, tá lutando pra comunidade, pra família, tá lutando pro crescimento do mundo, tá lutando, né. Tá vivendo uma luta. Mas, antes não era só mulheres desocupadas(Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

Vale ressaltar que esses discursos difamatórios e pejorativos relacionados a luta das mulheres, a luta feminista é histórico e tem base estrutural no sistema patriarcal, que são constantemente ganham novas formas para se reativa. Pois, a força coletiva das mulheres sempre provocou medo para as estruturas desses sistemas de poder, visto que tem desestabiliza a ordem imposta que privilegia os homens.

5.4 CONFLITO

A identidade coletiva é um processo de aprendizado que leva à formação e manutenção de um ator empírico unificado que podemos chamar de "movimento social". À medida que esse processo passa por vários estágios, o ator coletivo desenvolve uma capacidade de resolver problemas colocados pelo ambiente e torna-se cada vez mais independente e autônomo em sua capacidade de ação dentro da rede de relacionamentos em que está situada. O processo de identidade coletiva é, portanto, também a capacidade de produzir novas definições, integrando o passado e os elementos emergentes do presente na unidade e continuidade de um ator coletivo. É sobretudo em situações de crise ou de conflito intenso que a identidade de um ator coletivo é posta a desafiar, quando é submetida a pressões contraditórias que colocam um severo teste para a capacidade do ator coletivo definir sua unidade (MELUCCI, 1996, p. 75) ⁶⁸tradução nossa

De acordo Melucci (1996), os conflitos possibilitam os atores sociais afirmarem suas identidades através da solidariedade interna do grupo. Os conflitos podem ser tanto externos quanto internos. Durante o tempo que acompanhei o grupo, identifiquei alguns conflitos externos: o primeiro deles é o aparente conflito com o estado, representado na ausência de equipamentos públicos ou a precariedade dos existentes; na tentativa de retirar o direito à moradia de diversas famílias. Ainda existe o conflito com uma ONG parceira que utilizou seu poder institucional e de recursos, em alguns momentos, para tutelar o grupo, como por exemplo, na situação em que propôs a ação do Ocupe Passarinho sem dialogar com o grupo. Internamente, identifiquei um conflito no surgimento do grupo, relacionado ao uso do recurso. Atualmente existem conflitos gerados pela má divisão das demandas. Ediclea é uma das mulheres que mais se queixa de sobrecarga, pois ainda paira na imaginação coletiva do grupo que ela é a responsável pelo grupo. Acredito que esse dado é fundamental para compreender o papel de liderança que ela assume no grupo até os dias de hoje. A meu ver a expressiva liderança de Ediclea no Grupo ocasiona algumas problemáticas, como concentração de atividades, que se dá porque algumas mulheres se sentem confortáveis em não ter que assumir aquela demanda ou não ter que aprender determinado conhecimento, denomino de comodismo prático.

No senso comum da vida cotidiana, fomos ensinados que os conflitos são ruins e por

⁶⁸Collective identity is a learning process which leads to the formation and maintenance of a unified empirical actor that we can call a 'social movement'. As that process passes through various stages, the collective actor develops a capability to resolve problems posed by the environment and becomes increasingly independent and autonomous in its capacity for action within the network of relationships in which it is situated. The process of collective identity is thus also the ability to produce new definitions by integrating the past and the emerging elements of the present into the unity and continuity of a collective actor. It is above all in situations of crisis or intense conflict that the identity of a collective actor is put to challenge, when it is subjected to contradictory pressures which set a severe test for the ability of the collective actor to define its unity.

isso não deveríamos nem falar sobre eles. Porém, concordo inteiramente com Melucci (1996), quando ele fala na capacidade do conflito gerar solidariedade. Os conflitos externos unem o grupo porque elas precisam pensar juntas as ações que vão tentar solucionar ou combater os problemas gerados pelos conflitos. Os internos ajudam a expor as incoerências, as falhas, possibilitando a autorreflexão, a autocrítica, reavivando de fato o que as faz seguir juntas. Por exemplo, o episódio do recurso, como já falado no tópico acima sobre a história do grupo, ao expor uma incompreensão de como lidar com o recurso, de um projeto custeado por um edital, gerou uma crise e em consequência dela possibilitou o surgimento de um processo de reflexão do que é o grupo, o que elas queriam, ou seja, ajudou a redefinir sua identidade e fortalecer a unidade.

Uma segunda demonstração do fortalecimento da solidariedade a partir do conflito é expressa na situação da criação do Ocupe Passarinho. O grupo, ao reivindicar o protagonismo da ação coletiva (Ocupe Passarinho), que compete as dinâmicas e demandas de luta da comunidade no momento, mostrou-se um grupo consolidado e autônomo, que tem capacidade não só de definir suas demandas, como de organizar e executá-las.

Essa solidariedade que garante que elas se vejam como sujeitos da ação se revela nas reuniões semanais e sobretudo no processo de organização e execução de alguma ação coletiva. Em alguns depoimentos e nas observações identifiquei que essa dinâmica de realizar reunião presencial uma vez por semana é muito importante, por ser um momento de encontro, de compartilhamento de vivências, bem como de desabafo sobre os problemas pessoais do cotidiano e problemas do bairro (muitas foram as conversas sobre as precariedades do posto de saúde e da escola, por exemplo), funcionando assim como um elemento importante de fortalecimento do vínculo entre elas, como revela Mocinha abaixo

Aí... eu gosto de... ta mais aqui, porque as vezes é uma aliviada que da... na mente da pessoa. Aí você fai... um fuxico, corta um fuxico, corta uma rosa pra buta numa brusa, mai... corta... fai uma bolsa, crochê, e apresentação das menina também é bom, as conversa.(...) eu gosto muito da ta aqui por que... a pessoa fica muito deprimida dentro de casa, aí não era muito de sair... , eu sou mais de dentro de casa, mai depois que tive esse grupo, ai eu saio... , né, saio pra fora..., que eu saio pra resolver os negóco, parece um trabalho (...) (Mocinha, depoimento oral, julho/2018).

Ah! na minha vida fez muita coisa boa esse grupo, trouxe muita coisa boa pra mim. Eu andava depressiva, ficava só dentro de casa, só chorando porque meus filhos tavam tudo crescendo e eu não ia pra canto nenhum. E só dentro de casa. (...) Aí eu peguei e fiquei vindo, todas quarta-feira pra reunião, aí dentro dessa reunião já aprendi várias coisas, já fiz computação, já aprendi cás meninas, que veio de fora pra ensinar, falar..falar..falar no micofone que a gente fala, aí ela veio também, mas eu não aprendi muito,

mas eu tô pedindo pra elas vim de novo pra me ensinar, aí falou também sobre as viagens que a gente tinha que participar, aí da marcha das margaridas, da marcha das mulheres negras, é...essas duas marchas que eu participo. (Joelma, depoimento oral, julho/2018)

No que se refere a organização e execução das ações coletivas, as mulheres relatam que um sentimento de importância, de “serventia”, que é justamente a sensação de poder e autonomia sobre a ação que Melucci (1996) aponta.

(...) uma sensação tão gostosa na pessoa, que a pessoa sabe que tá ali ocupada vendendo aquilo ali, eu achei muito bom, vendi as camisa quase toda, dei o troco tudo certinho, e prestei conta tudo certinho (Mocinha, depoimento oral, julho/2018).

(...) foi muito importante o processo por quê? porque designou pra cada uma responsabilidade. Então, mostrou assim que cada uma tem um papel importante, que assim você fazer parte de um grupo e tá sentado numa cadeira é uma casa. E você ser importante praquele grupo é muito bom. Cada uma teve um papel bem importante, uma ficou na cozinha, a outra é responsável pelas barracas, outra pela feira, outra pela parte agroecológica, outra pela música, pela divulgação. Então, assim mostrou que cada uma tem um papel muito importante Então, assim fortaleceu mais ainda as mulheres do grupo. Foi muito bom (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

Pensando além, essas características do Grupo se assemelham as dinâmicas dos grupos de autorreflexão⁶⁹, pois cumpre esse papel de refletir sobre a condição de ser mulher negra numa sociedade racista, sexista e classista através do compartilhamento das vivências, construção de conhecimento crítico acerca dessas opressões, que são elementos que propiciam a capacidade para ação. Assim como simboliza o que Gonzalez (1984) denomina de “solidariedade fundada na experiência comum”, que é base da luta das mulheres negras, e foi “(...) historicamente construída, a partir de embates e estratégias de sobrevivência na diáspora, nas sociedades pós-coloniais marcadas pelo racismo” (CARDOSO, 2013, p.6).

Nesse sentido, essa solidariedade permite que o grupo se fortaleça, aumentando as possibilidades e as capacidades para continuar realizando suas ações coletivas habituais e criando outras novas, a exemplo da Escola na Praça. E como num círculo, essas ações realizadas permitem o reconhecimento social da importância do grupo como tal qual se apresenta identitariamente.

⁶⁹São grupos de mulheres, que se pautam no método de autorreflexão para realizar “reflexões elaboradas a partir das experiências de vida das participantes, seguindo fundamentos como o respeito ao momento de fala de cada uma, o não julgamento e o sigilo sobre as experiências compartilhadas, visando a construção de um espaço de confiança e a interpretação crítica feminista sobre processos de dominação e opressão” (SANTANA, 2018, p. 34)

5.5 IDENTIDADE COLETIVA: NEGRA

Através dos depoimentos e da observação constatei que a questão racial é a mais acionada nos discursos pelo grupo. Assim como a identidade coletiva feminista, ela foi construída processualmente ao longo do tempo por meio da realização de rodas de diálogos e oficinas sobre a temática com ajuda das parceiras. Esse dado reforça a concepção de Melucci (2001) da interdependência da ação coletiva com a identidade coletiva, e sobretudo a participação ativa dos indivíduos e do grupo na construção dessa identidade coletiva.

Importante frisar também que esse processo foi impulsionado sobretudo pela atuação das integrantes, que fundaram o grupo, em outros espaços de militância e pelo próprio reconhecimento da sua identidade negra, possibilitando através da articulação com outros grupos de mulheres, exemplo do Cidadania Feminina e da Rede de Mulheres Negras – compartilhar conhecimento e trocar experiências sobre essa discussão, com possível verificar nos depoimentos abaixo:

oie, foi, foi pesado porque eu, Clea e Luiza a gente sempre se, soube que a gente era negra, mas a maioria não se achava. Mas depois, que só dizia que era amarela, era branca, a gente achava que não era, parda, a gente achava que não era, mas a decisão é de cada um, não é da gente, a gente não pode dizer que você é preta, você é branca não, você é que tem que se auto confirmar que cor você tem, né, a gente sabia que não era. Depois com umas oficinas que a gente teve aqui com Rejane Pereira, aí foi que muitas disse: “não a gente somos negras”. Aí hoje tão se reconhecendo feminista, que não eram e mulheres negras (Vânia, depoimento oral, setembro/2018).

a gente já tinha uma discussão bem antes, né, a gente começou a falar da questão racial já no começo de 2008, a gente foi se descobrindo mulher negra e aí uma conversa que eu tive com Paizinha, Nadege, a gente há tinha, eu já puxava essa discussão no grupo de teatro Loucas de Pedra Lilás, né, eu já puxava essa discussão (...) Mas aqui na comunidade a gente ficou sempre conversando e eu sempre trazia alguém para falar sobre a questão racial (...) (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

mas a gente sempre conversou essa questão de raça porque a gente tá numa comunidade quase 100% mulheres negras, né, que a gente vê a, a maioria das mulheres negras aqui da comunidade ou é empregada doméstica ou é, é... como e, cuidadora de idosos ou tá no serviço informal e a gente tem essa discussão, discutia esse lado. E também fortalecer as mulheres do grupo, que antigamente elas diziam que era “moreninha”, que era não sei quê e hoje todo mundo se identifica como mulher negra, né, e isso nos fortaleceu (Ediclea, depoimento oral, julho/2018).

Devido a um dos pilares do racismo, o embranquecimento, muitas mulheres se identificavam como pardas. Tatiane, em seu depoimento retrata bem como funciona esse mecanismo de negação da identidade negra imposto pela sociedade através da exigência do mercado de trabalho

E comecei a me identificar, até então eu era uma negra que me achava parda, que tinha um cabelo liso porque eu fazia o que a sociedade queria que eu fizesse, não o que eu gostava de fazer. Eu trabalhava numa empresa, numa multinacional que dizia que eu tinha que usar o cabelo liso, aí eu comecei a me identificar com o grupo a cada reunião, na escola feminista, em cada cursos, em cada palestras (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

E eu não tinha aquela coragem, de vestir essa camisa, de dizer que eu sou negra. Eu tinha vergonha, eu tinha o cabelo liso. Eu não tinha black, não tinha cabelo cacheado. Eu não me sentia negra. Eu me sentia parda (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

Foi depois que eu entrei no grupo porque antes o pessoal ficava chamando “cabelo pixain”, “aleijada”, “é tão gorda do cabelo pixain”. E agora não, depois que eu tô aqui, eu tô numa autoestima, pode dizer o que quiser, eu não tô nem aí, não choro mais, que eu chorava muito quando o pessoal me chamava dessas coisas, eu não choro mais, eu não me aperreio mais, nem ligo (Joelma, depoimento oral, julho/2018).

Esse processo de reconhecimento pessoal da identidade negra aumentou a autoestima das mulheres, ajudou-as a tomar consciência dos processos violentos causados pelo racismo e assim enfrentá-los, bem como gerou fortalecimento individual e coletivo possibilitando a permanência de ações coletivas, a exemplo do Beleza Negra, que completou esse ano, de 2018, sua décima edição.

Para as mulheres negras, o corpo é central nesse processo de construção identitária, pois desde o período da escravização, a sociedade não reconhecia a humanidade e autonomia das mulheres negras. Angela Davis (2016) apontou em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, que as mulheres negras escravizadas eram desprovidas de *gênero*, eram apenas objetos, força de trabalho e posteriormente “reprodutoras” - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar” (DAVIS, 2016, p. 19).

Angela Figueiredo (2008) argumenta sobre a importância desses movimentos que buscam valorização da beleza negra porque são exemplos de discursos que se contrapõe aos discursos hegemônicos e possibilitam politizar os corpos negros, resgatando a sua autoestima, que foi negada pelo contexto da escravidão quando os tratavam como corpos animalizados,

associados ao descontrole, violência e/ou a objeto sexual, no caso dos corpos das mulheres negras chamadas de “mulatas”. A crescente positivação da identidade negra a partir dos corpos visa contestar o padrão de beleza impostos pelos brancos, europeus que consideravam apenas os números das medidas corpóreas. Inclusive, Figueiredo (2008) traz como exemplo o concurso realizado pelo Ylê Ayê para a Deusa do Ébano, que se propõe a pensar a beleza negra a partir de “conjunto de complexo de elementos em que a criatividade das roupas, danças e penteados compõem parte fundamental de uma nova proposta estética voltada para a valorização da autoestima negra.” (FIGUEIREDO, 2008, p. 244)

5.6 DESAFIOS

Pensando nesse processo de construção e fixação das identidades coletivas surgiu, nos depoimentos, alguns desafios enfrentados pelo Grupo atualmente e numa perspectiva de futuro. Hoje, o grupo enfrenta dificuldades financeiras para manter a sede (aluguel, água, luz e internet), apesar de ser um grupo autogestionado através da produção de artesanato e captação de recursos de editais de ONGS feministas, observei que as mulheres não têm domínio de controlar a entrada e saída de dinheiro, isto é, há uma ausência de educação financeira. Associado a esse desafio, Tatiane coloca em seu depoimento que para além da necessidade de ter uma sede própria, existe um desafio urgente que é a garantia da posse do terreno pelas famílias que vivem na Ocupação, ela diz

"tem bastante, mas um deles é a conquista do Ocupe Passarinho porque ainda não tá ganhando né, que será as famílias deitar e dormir com tranquilidade e outra é uma sede pra gente porque a gente não tem uma sede, todo dia se preocupar com aluguel atrasado é muito complicado e a gente sofre muito com problema de espaço. Além de ser alugado, ainda não tem espaço, fica complicado. Nosso desafio maior é hoje ter uma sede“ (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

Outro desafio identificado pelas mulheres é a falta de interesse da comunidade em participar das ações, elas relataram que já fizeram de tudo: porta-a-porta, bicicleta de som para anunciar as ações, distribuição de panfletos, etc., Porém nada mobiliza. A hipótese identificada é a presença de inúmeras igrejas evangélicas, que, segundo elas, aliena e distorce a imagem do grupo, algumas lideranças inclusive propagam que é um grupo de mulheres “xangozeiras” porque sempre há apresentação de grupos de afoxé, coco e maracatu nas ações coletivas do grupo, como revela Ediclea

como a gente trabalha a cultura, né, da questão racial, a gente sempre tá trazendo maracatu, afoxé ou um coco. A gente é tratada como a xangozeira, catimbozeira . Problema né?! A gente não tá nem aí pra quem tá achando. Mas assim, os meninos do coco mesmo, nasceu aqui dentro, que é o coco Chinelo de pau, que antigamente era o coco de Olorum e agora é Chinelo de pau, foi criado aqui (Ediclea, depoimento oral, junho/2018).

Nesse quesito observa-se uma disputa das práticas discursivas entre as ideologias conservadora - que desrespeita as diferenças entre os credos religiosos, discriminando qualquer expressão negra que tenha ligação com as religiões afro-brasileiras – critério fundamental do racismo religioso - e tomando como única e verdadeira as religiões cristãs protestantes. Em oposição, o Grupo amparado pelas ideologias feministas e antirracistas, isto é, progressistas, discursam a favor do estado laico, da autonomia das mulheres e da valorização da cultura negra. O último desafio foi apontado por Mocinha que é a renovação do grupo, ela relata seu desejo

Aí que essas jovens que tá participano, que siga, que siga assim o caminho que é certo e o caminho desse grupo mudar, florir. Eu queria tanto assim que mudasse, florisse, chegar mais gente nova, entendesse? A começar pela minha filha e a minha neta (Mocinha, depoimento oral, julho/2018).

De fato, essa questão da renovação é importante para a continuidade do Grupo, por isso retomo a questão da descentralização da liderança na pessoa de Ediclea. Acredito que por ser uma das fundadoras, pela sua trajetória e formação política em outros grupos de mulheres, pela sua boa transição nos movimentos feministas e também pelo seu perfil pessoal, ela assume muitas funções no interior. De articulação a execução. Por tudo isso, observo que a liderança de Ediclea representa ganhos e desafios para o grupo. Ao longo desses anos, ela se tornou uma pessoa de referência para realização de contatos com os movimentos sociais e as organizações não governamentais, com isso possibilitou que o Grupo participasse de atividades políticas importantes na cidade; tivesse oportunidade de fazer cursos profissionalizantes, formações políticas, etc. Contudo, há o outro lado da moeda, que é a concentração das funções na pessoa dela, gerando tensões, desconfortos, e até um certo comodismo prático por parte das outras mulheres, que preferem estar nesse lugar de não ter que “tomar a frente”.

5.7 DISCURSOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES

As Cartas Políticas construídas em cada Ocupe Passarinho são a expressão escrita do discurso político (Melucci, 2001) do grupo em relação ao direito à cidade, no tocante principalmente a questão do direito à moradia; direito das mulheres, no que se refere a luta histórica dos movimentos feministas por creches; e pelo direito a agricultura urbana. Através das Cartas, o Grupo expõe a realidade vivida, seus interesses e suas demandas para o poder público, assim como deixa explícito quem é o seu opositor: o Estado. Ao ler em alto e bom som, no microfone, de frente para todas as pessoas presentes, essas mulheres emitem uma mensagem poderosa, elas dizem que o poder sobre a informação também é delas, e com isso disputam narrativa discursiva com as grandes mídias e o estado, que historicamente invisibiliza e nega a realidade e demandas das comunidades periféricas.

Nesse sentido, corrobora com Melucci (2001), pois demonstra justamente o que ele defende a necessidade de intervir na construção do discurso público, para que assim seja levada em consideração a participação das redes cotidianas e solidariedades submersas na construção desse discurso. Ao escrever todos os anos, uma Carta Política, reativando quais demandas ainda precisam ser atendidas, o Grupo mostra sua capacidade de autorreflexão sobre sua realidade e, sobretudo seu poder no jogo da construção do discurso. Na Carta Política do ANO III, o Grupo inova ao inserir também as conquistas, o que simboliza a força da mobilização política do Grupo. É notório este poder, quando se observa a quantidade de notícia produzida a partir do discurso construído pelo Grupo. A partir do Grupo Espaço Mulher, Passarinho passou a ser conhecido, ganhar destaque na grande mídia de uma outra forma, saiu das páginas policiais, e ocupou o caderno Cidades.

Rememorando quando eu conheci o Grupo, em 2015, minha única referência de Grupo era Ediclea, apesar de ter conhecido também Tatiane e Cláudia. Tatiane mal falava, e quando falava quase não ouvia sua voz, andava com os ombros encurvados, cabeça abaixa. Ao contrário de Cláudia, que tinha uma voz grave e firme, assim como sua postura. Porém, ao longo dos anos, fui participando mais ativamente das ações do Grupo, e percebi o quanto Tatiane, Vânia, Mocinha e Joelma tinham se transformado, estavam com uma postura mais ativa e altiva, mais falantes. Acredito que essa transformação no modo como se porta no Grupo se deu de forma dialética em relação a construção dos discursos feministas e raciais. Ao contrário de alguns anos atrás, Tatiane demonstra um discurso muito mais consciente sobre a questão racial, como é possível perceber nesse relato

Aí hoje eu tenho meu cabelo afro, hoje eu me identifico como negra, minhas filhas são negra, que antes era morena, antes eram parda. E assim tem fortalecido muito minha vida hoje como mulher negra (Tatiane, depoimento oral, setembro/2018).

Assim, como Vânia e Mocinha mostraram estarem mais seguras para falar, expressar sua opinião, assumir demandas. Se antes Mocinha tinha vergonha de falar, porque não sabe ler e escrever, após os constantes incentivos das companheiras do Grupo, hoje ela relata que

(...) eu to me soltando mai, eu num tenho mai vegonha, se dê pra dizer eu digo logo que num sei ler, né, primeiramente digo logo que num sei ler, mai assim com negócio de fala... agora eu não tenho mai vegonha de fala, se dê pa eu falar assim de alguma coisa pa eu fala, eu sei que eu falo muito falo até demais (risos), aí... se for necessário eu fala, aí eu falo, não tenho vegonha, pedi até a vegonha de fala, pode ter o que tiver, se for alguma coisa de eu falar, aí eu digo “Oia se tiver falando algo de errado, ou certo, vá corrigindo aí, viu por que. (Mocinha, depoimento oral, julho/2018).

Atribuo essa nova versão de Mocinha ao encontro com a Agricultura Urbana, atividade que ela tem se identificado e aprendido bastante, inclusive elas até gravaram um vídeo com ela falando da importância do chorume. Na última edição do Ocupe Passarinho, mais uma vez ela se destacou, ao bater o recorde de vendas de cartelas do Bingo, mostrando uma capacidade de argumentação e interlocução incríveis.

Vânia, mesmo sendo uma das fundadoras, tem se destacado bem mais nos últimos anos, assumindo lugares importantes nas articulações políticas externas junto a outras redes de movimentos sociais, como a Articulação de Mulheres de Bairro, que realizou em 2018 o segundo encontro. Portanto, está mais ligada aos debates sobre direito à cidade, direito à moradia. Também tem demonstrado uma percepção mais ampla sobre as relações de poder no interior dos movimentos feministas e a perpetuação do racismo nos espaços de militância. No último Julho das Pretas, ela confessou que em muitas reuniões do Fórum de Mulheres de Pernambuco não falava porque não se sentiam à vontade com a presença das mulheres brancas, acadêmicas, “que falavam bonito”, ela se sentia intimidada. Outro exemplo que trago é sobre o discurso “sem feminismo não há agroecologia”. Este é um discurso que inserido no Grupo a partir do aprofundamento da relação do Grupo com a Casa da Mulher do Nordeste. Toda a pauta sobre a agricultura urbana, que hoje o Grupo defende, se deu a partir do projeto escrito pela Casa. O intercâmbio com as mulheres da Ocupação Carolina de Jesus e Ocupação Marielle Franco foi articulado pela Casa. A participação em seminários, encontros sobre agroecologia e feminismo foi por causa dessa articulação. Contudo, apesar do discurso da agricultura urbana ter sido implantado no Grupo, ele tem ganhado grande significado para o Grupo e tem alcançado também as/os moradores de Passarinho, a exemplo das feiras

agroecológicas que aconteceram nas duas primeiras edições do Ocupe Passarinho. Pois, ter acesso a produtos de procedência confiável, sem adição de agrotóxicos, através de produção familiar, significa autonomia sobre o que consome, simboliza uma alternativa ao modo de produção capitalista. Da mesma forma, para as mulheres do Grupo, que se veem capaz de manejar a terra, de ter acesso fácil a alimentos saudáveis, e de sustentar também a partir disso, a medida que produzem o chorume para comercializar. Como já aponte, anteriormente, a introjeção desse discurso e dessa agenda política tem seus conflitos e tensões, não por estar pautada numa relação ONG x grupo popular, mas porque se dá de forma hierárquica e autoritária. É importante salientar que essas posturas não são padrão nessas relações. A exemplo da ONG SOS Corpo, que sempre manteve uma relação horizontal e dialógica, respeitando e fortalecendo a autonomia do Grupo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de adentrar e dizer aquilo que as regras acadêmicas nos orientam, quero dizer aquilo que me faz bem e é preciso ser dito. Sempre sinto falta nos textos acadêmicos que eu leio, da descrição do processo de pesquisa/escrita, geralmente vem aquele texto duro, direto, que analisa os dados à luz da teoria e pronto. E toda vez eu me questiono: sim, mas como foi? Compreendo cada processo é único e que não existe uma fórmula mágica de como fazer ciência. Mas, acredito que é possível, sim, indicar caminhos quando falamos dos nossos próprios processos.

Para mim, escrever é um processo lindo e doloroso. Dar vida as ideias, fazer com que elas tenham sentido para o outro é incrível. Difícil é concatená-las. Acredito que esse é ponto que faz com que muitas pessoas adoeçam nas pós-graduações e/ou passem a rejeitar seu tema de pesquisa. Mas, acredito que fugir do problema não é uma opção. Digo isto, porque vive o drama. É um tal de apaga, reescreve, coloca aí, acolá, inverte a ordem, altera os capítulos. Escrever, cansa. Mas, satisfaz.

Chego até aqui cansada, porém satisfeita. Fui muito feliz nesses meses de realização da pesquisa, pude aprender muito com minhas interlocutoras, com meu orientador e minha co-orientadora. Em uma das inúmeras reuniões com Remo, ele me disse: “na dissertação você tem que mostrar que sabe fazer uma pesquisa”, guardei para sempre essa frase. E por isso, estou certa de que consegui realizar uma pesquisa social, com todo afincamento, compromisso e ética para com minhas interlocutoras - inspiradoras. Compreendo também que este escrito não está acabado, no sentido de que os campos dos Movimentos Sociais e Feministas, assim como as mulheres e o Grupo Espaço estão sempre em movimento e transformação. Não me propus a escrever verdades absolutas, como falei no capítulo 3, escrevo a partir de um lugar e um contexto histórico, político e social específicos. E por isso, espero que outros trabalhos surjam para pensar outras questões, olhar com outros olhares os movimentos feministas em Pernambuco e no Brasil.

Como eu falei na introdução, quando utilizei a frase de Mills: “Escrever é reivindicar ser lido, mas por quem?” (MILLS, 2009, p.53), eu escrevi na tentativa de que elas próprias, do Grupo, pudessem ler sobre elas, para que a sociedade acadêmica pudesse conhecer o que é, como se organiza o feminismo popular, para que minhas companheiras de militância possam se aproximar mais dessa outra realidade. Digo isso, porque no início da minha militância nos movimentos feministas, vez ou outra surgia nas reuniões, as seguintes afirmações: “É preciso ir para periferia! O movimento feminista precisa chegar nas periferias!” Essas afirmações

sempre me incomodavam profundamente, primeiro porque essa premissa de “ir” me remetia muito a uma noção salvacionista, patriarcalista e hierárquica; bem como eu me questionava: e será que já não existe e elas (nós) é que não conhecemos? Ainda hoje, escuto tais sentenças, geralmente das que estão chegando agora no movimento. E o silêncio e os questionamentos já não me tomam a mente, e prontamente respondo: não precisamos ir a lugar nenhum, o feminismo popular já está lá!

É compreensível esse desconhecimento por vários motivos, que já falei no capítulo 2, o mito fundacional do movimento feminista, tomava a categoria mulher no singular como universal, desconsiderando as intersecções que corta a vida das mulheres gerando as desigualdades sociais e raciais, por isso invisibilizando na historiografia as trajetórias de luta das mulheres negras. Assim como, a própria ausência de produções acadêmicas sobre esse tipo de feminismo. Recentemente, em contraposição a esse modo de narrar e analisar a trajetória política do movimento feminista, Carmen Silva (2016), na sua tese de Doutorado, realizou um estudo com as mulheres que compõe a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, sistematizando como se organiza, se estrutura e age o feminismo popular. Não pretendo fazer uma resenha do seu trabalho, mas preciso destacar um dado importante que ela nos traz. Silva (2016) pontua que para além de todos esses fatores que eu citei acima para o desconhecimento do feminismo popular, existe o fato, que é recente a identificação das mulheres de classes populares enquanto feministas. Muitas das mulheres negras e de classes populares que se organizavam no Brasil, no período de consolidação do feminismo no Brasil no fim da década de 1970 e início dos 1980, estavam inseridas nos movimentos sociais de bairro, nos clubes de mães, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos Conselhos de Moradores.

Por isso, reforço a importância da realização deste trabalho, para demonstrar como se deu esse processo de transformação das identidades coletivas no interior dos movimentos de mulheres, que ao longo dos anos passou a construir não só uma identidade coletiva feminista, mas ações coletivas feministas. O Grupo Espaço Mulher, como um ator coletivo - “conjunto de indivíduos agindo coletivamente” (MELUCCI, 2001, P. 156) - inicia o processo de construção das suas identidades coletivas a partir da inserção no movimento feminista pernambucano. E suas ações coletivas também foram se redefinindo a partir desse processo relacional do Grupo com o movimento social de maneira mais geral, como sua participação no Fórum de Mulheres de Pernambuco e posteriormente na Rede de Mulheres Negras. É importante dizer que apesar de estar na Rede, em momento algum, o Grupo faz referência ou relata fazer parte do movimento negro.

Nesse sentido, observei que a presença das características básicas da identidade coletiva no seu processo de construção do Grupo: é construída, é compartilhada e é relacional. No que se refere à identidade coletiva feminista, constatei que ela começa a ser construída em meados dos anos 2000 com a participação do Grupo nos movimentos feministas, a partir da presença das reuniões e ações do Fórum de Mulheres de Pernambuco e das diversas oportunidades de formação política junto a outros grupos e ONGs parceiras. Silva (2016) reitera que a relação entre feministas e mulheres de classes populares se deu principalmente pela mediação das organizações feministas que realizam “atividades de comunicação, pesquisa e educação” (SILVA, 2016, p. 138), bem como através da participação das “mesmas ações coletivas e mobilizações sociais que as mulheres de outros segmentos, encontrando-se como militantes de movimentos de mulheres” (SILVA, 2016, p. 138). Contudo, nem sempre essa relação é dialógica e horizontal, como já falado no capítulo 4, há tensões e conflitos que dependem de como uma determinada organização compreende essas sujeitas e a partir de qual pedagogia se pauta. A identidade coletiva negra, ao contrário da feminista, não “nasceu” a partir de uma relação externa, com o movimento negro, por exemplo, e sim foi construída paulatinamente nas rodas de conversa cotidianas no Grupo, com o compartilhamento das vivências daquelas que há tempos se auto identificavam negras. E assim, a partir desses espaços de formação interna, que por vezes, se dava em parceria com outro grupo de mulheres populares – o Cidadania Feminina, as mulheres do Grupo passaram a compartilhar de modo coletivo essa identidade.

Assim, ao buscar compreender como se deu as transformações das identidades coletivas do Grupo e como elas de uma forma processual e dialética influenciaram na construção das suas ações coletivas, me deparei com a beleza da ciência, que é enxergar como a realidade vivida interage com o contexto histórico e com as teorias sobre. E de como é essencial a utilização dos métodos mais adequados para que os dados possam conversar com a teoria.

Com isso, decidi utilizar o máximo que eu pude os dados oriundos das minhas observações participantes e dos depoimentos orais. Foram cinco meses de acompanhamento sistemático, várias idas e vindas, encontros e conversas sem fim, que me permitiram traçar um panorama de como as identidades coletivas foram construídas e como eram pensadas, organizadas e executadas as ações coletivas, pensando sempre nas interlocuções entre as duas categorias.

Refletindo acerca das ações, que na verdade preferi chamar de atividades, que estão enquadradas num calendário anual do Grupo, lembrei das três condições que Melucci (2001)

estabelece para uma ação coletiva do tipo *conflitual*. Continuidade temporal, adversário alcançável e pertencimento do objeto esperado - “aquilo porque se luta seja percebido como algo sobre o que se tem direitos ou que se dá prioridades” (MELUCCI, 2001, p. 61). Melucci (2001) defende que essas condições ajudam a explicar porque os atores se mobilizam, quais a relação entre as expectativas e recompensas em relação a ação. Entretanto, se for seguir essa compreensão do autor, as ações Beleza Negra e o Bloco Seu Gorda Mas Eu Pulo não são conflituosas, pois não terem um adversário explícito, antagônico; nem provocam nenhuma redefinição no campo de ação. Compreendo a necessidade de “sair de uma definição “natural” da própria identidade, reconhecer o caráter social do conflito, e, além disso, conseguir ligar à ação coletiva a especificidade das demandas individuais de reapropriação da identidade, sem anulá-la” (MELUCCI, 2001, p.93). Porém, será que essas ações por não serem conflituosas pressupõe que o Grupo não define sua própria identidade, nem seu campo, nem seu opositor? Não seria novamente diminuir o impacto das ações simbólicas que atuam no campo da cultura?

A pesquisa mostrou que as transformações concretas na vida pessoal das mulheres - ao reconhecerem situações de violências e saírem delas; dar nome ao racismo e enfrentá-lo; se reconhecerem sujeitas de si - contribuiu tanto para construção das identidades coletivas quanto para produção de discursos e ações coletivas conflituosas, a exemplo do Ocupe Passarinho e o Escola na Praça. As formas autônomas de se organizar das mulheres do Grupo Espaço Mulher, pela sua capacidade de movimentação e atuação política feminista tem uma considerável importância para construção democrática no país (SILVA, 2014), ao colocar em cheque as decisões judiciais que prejudicam a população periférica que lutam pela moradia, ao meter a colher nas situações de violências domésticas, ao se organizarem para pedir mais creche. Silva (2014) pontua que essa forma de fazer política é herança dos novos movimentos sociais que emergiram no contexto do enfrentamento à ditadura militar no Brasil, que possibilitaram os movimentos feministas adotarem o termo que o “pessoal é político”, que contribuem até os dias atuais para a “consolidação de espaços públicos de negociação de interesses e geram novas formas de arbitragem dos conflitos” (SILVA, 2014, p. 11).

Sendo assim, o Grupo Espaço Mulher, com seus vinte anos de resistência recém completados neste ano, é a prova viva da existência e da potência do feminismo popular. Lá no início, quando eram as Kombeiras, o racismo, a agroecologia, o direito à cidade e o feminismo não faziam parte das suas práticas discursivas. Uma ou outra integrante podia até ter esses discursos devido a sua trajetória anterior, mas não era algo compartilhado com todas. Ao longo dessas duas décadas, de inúmeras rodas de conversas, formações políticas com as organizações e movimentos parceiros, realização de incontáveis atividades feministas e

antirracistas, assim como a promoção de ações conflitivas, que antagonizam com o poder público; ocupando lugares de poder que nunca sonhavam estar, discutindo os rumos da cidade em que habitam, dizendo qual a sociedade que elas querem para as mulheres negras, integrando redes de movimentos, trocando, se fortalecendo-, observo que essas mulheres não nasceram para ser kombeiras e sim passarinhas, elas gostam de voar, e cada dia estão alcançando voos mais altos pelo espaço sideral. Hoje, mais do que nunca, com a instalação de um governo de ultradireita e conservador, elas, nós todas que ousamos sonhar por uma sociedade livre de opressões e nos organizamos para isto, precisamos voar em bando, juntas, como já diz Cidinha Oliveira: “fiquem juntas!”. A conjuntura política brasileira exige que os movimentos feministas repensem suas estratégias de luta e segurança, pois a tendência que segue os últimos anos é de criminalização dos movimentos sociais. Assim, encerro esse texto com as palavras de Ediclea, no texto “Nossa raça, nossa resistência” no livro *Cirandas Feministas: experiências que se entrelaçam*, que traduz bem o Grupo:

(...) o grupo espaço mulher representa um espaço significativo de luta e enfrentamento dessa realidade. Luta especialmente contra a exclusão social, com foco na afirmação positiva da identidade de gênero e raça, no fortalecimento da geração de renda e na participação política das mulheres. O grupo representa uma grande conquista para todas as mulheres de Passarinho, pois promove um trabalho coletivo contra o racismo, o machismo, o sexismo e todas as formas de preconceito e vulnerabilidade social (SANTOS, 2016, p. 40).

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID.** Energia das mulheres de Passarinho mobiliza e transforma. Recife, 2016. Disponível em: <http://ActionAid.org.br/noticia/energia-das-mulheres-de-passarinho-mobiliza-e-transforma/>.
- ALBERTI, Verena. História oral na Alemanha: semelhanças e dessemelhanças na constituição de um mesmo campo. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 20., 1996, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: ANPOCS, 1996.
- ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar a sua vida. São Paulo: **Brasil El País**, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html Acesso em: jan. 2019.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>. Acesso em: jan. 2019.
- ALVAREZ, Sonia E.. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, Dec. 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: mai. 2018.
- ARANTES, Rivane .Meditações sobre feminismos, relações raciais e lutas antirracistas. Recife: SOS Corpo, 2018.
- ATAÍDE, Marlene Almeida de. Um diálogo com a história oral: limites ou possibilidades de se fazer pesquisa qualitativa?. Vitória: **Revista Sinais** n. 20, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13198/10323>. Acesso em: abr. 2018.
- AVENDAÑO, Tom C..Eldorado, uma visita às origens de Bolsonaro. **Brasil El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/album/1540940547_609680.html#foto_gal_1. Acesso em: jan. 2019
- AZEVEDO, Joelli. CREMEPE fiscaliza unidades em Passarinho. Recife: **Diário de Pernambuco**, 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/11/07/interna_vidaurbana,541528/tjpe-revoga-liminar-de-reintegracao-de-posse-na-comunidade-do-passarinho.shtml. Acesso em: set. 2018.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em: abr. 2018. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.
- BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. *In: BLAY, Eva Alterman. AVELAR, Lúcia (Orgs). 50 Anos de Feminismo. Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2017*

BONETTI, Alinne de Lima. Não basta ser mulher, tem de ter coragem: **uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife- PE**. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. *In*: Revista Eco 21, ano XV, n. 98, janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=996>. Acesso em: dez. 2018.

BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. Revista de Ciências Sociais: **Política e Trabalho**, n.25, p.9-50, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6738/4177>. Acesso em: jun. 2017.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>. Acesso em: nov. 2018.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. *In* HARVEY, David et all. **Occupy**, São Paulo, Carta Maior, 2012.

CARANGUEIJO UÇA. Ocupe Passarinho Ano II. Recife, 2016. Disponível em: <http://caranguejouca.blogspot.com/2016/12/ocupe-passarinho-ano-ii.html>. Acesso em: dez. 2018

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, *In* Revista Lola, n° 16, Espanha, 2001.

CARDOSO, Cláudia Pons. A Construção da identidade feminista negra: experiências de mulheres negras brasileiras. FAZENDO GÊNERO, 10. Florianópolis, Anais [...], Florianópolis, FAZENDO GÊNERO, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373240696_ARQUIVO_O_textoClaudiaPonsCardosoST092.pdf. Acesso em: nov. 2018.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. 3ª Edição Ocupe Passarinho. Recife, 2018. Disponível em: <https://www.casadamulherdonordeste.org.br/2018/11/27/3-edicao-ocupe-passarinho/>. Acesso em: nov. 2018.

CAVALCANTI, Helenilda; Britto Lyra, Maria Rejane; Avelino, Emília (Orgs.). Mosaico Urbano do Recife: Exclusão **Inclusão Socioambiental**. Recife: Editora Massangana, 2008.

CAVALCANTI, Maria Joaquina. A luta pelo direito à cidade: **o caso do bairro de passarinho e do espaço mulher na cidade do recife**. Monografia. Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CERQUEIRA, Daniel et all. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em jun.2018

CHARLEAUX, João Paulo. Por que a extrema direita cresce no mundo, segundo estudiosos. Brasil:**Nexos**, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso>. Acesso em: dez.2018

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 144 p. ISBN 9788532633903

COSTA, Ana Alice. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, Adriana et al (orgs). Olhares Feministas. p. 51-82. Brasília: MEC e Unesco, 2006.

CUENTRO, Cecília. “Racha a senhora é maravilhosa!”: **novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife-PE**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CFEMEA. Primeiras ONGs do movimento feminista e de mulheres – 1980. Brasília.

Disponível em:

http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1980.php?iframe=1_a_ong_feminista.

Acesso em jul.2018.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani, 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. TJPE revoga liminar de reintegração de posse na comunidade de Passarinho. Recife, 2017. Disponível em:

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/11/07/interna_vidaurbana,541528/tjpe-revoga-liminar-de-reintegracao-de-posse-na-comunidade-do-passarinho.shtml. Acesso em: jun. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N.; MELO, I. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. Linha D'Água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 10 dez. 2012.

FÁVERO, Bruno. Movimentos feministas fazem ato anti-Cunha e pró-Dilma em São Paulo. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 2016. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1747762-movimentos-feministas-fazem-ato-anti-cunha-e-pro-dilma-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: dez.2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. São Paulo: Globo, [1965] 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero – dialogando com os estudos de raça e gênero no Brasil. In PINHO, Osmundo & Sansone, Lívio (Org.) Raça – Novas Perspectivas Antropológicas, 2ª edição, EDUFBA, 2008.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Ribeirão Preto: Paidéia, v. 14, n. 28, p. 139-152, Aug.2004 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004> Acesso em: jan.2019.

GASPAR, Lúcia. Bairros do Recife. Pesquisa Escolar Online. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: jan.2019.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Cleber Pacheco. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em Van Dijk e Fairclough. *In: EUTOMIA Revista de Literatura e Linguística v.1, n.9, Recife, 2012.*

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

hooks,bell. O feminismo é para todo mundo: **políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio, 1ª ed., Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abr. 2008 Disponível:<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

JIMÉNEZ, Carla;MENDONÇA, Heloísa; OLIVEIRA, Regiane;ROSSI, M..Mulheres quebram o jejum das ruas no Brasil com manifestações contra Bolsonaro. São Paulo, Recife, Brasília: **Brasil El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819_523141.html. Acesso em: set. 2018.

LAGE, Allene. Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais. *In: Educação e Movimentos Sociais: caminhos para uma pedagogia da luta*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LAMIR, Daniel. Em Recife, moradores de Passarinho lutam por direitos e melhorias no bairro. Recife: **Brasil de Fato**, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/19/em-recife-moradores-de-passarinho-lutam-por-direitos-e-melhorias-no-bairro/>. Acesso em: dez. 2018

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. A palavra do outro: uso e ética. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Minas Gerais. Anais [...], Minas Gerais, AMPOCS, 1996.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem. *In SILVA, Carmen et all. Cadernos de Crítica Feminista, Ano VI, n. 6, p. 262-267, SOS Corpo, Recife, 2013.*

MAGALHÃES, Célia M. Reflexões sobre a análise crítica do discurso. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001

MARTINI, Júlia L. ; PUHL, Paula R. Marcha das Vadias: Um movimento social na era da comunicação digital em rede. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, Rio Grande do Sul, Anais [...] Rio Grande do Sul, ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/historia-da-midia-digital/marcha-das-vadias-um-movimento-social-na-era-da-comunicacao-digital-em-rede/view>. Acesso em: mar.2017

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.1, n.02, Julho/Dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/54/20>. Acesso em: jan. 2019.

MEIRA, Fernanda. Mulheres, trabalho e autonomia: **conhecendo nossos direitos**. SOS Corpo, Recife, 2015.

- MELLO, Jaffia Alves de. Em meio a desafios e conquistas: **Ativismo Feminino Popular no Grupo Espaço Mulher de Passarinho**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE, Recife, 2016.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? São Paulo: Lua Nova, n. 17, p. 49-66, 1989. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>. Acesso em: jul. 2018.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes: collective action in the information age**. Cambridge Cultural Social Studies, 1993. ISBN 0 521 57051 4.
- MELUCCI, Alberto. A experiência individual na sociedade planetária. Lua Nova, São Paulo, n. 38, p. 199-221, Dec. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200010&lng=en&nrm=iso. Acessado em julho/2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451996000200010>.
- MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: **movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. O jogo do Eu: **a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.
- MELUCCI, Alberto. Por uma Sociologia Reflexiva: **Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MENDONÇA, Rani de. Moradores do bairro de Passarinho protestam por mais escolas. Recife: **Brasil de fato**, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/13/moradores-do-bairro-de-passarinho-protestam-por-mais-escolas/>. Acesso em: mar.2018.
- MIILS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Celso Castro. Jorge Zahar – Rio de Janeiro, 2009.
- MOURA, Aline. A primavera feminista no Brasil. **Diário de Pernambuco**: Recife, 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2016/07/03/interna_politica,653152/a-primavera-feminista-no-brasil.shtml. Acesso em: dez.2018
- MUTZENBERG, Remo. Ações Coletivas, Movimentos Sociais: **Aderências, Conflitos e Antagonismo Social**. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- NASCIMENTO, Maria Cristina. Artivismo Feminista: Loucas de Pedra Lilás na Luta Antirracista. REDOR, 18, Recife, **Anais [...]**, Recife, REDOR, 2014.
- NASCIMENTO, Giovana Xavier da Conceição. Os perigos dos Negros Brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900 – 1920). **Revista Brasileira de História**. v. 35, nº 69, p. 155-176, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000100155&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23. dez. 2019.
- NASCIMENTO, Marília e TREVAS, Juliana. “Marcharemos até que todas sejamos livres”: uma análise da Marcha das Vadias Recife. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO

GÊNERO 11 & 13TH WOMEN' S WORLDS CONGRESS, 11, 13, Anais [...] Florianópolis, SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN' S WORLDS CONGRESS, 2017.

O GLOBO. Milhares de mulheres protestam contra violência de gênero em cidades da Europa. Brasil, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/milhares-de-mulheres-protestam-contraviolencia-de-genero-em-cidades-da-europa-23258402>. Acesso em: dez. 2018.

OLESEN, Virgínia L. “Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio”. In DENZIN Norma K.; LINCOLN Yvonna S. e colaboradores. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Joana. Um milhão de mulheres contra Bolsonaro: a rejeição toma forma nas redes. São Paulo: **Brasil El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/actualidad/1536768048_321164.html. Acesso em: 12. set. 2018.

PESCHANSKI, João Alexandre. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In HARVEY, David et all. **Occupy**, São Paulo, Carta Maior, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa Qualitativa: **Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-253.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Des-razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação. Mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas**. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.8, n.11, p.59-71, jun, 2002.

RANCI, Costanzo. Relações difíceis: A interação entre pesquisadores e atores sociais. In. MELUCCI, Alberto. Por uma Sociologia Reflexiva: **Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>. Acesso em: 29. jan. 2019.

RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman. AVELAR, Lúcia (Orgs). 50 Anos de Feminismo. Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2017

SANTANA, Camila de Melo. **Feminismo agora!: uma experiência de pedagogia feminista autorreflexiva**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

SANTOS, Ediclea. Nossa raça, nossa cor. In. SILVA, Carmen. Cirandas feministas: **experiências que se entrelaçam**. SOS Corpo, Recife, 2016

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *In: Revista Estudos Feministas* v.12, n. 2, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e Mediações nos Movimentos Populares (um breve resumo). **Revista de Ciências Humanas**, vol.6, n.9, 1990.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado: Brasília*, v. 21, n. 1, p. 109-130, Apr, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>. Acesso em: 04. set. 2018.

SCHWANDT, Thomas A. 'Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social'. *In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Y.S. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006.

SENADO FEDERAL. **Relatório final da CPI dos Assassinatos**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em: mai. 2018.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da CPMI-VCM**, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-mulheres>

SENADO FEDERAL. PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação. **Brasil, 2016**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em: maio. 2018.

SENE, Adáira. Segregação racial persiste na ocupação do Recife. **Diário de Pernambuco**, 2015. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/11/segregacao-racial-persiste-na-ocupacao-do-recife.html> Acesso em: set. 2018.

SILVA, Carmen. Mulheres e Justiça Socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho. *In: SILVA, Carmen. Mulheres e Justiça Socioambiental*. SOS Corpo, Recife, 2010.

SILVA, Carmen; CARMURÇA, Silvia. *Feminismo e Movimento de Mulheres*. 3 ed. SOS Corpo. Recife, 2010

SILVA, Carmen; ALVES, Mércia; ARANTES, Rivane. *Participação Política das Mulheres*. SOS Corpo, Recife, 2014.

SILVA, Carmen. Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: **processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular**. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigma e desafios. *In: Revista Estudos feministas* n° especial, 2° semestres, 1994.

TERRAGNI, Laura. 'A pesquisa de gênero'. *In. MELUCCI, Alberto. Por uma Sociologia Reflexiva: Pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

UNICAP. *Mulheres de Passarinho*. Recife. Disponível em: <http://www.unicap.br/webjornalismo/mulheresdopassarinho/site/>

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo *In*: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 (generado el 12 octubre 2018). Disponível em: ISBN: 9782940503827. DOI: 10.4000/books.iheid.6316.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Quadro da composição do grupo

NOME	IDADE	COR/ RAÇA	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	OCUPAÇÃO	ENTRADA NO GRUPO
Joelma Faustina dos Santos	49	negra	Ensino Fundamental Incompleto	união estável	aposentada	2013
Evandra Dantas da Silva	51	negra	Ensino Fundamental Completo	Solteira	dona de casa	1999
Magda Santiago da Silva	46	negra	Ensino Fundamental Completo	Solteira	recreadora, artesã, massagista e costureira	2010
Ediclea Maria dos Santos Silva	61	negra	Ensino Fundamental Completo	divorciada	artesã	1999
Marluce Lopes da Silva	63	negra	Ensino Fundamental Incompleto	Solteira	dona de casa	2017
Enilda Francisca Ferreira	55	negra	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	dona de casa	2013
Cleide Marques Azevedo	56	negra	Ensino Fundamental Completo	Viúva	pensionista	2011
Severina Maria da Silva Tabosa	73	preta	Ensino Fundamental Completo	separada	aposentada	2008
Vera Lúcia Martins	53	morena	Ensino Fundamental Incompleto	casada	dona de casa	2005
Edja Nascimento de Souza Neves	29	negra	Ensino Fundamental Completo	casada	dona de casa	2016
Marilândia de Lima Andrade	56	negra	Ensino Fundamental Incompleto	viúva	aposentada	2009

APÊNDICE B - Quadro das atividades de 2018

MESES	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PARTICIPARAM (externa)
JANEIRO	Confraternização do grupo	
FEVEREIRO	Conversa com o Sindicato das Domésticas (Luiza Batista e Maria Santiago) e Ana Magalhães (Secretaria da Mulher) sobre a revisão do Plano Diretor. Uma escuta sobre as necessidades das mulheres. Reunião sobre o Conselho dos Moradores	Encontro Regional de Agroecologia - UFRPE
MARÇO	Escola na Praça Roda de conversa sobre empoderamento e fortalecimento Reunião do Grupo com o Fórum de Mulheres de Pernambuco sobre o 8 de Março Reunião com Dayane da <i>ActionAid</i> e Tuca (Diretora) sobre a realização de um documentário com 13 grupos do Brasil e o Espaço é um deles.	
ABRIL	Blitz na Escola - junto ao Mandato de Ivan Moraes Reunião Ocupe Passarinho para organizar o Pré-Ocupe Ocupação Reunião de Avaliação da Eleição do Conselho	
MAIO	Reunião do Ocupe Passarinho Roda de conversa sobre direito à educação com o Mandato de Ivan Moraes Reunião sobre Agricultura Urbana Oficina de Fitoterapia com o CESAN Reunião do Grupo com Itanacy e Marília Roda de conversa sobre	Seminário de Arbovirose - Gestos Jornada das Mulheres Negras – Rede de Mulheres Negras Formação do Fórum de Mulheres de Pernambuco

	<p>mobilidade com a Escola de Ativismo (Camila, Luciana e Violeta)</p>	
JUNHO	<p>Reunião com a ONG Habitat Filmagem do Grupo com o pessoal do Rio e São Paulo</p>	
JULHO	<p>Julho das Pretas - (roda de conversa facilitada pelo Cidadania Feminina - Rejane; roda de conversa com Cidadania – Liliane; roda de conversa sobre fala pública com Mônica Oliveira) Reunião do Ocupe Passarinho</p>	<p>Exibição do filme QUEM MORA LÁ no Cinema São Luís, a convite da Habitat para a Humanidade III Escola de Formação feminista popular com a Marcha Mundial de Mulheres - Soledad Barret Participação no Aniversário do Centro Sabiá na Terça Negra Viagem a Brasília - Fundo Casa - agricultura urbana Participaram do Sábado da Resistência no SOS Corpo (fizeram a feijoada) Seminário Direito à Terra Urbana e Moradia - Habitat para Humanidade Brasil</p>
AGOSTO	<p>Pré-Ocupe Juventude - “Cine Clube das Juventudes” (realizada em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste e o Favela News); Reunião com o Cidadania Feminina Conversa com as Juntas Conversa com a Rede de Mulheres Negras e a Casa da Mulher do Nordeste Roda de conversa sobre lesbianidade com Ana Paula Melo - FMPE Reunião Ocupe Passarinho Reunião com a EMLURB e a Escola Marluce Santiago sobre a questão do lixo</p>	<p>Reunião com SEBRAE (rede de produtores afrodescendentes) Reunião sobre o Fundo SAAP na FASE (pesquisa com as mulheres costureiras) Roda de conversa sobre acessibilidade (realizada pelo mandato de Ivan Morais no GEM) Visita a Ocupação Carolina de Jesus - intercâmbio de agricultura urbana (parceria com a CNM) Curso de trança afro na sede do Cidadania Feminina Roda de conversa sobre a campanha Meu voto será feminista na casa astral Oficina sobre Gestão para desenvolver um trabalho coletivo de agricultura urbana - CNM – na sede do Grupo Curso de Agente Popular da Cidadania</p>

	Ação de rua – lixo na escola	no Coletivo Mulher Vida
SETEMBRO	Reunião com Secretaria de Saúde do Recife (conversa sobre a situação do posto e conhecer a carta política)	Encontro Mulheres e Agricultura Urbana – CNM
OUTUBRO	Reunião Ocupe Passarinho	Conferência para Revisão do Plano Diretor do Recife
NOVEMBRO	Ocupe Passarinho e Beleza Negra Reunião com a Enfermeira Chefe do Posto de Saúde – Passarinho Baixo	Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor do Recife Terapia comunitária com a Casa da Mulher do Nordeste e o Coletivo Mulher Vida na sede do Grupo Seminário Mulheres na Política - Um balanço das mulheres nas eleições 2018 - <i>ActionAid</i> , com apoio Casa da Mulher do Nordeste, Centro das Mulheres do Cabo e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Ne Encontro das Mulheres de Bairro
DEZEMBRO		Oficina Audiovisual (ensinar como gravar vídeo, manusear instagram) em parceria com Jessica e Rafaela (UFPE), na sede do Grupo Vivências Integrativas - Projeto Mulher Organizadas para o Desenvolvimento Local, Humano e Sustentável - CNM e <i>ActionAid</i>

APÊNDICE C - Quadro de acompanhamento das atividades do Grupo

DATAS	ATIVIDADES
16/05/018	Reunião do Grupo Realização do primeiro contato
23/05/2018	Reunião do Grupo Participação de Itanacy da Casa da Mulher do Nordeste e a produção de uma Linha do Tempo do Grupo
11/06/2018	Projeto Agricultura Urbana Visita à casa de Marluce
02/07/2018	Depoimento Oral com Ediclea
04/07/2018	Reunião do Grupo
11/07/2018	Depoimento Oral com Joelma Julho das Pretas em parceria com Liliane do Cidadania Feminina Reunião do Ocupe Passarinho
18/07/2018	Julho das Pretas com o tema “Violência contra a mulher” Reunião Ocupe Passarinho
26/07/2018	Julho das Pretas com o tema “Fala pública das Mulheres Negras”, em parceria com Mônica Oliveira da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
08/08/2018	Roda de Diálogo com Rejane e Liliane do Cidadania Feminina
15/08/2018	Pré-Ocupe Juventude organizado pelo Grupo em parceria com o FOJUPE, Favela News e Casa da Mulher do Nordeste
23/10/2018	Panfletagem #EleNão - eleições 2018 do Grupo em parceria com a Coletiva das Vadias, Mandato de Ivan Morais na Ocupação Vila Esperança
24/11/2018	Beleza Negra e Ocupe Passarinho
18/12/2018	Reunião - feedback sobre a escrita

APÊNDICE D - Quadro das Entrevistadas

NOME	IDADE	COR/ RAÇA	TRAJETÓRIA NO GRUPO	DEPOI- MEN TO ORAL	IMAGEM
Cleide Marques Azevedo	56	negra	Cleide entrou no grupo após a morte do marido. Ela relata que estar com as mulheres em coletividade, participar das ações, aprender coisas novas ajudou a sair da depressão. Passou um período ausente porque estava trabalhando, cuidando de uma mulher idosa. Faz uma feijoada deliciosa, que está presente em quase todas as ações do grupo.	O depoimento oral foi realizado no dia 26 de julho na sede do Grupo.	
Ediclea Maria dos Santos Silva	61	negra	Ediclea, mais conhecida como Clea, é uma das fundadoras do grupo. Ela era moradora do Morro da Conceição e já fazia parte do movimento de mulheres do morro. Participou de diversos grupos em paralelo ao Grupo Espaço Mulher, como o Loucas de Pedra Lilás, Uialá Mukaji. É uma integrante muito ativa, participou/participa de várias formações políticas, eventos, já viajou várias vezes para fora do país. Tem grande habilidade em fazer bolsas, mochilas.	O depoimento oral realizado no dia 02 de julho na sede do Grupo	
Enilda Francisca Ferreira	55	negra	Enilda, mais conhecida como Mocinha. Ela se destacou no grupo a partir do projeto da agricultura urbana. A partir das rodas de diálogos e das participações em outros eventos, está perdendo a timidez e a vergonha de falar, de expressar o que pensa. É muito ativa e participa de várias atividades do Grupo.	O depoimento oral foi realizado no dia 26 de julho na sede do Grupo.	

<p>Evandra Dantas da Silva</p>	<p>1</p>	<p>negra</p>	<p>Evandra, mais conhecida como Vânia, é uma das fundadoras do Grupo. Ela relata a dificuldade das mulheres negras em conseguir trabalho. Trabalha como diarista, fazendo faxina na casa de algumas companheiras feministas. Costuma fazer apliqué de mulheres negras nas blusas que o grupo vende e costura também confeccionar bandeiras.</p>	<p>O depoimento oral foi realizado no dia 11 de setembro na sede do Grupo.</p>	
<p>Joelma Faustina dos Santos</p>	<p>49</p>	<p>negra</p>	<p>Joelma conheceu o grupo após seus sobrinhos participarem do projeto da Action-Aid, que é parceira do GEM. Joelma é uma mulher com deficiência e negra de pele escura. Por causa dessas identidades sempre sofreu muito racismo. A partir da participação no grupo se fortaleceu, se reconheceu nas outras mulheres e pode conquistar sua autoestima. aprendeu a manusear aparelhos tecnológicos e digitais (celular, whatsapp, facebook). aprendeu no GEM a fazer crochê e hoje faz bolsas e flores de crochê para aplicar em roupas.</p>	<p>O depoimento oral foi realizado no dia 11 de julho na sede do GEM</p>	

ANEXO

ANEXO A - Carta Política da Comunidade de Passarinho – Ocupe Passarinho ANO I

A ação Ocupe Passarinho, realizada neste dia 10 de outubro, mostra que a comunidade está viva, organizada e atuando por uma comunidade melhor. Passarinho é o lugar da gente, onde moramos.

Ocupe Passarinho é uma chamada para que toda a comunidade, moradores e moradoras, de todas as idades, se sintam parte deste lugar, atuem para fazer deste lugar um lugar cada dia melhor!

Passarinho veio do Morro da Conceição e cresceu rápido. Tudo que existe de bom é fruto de muita luta de moradores e moradoras, principalmente, das mulheres.

Mas os problemas são muitos:

– Tínhamos um rio que era lugar de lazer, hoje poluído pela falta de um sistema de esgoto. A beira do rio foi ocupada por casas, bares e mercados e a mata está sendo destruída;

- Estamos no atraso dos serviços públicos de saneamento, coleta de lixo e abastecimento d'água;

– Equipamentos de lazer e esportes são ausências importantes: falta uma academia da cidade, falta um campo de futebol, falta uma quadra esportiva;

- Na educação: o sistema de ensino é precário, temos mais de 150 crianças com idade para estar em creche, mas não temos creche. A única escola municipal não tem professores em número necessário nem instalações adequadas. Faltam também escolas que atendam o ensino fundamental II e o ensino médio, e por isso, os/as jovens precisam se deslocar para outras comunidades.;

– A pré-escola funciona na associação de moradores, local inadequado, sem espaço para recreio, nem banheiros adequados. Uma escola assim não contribui para o futuro e o presente destas crianças que, na idade pré-escolar, precisam de muita atividade de recreação para garantir seu desenvolvimento. Precisamos que exista um espaço para as atividades escolares, liberando, assim, o espaço da Associação para as atividades da comunidade;

- Na saúde: os dois PSFs, um em Passarinho alto e outro em Passarinho baixo, funcionam de forma precária. Instalações sujas, falta de medicamentos e até de curativos, sem Agentes Comunitárias de Saúde na visita de rotina às moradias. Há áreas inteiras de Passarinho que estão “descobertas” por estes postos, e pessoas não têm onde serem atendidas, quando o direito do usuário do SUS é universal;

- Na moradia: a Vila Esperança, área de ocupação, foi declarada como área de Interesse Social para fins de Habitação, porém, precisamos garantir o direito a ter onde morar para todas as famílias que ali vivem, acelerando com urgência o processo de regularização fundiária;

- Na mobilidade: precisamos de uma nova ponte que liga a Vila Esperança a Vila Nossa Senhora da Conceição para garantir segurança na mobilidade das crianças à escola, e adultos, especialmente, os idosos;

– Problemas de iluminação pública tornam o deslocamento na comunidade durante a noite inseguro, limitam nosso direito de ir e vir na comunidade, especialmente, as mulheres;

- As duas linhas de ônibus Dois Unidos/Torre e Ti Xambá/Alto da Bondade não nos levam à integração da Macaxeira. Precisamos de uma linha de ônibus até a Macaxeira;
- Geração de Renda: Passarinho não é beneficiado com nenhuma política ou programa para geração de renda, principalmente, para as mulheres!

Nossas demandas:

Para Secretaria de Saúde do Recife:

- Equipes de saúde cumprindo visita aos/as moradores/as;
- Medicamentos básicos para hipertensos e diabéticos/as nos PSFs;
- PSFs atendendo toda a comunidade.

Para Secretaria de Educação do Recife e Estadual:

- Melhoria nas instalações da Escola Municipal;
- Pré-escola e creche em prédio próprio e adequado a faixa etária das crianças, garantindo este direito a todas as crianças da comunidade, funcionando das 7 às 20 h;
- Trazer ensino médio para a comunidade;
- Construção de creches.

Para Secretaria de Transporte do Recife:

- Colocar a linha Bola na Rede /Macaxeira entrando em Passarinho;
- Criar linha para Macaxeira;
- Diminuir tempo de espera do Beberibe/Espinheiro;
- Dois Unidos/Derby deve fazer integração em Joana Bezerra;
- Trocar a linha Dois Unidos/Torre por linha convencional.

Para CEHAB:

- Acelerar o processo de Regularização Fundiária da Vila Esperança.

Para a Coordenação do PREZEIS:

- Transformar a área de Passarinho em ZEIS.

Para Secretaria de Infraestrutura/ EMLURB:

- Construir uma praça na ocupação e melhorar a praça que hoje já existe na Vila Nossa Senhora da Conceição;
- Saneamento da Vila Esperança e da Vila N. S. da Conceição;
- Colocar um corrimão nas escadarias;
- Melhorar e aumentar a iluminação pública, principalmente, na Vila Esperança;
- Incluir um Semáforo em frente à Escola Marluce Santiago e faixa de pedestres.

Para Secretaria de Meio Ambiente:

- Despoluição do Rio Passarinho;
- Campanha de conscientização sobre educação ambiental para tratamento e coleta seletiva do lixo;
- Incluir postos de Coleta Seletiva;
- Ações educativas voltadas para Agricultura Urbana para melhorar a segurança alimentar e a convivência com o verde;
- Tornar a Mata de Passarinho uma área de proteção ambiental.

Para Secretaria de Defesa Social:

- Aumentar atividade da Patrulha do bairro, melhorando o atendimento com treinamento para lidar principalmente com jovens e as mulheres de forma mais humana;
- Instalar câmeras de segurança.

Para Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social:

- Oferta de programas de geração de renda para a comunidade, especialmente, as mulheres!

Pelos Direitos dos Moradores e Moradoras de Passarinho! Pelo fim do Machismo, Racismo e da LGBTfobia! Por uma comunidade para todas e todos!

Passarinho, 10 de outubro de 2015.

ANEXO B - Carta Política Ocupe Passarinho – ANO II

Neste dia 03 de dezembro de 2016, estamos realizando o Ocupe Passarinho Ano II. Desde 2015 a comunidade, principalmente as mulheres, está se mobilizando para mostrar que a comunidade existe, está viva, organizada e luta por nossa melhoria. O Ocupe Passarinho tem sido o movimento que chama toda a comunidade, mulheres e homens, adultos, jovens e crianças a lutarem por melhorias no nosso bairro.

Em 2015 após a ação do Ocupe Passarinho, que aconteceu em outubro, realizamos uma audiência pública na Câmara de Vereadores do Recife com representantes do poder público e comunidade. Desta audiência participaram representantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde e Educação, além do vereador Jurandir Liberal. Como resultado da audiência recebemos a visita na comunidade da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade que verificou a situação de descaso e degradação ambiental que Passarinho se encontra.

Participamos de uma reunião no Distrito Sanitário III onde colocamos a situação dos postos de saúde e das famílias que ainda moram em áreas descobertas. E a Secretaria de Educação se comprometeu em realizar uma adequação estrutural no prédio que funcionava o anexo da escola municipal, contudo uma intervenção do ministério público e da gestão do Conselho de Moradores retirou as crianças do anexo e relocaram no prédio da Escola Municipal Marluce Santiago.

Também conseguimos que a Prefeitura do Recife construísse a ponte que liga a Vila Esperança à Vila Nossa Senhora da Conceição. Além de melhorias na iluminação pública, após a situação de Passarinho ganhar destaque na mídia local e nacional.

Mas muitos problemas ainda continuam e estamos esse ano novamente denunciando o descaso do poder público com a nossa comunidade e cobrando nossos direitos.

MEIO AMBIENTE: O rio continua poluído por falta de saneamento adequado. E suas margens continuam sendo desmatadas e ocupadas.

Queremos a despoluição do Rio Passarinho e tratamento de esgoto adequado com saneamento da Vila Esperança e Vila Nossa Senhora da Conceição.

Apesar da coleta de lixo passar todos os dias precisamos de programas de educação ambiental para tratamento e coleta do lixo com postos de coleta seletiva.

Passarinho tem sido uma das primeiras comunidades no Recife a desenvolver ações de agricultura urbana com mulheres. Queremos a potencialização das ações de agricultura urbana já desenvolvidas na comunidade para melhorar a segurança alimentar e a convivência com o meio ambiente.

LAZER: Precisamos de equipamentos de esporte e lazer na nossa comunidade. A praça que temos é mantida pelos próprios moradores. Queremos uma Academia da Cidade, campo de futebol e quadra esportiva, bem como uma praça na Vila Esperança.

EDUCAÇÃO: com a saída do anexo da escola municipal, que funcionava no Conselho de Moradores, as crianças agora são obrigadas a dividir uma sala para duas turmas, o que piorou a qualidade do ensino. Não temos nenhuma creche na comunidade que hoje tem mais de 150 crianças com idade entre 0 e 3 anos. Faltam escolas que atendam o ensino fundamental

II e ensino médio, dessa forma adolescentes e jovens precisam se deslocar para outras comunidades.

Queremos urgentemente construção de uma creche na comunidade. Melhorias nas instalações da escola municipal. A educação infantil funcionando em prédio próprio e adequado à faixa etária das crianças. Trazer o ensino Fundamental II e médio para a comunidade. Além da instalação de um semáforo em frente à Escola Marluce Santiago.

SAÚDE:O PSF de Passarinho Baixo encontra-se sem médico e o atendimento tem sido feito apenas por uma enfermeira. Faltam medicamentos básicos. E ainda há localidades totalmente descobertas onde os moradores e moradoras não têm seu direito básico à saúde minimamente garantido.

Queremos PSFs atendendo toda a comunidade, sem necessidade de moradores e moradoras se deslocarem para outro bairro para ter o atendimento básico. Medicamentos disponíveis, inclusive para diabéticos e hipertensos. E equipes de saúde cumprindo visitas aos/as moradores/as.

MORADIA:Apesar da Vila Esperança ter sido declarada área de interesse social para fins de habitação desde 2014 pelo governo do estado, o processo de regularização fundiária não foi concluído; as famílias não têm seu direito à moradia garantido e ainda correm risco de perderem suas casas.

Queremos a retomada do processo de regularização fundiária da Vila Esperança e a distribuição dos títulos de propriedade da Vila Nossa Senhora da Conceição. Transformação da área de Passarinho em ZEIS.

TRANSPORTE: Precisamos de uma linha de ônibus que nos leve até a Integração da Macaxeira. Diminuição do intervalo da linha Beberibe/Espinheiro. A linha Dois Unidos / Derby fazer integração no Terminal Integrado de Joana Bezerra. Trocar a linha complementar Dois Unidos / Torre por uma linha convencional.

SEGURANÇA: Queremos o aumento da atividade da Patrulha do Bairro, melhorando suas abordagem com treinamento para lidar principalmente com os jovens e as mulheres. Instalar câmeras de segurança.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Passarinho não conta com nenhum programa de geração de renda para a população e sofre com grande índice de desemprego.

Queremos ofertas de programas de geração de renda para a comunidade, especialmente para as mulheres.

INFRAESTRUTURA: O abastecimento de água piorou com o racionamento, passamos quatro dias sem água e menos de vinte e quatro horas com águas nas torneiras. Queremos melhoria na distribuição e oferta de água para a comunidade. Colocar corrimão nas escadarias.

**PELOS DIREITOS DAS MORADORAS E MORADORES DE PASSARINHO
PELO FIM DO MACHISMO, RACISMO E DA LGBTFOBIA!
POR UMA COMUNIDADE PARA TODAS E TODOS!!**

ANEXO C - Carta Ocupe Passarinho ANO III

Nós, moradoras e moradores de Passarinho reunidas e reunidos neste sábado, dia 24 de novembro de 2018, durante o **Ocupe Passarinho Ano III**, viemos reafirmar a nossa **resistência e luta** por melhores condições de vida em nossa comunidade. Viemos mostrar que o bairro existe, está vivo e organizado.

O Ocupe Passarinho tem sido o movimento que junta toda a comunidade, mulheres e homens, adultos, jovens e crianças. Começamos o movimento em 2015 com a contribuição de parceiras e movimentos sociais, principalmente de mulheres, com o esforço de chamar atenção da Prefeitura e do Estado para nossas demandas.

Como resultado, participamos de Audiências Públicas em diálogo com gestores e gestoras da Prefeitura do Recife, que contribuíram para algumas conquistas, mas ainda muitas promessas. São muitos problemas que ainda continuam e estamos esse ano novamente denunciando o descaso do poder público com a nossa comunidade e cobrando nossos direitos.

Exigimos.

EDUCAÇÃO: as crianças continuam dividindo uma sala para duas turmas, o que piora a qualidade de ensino. A prefeitura já alugou uma casa na comunidade para o anexo da Escola Municipal Marluce Santiago, com proposta de matricular 140 crianças, mas até o momento não começaram a reforma. Queremos saber quando as crianças serão instaladas no novo espaço? A educação infantil funcionando em prédio próprio e adequado à faixa etária das crianças. Há também a demanda da instalação de um semáforo em frente à Escola Marluce Santiago. Não temos nenhuma creche na comunidade, que hoje tem mais de 150 crianças com idade entre 0 e 3 anos. Queremos urgentemente construção de uma creche na comunidade. E faltam escolas que atendam o ensino fundamental II e ensino médio, dessa forma adolescentes e jovens precisam se deslocar para outras comunidades.

SAÚDE: Ainda há localidades totalmente descobertas onde as moradoras e moradores não têm seu direito básico à saúde minimamente garantido. Em 2016 a Secretária de Saúde da Prefeitura do Recife se comprometeu em fazer um mapeamento das descobertas e ainda não foi realizado. Queremos PSFs atendendo toda a comunidade, sem necessidade de moradores e moradoras se deslocarem para outro bairro para ter o atendimento básico. A nossa comunidade tem mais de 10 mil habitantes, o que estaria habilitada a receber uma Upinha. É o que queremos!

INFRAESTRUTURA: O abastecimento de água continua o mesmo, passamos quatro dias sem água e menos de vinte e quatro horas com águas nas torneiras. Queremos melhoria na distribuição e oferta de água para a comunidade. E também colocar corrimão nas escadarias.

TRANSPORTE: A luta continua por uma linha do TI Xambá/ Macaxeira que passe pela Estrada de Passarinho. O comunicado da empresa Grande Recife sobre o transporte desta linha não favorece a população de Passarinho. Precisamos de uma linha de ônibus que nos leve até a Integração da Macaxeira. Além disso, ampliar a linha complementar Dois Unidos / Torre, incluir uma linha convencional.

SEGURANÇA: Queremos o aumento da atividade da Patrulha do Bairro, melhorando suas abordagem com treinamento para lidar principalmente com os jovens e as mulheres. Instalar câmeras de segurança.

MEIO AMBIENTE: O rio continua poluído por falta de saneamento adequado. E suas margens continuam sendo desmatadas e ocupadas. Queremos a despoluição do Rio Passarinho e tratamento de esgoto adequado com saneamento da Vila Esperança e Vila Nossa Senhora da Conceição. Passarinho tem sido uma das primeiras comunidades no Recife a desenvolver ações de agricultura urbana com mulheres. Queremos a potencialização das ações de agricultura urbana já desenvolvidas na comunidade para melhorar a segurança alimentar e a convivência com o meio ambiente.

LAZER: Precisamos de equipamentos de esporte e lazer na nossa comunidade. A praça que temos é mantida pelos próprios moradores. Queremos uma Academia da Cidade, campo de futebol e quadra esportiva, bem como uma praça na Vila Esperança.

MORADIA: Apesar da Vila Esperança ter sido declarada área de interesse social para fins de habitação desde 2014 pelo governo do estado, o processo de regularização fundiária não foi concluído; as famílias não têm seu direito à moradia garantido e ainda correm risco de perderem suas casas.

Queremos a retomada do processo de regularização fundiária da Vila Esperança e a distribuição dos títulos de propriedade da Vila Nossa Senhora da Conceição. Transformação da área de Passarinho em ZEIS.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Passarinho não conta com nenhum programa de geração de renda para a população e sofre com grande índice de desemprego. Queremos ofertas de programas de geração de renda para a comunidade, especialmente para as mulheres.

Nossas conquistas. 2015 à 2018

- Recebemos a visita na comunidade da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade que verificou a situação de descaso e degradação ambiental que Passarinho se encontra. Então realizamos uma ação educativa na Escola Marluce Santiago sobre o lixo ao lado da Escola, em parceria com o mandato de Ivan Moraes e a Emlurb. Conscientização das moradoras e moradores, o que fez efeito pois não há mais lixo no local.
- Participamos de uma reunião no Distrito Sanitário III onde colocamos a situação dos postos de saúde e das famílias que ainda moram em áreas descobertas.
- A Prefeitura do Recife construiu a ponte que liga a Vila Esperança à Vila Nossa Senhora da Conceição. Além de melhorias na iluminação pública, após a situação de Passarinho ganhar destaque na mídia local e nacional.
- Há 2 anos as mulheres estão desenvolvendo iniciativas de Agricultura Urbana, com sementeira e compostagem. Precisa de apoio e incentivo para manter as experiências.
- Conseguimos uma pintura da praça, brinquedos e a limpeza das canaletas, em parceria com o mandato de Ivan Moraes.

PELOS DIREITOS DAS MORADORAS E MORADORES DE PASSARINHO!

**PELO FIM DO MACHISMO, RACISMO E DA LGBTFOBIA!
POR UMA COMUNIDADE PARA TODAS E TODOS!**